

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

RICARDO NERY DE ALMEIDA

**MÍDIAS DE MASSA E REDES SOCIAIS:
DESORDEM INFORMACIONAL E VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE**

Cuiabá/MT - Fevereiro de 2020

RICARDO NERY DE ALMEIDA

**MÍDIAS DE MASSA E REDES SOCIAIS:
DESORDEM INFORMACIONAL E VIOLAÇÃO DE PRIVACIDADE**

Trabalho apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Filosofia da
Universidade Federal de Mato Grosso
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Filosofia.
Orientador: Prof. Dr. Bernardo G. Alonso.

Cuiabá/MT - Fevereiro de 2020

“O que eu mais amo e o que mais acredito
é a conexão, a conexão humana.”

Edward Snowden.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade contribuir para os estudos relacionados aos mecanismos de produção e distribuição de conteúdo, manipulação e controle pelas mídias de massa (imprensa, TV, rádio) e redes sociais, e os efeitos causados pela desordem informacional e violação de privacidade. Elegeu-se como fontes teóricas para a pesquisa os trabalhos de Teoria Crítica com contribuições de Herbert Marcuse e Douglas Kellner, os estudos de mídias de Neil Postman e Marshall McLuhan, e na área de Cultura Digital. Ao valer-se da noção de “informação semântica” de Floridi compatibilizada com a noção de “desordem informacional”, demonstrou-se a possibilidade de produção de dano aos indivíduos, instituições ou mesmo desestabilizar sistemas democráticos. Ao abordar a utilização dos algoritmos na captura autorizada e não autorizada de dados sensíveis e não-sensíveis de usuários e não-usuários das redes sociais discorreu-se sobre os riscos relacionados à violação de privacidade, produção de vulnerabilidade sócio-política e de mecanismos de controle assim como os impactos da utilização massiva de tecnologias no ambiente digital, sobre as democracias. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico em busca das fontes necessárias para o embasamento teórico. Espera-se, que os resultados apresentados, contribuam para que o tema seja mais debatido, fomentando estudos científicos na área.

Palavras-chave: Mídia de massa, TV, Internet, redes sociais, sociedade informacional, informação semântica, desordem informacional, fake news, desinformação, violação de privacidade, democracia.

ABSTRACT

This work aims to contribute to studies related to the mechanisms of content production and distribution, manipulation and control by mass media (press, TV, radio) and social networks, and the effects caused by information disorder and privacy violation. We have chosen as theoretical sources for the research the works of Critical Theory with contributions of Herbert Marcuse and Douglas Kellner, the studies of media of Neil Postman and Marshall McLuhan, and works in the area of Digital Culture. The possibility of damaging individuals, institutions or even destabilizing democratic systems was demonstrated by making use of Floridi's notion of “semantic information”, compatible with the notion of “informational disorder”. When addressing the use of algorithms in the authorized and unauthorized capture of sensitive and non-sensitive data from users and non-users of social networks, the risks related to the violation of privacy, production of socio-political vulnerability and mechanisms of control as well as the impacts of the massive use of technologies in the digital environment, on democracies. To this end, we carried a bibliographic survey in search of the necessary sources for the theoretical basis. It is hoped that the results presented will contribute to the theme being more debated, promoting more scientific studies in the area.

Key-words: Mass media, TV, Internet, social networks, information society, semantic information, information disorder, fake news, misinformation, violation of privacy, democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desordem Informacional	60
Figura 2. Agente, Mensagem, Intérprete	62

LISTA DE QUADROS

Tabela 1. Exemplos/Características - *Misinformation*, *Disinformation* e *Malinformation* 61

LISTA DE SIGLAS

ARPANET	Advanced Research Projects Agency Network
CERN	Centro Europeu de Pesquisas Nucleares
DARPA	Defense Advanced Research Projects Agency
HTML	Hyper Text Markup Language
HTTP	HyperText Transfer Protocol
IA	Inteligência Artificial
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
URL	Uniform Resource Locator
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. AS MÍDIAS DE MASSA.....	14
1.1 A Televisão	21
1.2 A Internet e as Redes Sociais	35
2. INFORMAÇÃO E DESORDEM INFORMACIONAL	45
2.1 A informação e seus significados	45
2.2 Desordem Informacional	48
2.3 Modalidades da Desordem Informacional	53
2.3.1 Fake News (Disinformation, Misinformation)	53
2.3.2 Malinformation	62
2.4 Mecanismos de Desordem Informacional	67
2.4.1 Bolhas Cognitivas e Câmaras de Eco	69
2.4.2 Deep fake	73
2.4.3 Shallow fake	75
3. VIOLAÇÃO, VULNERABILIDADE E CONTROLE	77
3.1 Algoritmos e <i>Shadow Profiles</i>	77
3.2 Violação de Privacidade.....	81
3.3 Vulnerabilidades Sócio-Políticas	87
CONCLUSÕES.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

INTRODUÇÃO

Com o estabelecimento das redes sociais no início do século XXI, um dos acontecimentos que aos poucos ganhou vulto e relevância no contexto do ambiente digital com significativas reverberações e implicações principalmente no ambiente social, político, jurídico e científico, foi o fenômeno da produção e distribuição de notícias com conteúdo distorcido ou manipulado através do compartilhamento entre os usuários das redes.

Ganhou o nome de *fake news* (notícias falsas) e a notoriedade ao ser desvelada a verdadeira natureza deste fenômeno, principalmente por conta dos impactos produzidos e documentados recentemente ao afetar indivíduos, grupos e sociedades (esta última notadamente em episódios de manipulação no contexto político/eleitoral).

Este estudo principiou da ponderação pessoal acerca das origens, características, abrangência e consequências deste fenômeno de caráter midiático moderno.

A partir de então, foi natural e consequente o despertar do interesse a respeito dos estudos relacionados à historicidade das mídias de massa, origens, sua afinidade com eventos pertinentes à manipulação de fatos, notícias, conteúdos e visões de mundo ou simplesmente fenômenos de desinformação.

Esta pesquisa possui então como premissa a investigação das possíveis relações entre os mecanismos de produção e distribuição de conteúdo, manipulação e controle pelas chamadas mídias de massa (imprensa, TV, rádio) e redes sociais, com o objetivo precípuo de manutenção de poder.

Esleu-se como uma das fontes teóricas para a pesquisa, os trabalhos produzidos pela *Escola de Frankfurt*, quando destacaram a importância e o papel da Indústria Cultural na sociedade, ao dificultar o desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos através da massificação da cultura e apresentar a ideia do indivíduo como consumidor e mercadoria, obstar a formação de sujeitos autônomos porquanto a ação do pensamento crítico é uma condição necessária para a constituição de uma sociedade mais livre e democrática, e o uso da Teoria Crítica para descrever, criticar e dar conta da evolução da razão humana no tempo, na busca de soluções dos possíveis impactos produzidos na sociedade pela ação das forças de mercado.

No transcorrer destes fatos a televisão torna-se o principal veículo de formação de opinião pública da segunda metade do século XX, e busca perpetuar sua posição ao atribuir determinada cultura e mais prontamente formar a opinião dos indivíduos e da sociedade.

Como referencial teórico para os estudos da área de mídias optou-se pela aproximação dos trabalhos de Marshall McLuhan e Neil Postman, devido à abrangência das apreciações que estes dois autores constroem ao efetuar suas análises da evolução histórica das tecnologias e as características dos meios de comunicação tradicionais (imprensa, rádio e televisão).

A premissa fundamental do trabalho de Neil Postman é a adágio de que o *meio é a metáfora*. Ela aponta para o fato de que a introdução em uma cultura de uma determinada tecnologia produz uma transformação no seu modo de pensar e consequentemente, no conteúdo de sua cultura.

Postman defendia a ideia que os óculos, não são meramente uma ampliação de capacidade ou extensão do poder do homem (posição defendida por McLuhan).

Como exemplo desta sua declaração esclarece que no século XII, os óculos permitiram ao homem refutar a sua crença na imutabilidade do destino, a partir da correção de uma condição na sua anatomia para a qual a medicina da época declarava não haver solução enquanto sugeria a adoção de uma postura de aceitação ou sujeição por parte do enfermo.

Outro ponto essencial é descrito pela ideia de que não seria o conhecimento, a ciência, a literatura, a arte divulgados em massa pelos meios de comunicação, mas o fato dos indivíduos estarem ligados aos mesmos como bens de consumo, o que por conseguinte conduziria a uma visão reducionista da existência humana atrelada eminentemente à atividade de produção de mercadorias e reprodução da vida material.

O impacto da televisão como veículo de mídia é tão significativo na cultura da sociedade que estimulou uma série de estudos e abordagens diversas que aludem como esta mídia afeta negativamente o nível da comunicação pública, através de mecanismos de manipulação do discurso ou do conteúdo.

Com a chegada da Internet, uma nova revolução tecnológica foi estabelecida e trouxe uma nova perspectiva de como pensar e interagir com as pessoas e o mundo, e a facilidade na divulgação de mensagens e conteúdo, sem precedentes.

A produção e o consumo de informação, que não se desgasta, não se esgota, passou a ser a mercadoria principal da nossa sociedade e a televisão perde progressivamente a preponderância para a Internet, que passa a alimentar na mente de muitos intelectuais desta época a visão de uma ágora digital, através do seu caráter emancipatório que proporciona aos seus usuários e à sociedade, a produção e divulgação de conteúdo desvinculado das demandas e interesses dos grandes e tradicionais conglomerados de mídia.

Com o passar dos anos o otimismo inicial alimentado pelo caráter emancipatório da Internet passou a apresentar novos desenhos e a dar espaço para questionamentos quando os grandes veículos de mídia trouxeram para dentro do ambiente digital o seu modelo de negócio e exerceram seu poder de influência ao tirar proveito do seu prestígio e da sua capacidade de produção de conteúdo.

A perda de relevância das mídias tradicionais frente às mídias digitais e o seu uso a cada dia mais intenso propiciou a ocorrência de divulgação de conteúdo falseado no ambiente das redes sociais (posteriormente descritas como um fenômeno de “desordem informacional”), que passou a fazer parte do dia a dia do ambiente informacional e gerar dano para muitos indivíduos e instituições. O papel exercido pela Internet e as redes sociais seria o de instrumento de emancipação do indivíduo ou de instrumento de uso político para dominação ideológica?

Buscou-se então discutir e apresentar uma noção de “informação”, apesar do seu caráter polissemântico, ao realizar uma aproximação da ideia de “informação semântica” de Floridi, onde “informação” é todo conjunto de dados com boa formação, com significado e verdadeiro através da sua natureza de ordem sintática, no sentido de que seus dados apresentam uma relação lógica entre si com o propósito de garantir a compreensão do seu conteúdo, com a noção de “desordem informacional” que não necessariamente exige uma má formação sintática (o que a aproxima da noção de “informação semântica” de Floridi), para que se promova a distorção ou manipulação de conteúdo, contudo depende da geração de engano e do potencial de suscitar dano, com o objetivo de esclarecer o significado das noções relacionadas, tornar seus limites conceituais mais nítidos, desenvolver um entendimento mais robusto por parte das diversas áreas do conhecimento que as estudam.

Esta compatibilização permitiu evidenciar que é possível gerar ações de “desordem informacional”, tanto através do uso de *disinformation* (conteúdo falso) como do uso de informação (conteúdo verídico), com a finalidade de macular a reputação de indivíduos, instituições ou mesmo desestabilizar e produzir instabilidades em sistemas democráticos.

A pesquisa abordou a utilização dos algoritmos como fontes de produção de ações de violação do direito fundamental de privacidade, de vulnerabilidade sócio-política e controle, através da captura autorizada de dados sensíveis e não-sensíveis de usuários e não-usuários das redes sociais e das suas ações de predição com base em análise de dados, e os impactos da utilização massiva das tecnologias e do ambiente digital sobre as democracias.

Na análise dos temas relacionados à Internet, evidenciou-se a sua configuração como um ambiente contraditório, potencialmente ambivalente, capaz de disponibilizar um considerável

espaço democrático e livre para manifestação e formação cultural, ainda assim a sua arquitetura e recursos propicia a realização de uma série de abusos e violações de privacidade com geração de vulnerabilidades sócio-políticas.

É possível afirmar que a Internet não está claramente definida, seja como uma plataforma voltada para o esclarecimento e emancipação humana ou para a desorientação e o controle, e desta forma sua ambiguidade está ainda por ser resolvida, o que nos remete à imperativo de atuar de modo mais incisivo e abrangente possível no sentido de garantir que as ações e escolhas necessárias, sejam elas de resistência ou de avanço, se façam valer em benefício dos indivíduos e da sociedade.

1. AS MÍDIAS DE MASSA

Neste capítulo pretende-se abordar a questão de como o uso da tecnologia propicia o surgimento da *Indústria Cultural*, a formação e a expansão da mídia de massa, na perspectiva da *Teoria Crítica*¹ e a evolução história e conceitual de suas abordagens, fundada pelos pensadores da Escola de Frankfurt no início do século XX, que buscavam não apenas descrever e compreender as condições sociais de seu tempo, mas sobretudo criticar e procurar estabelecer medidas e propostas, com a finalidade de atuar com base nos diagnósticos efetuados, na solução dos possíveis impactos produzidos no meio social e no indivíduo, devido ao emprego social dos chamados meios de comunicação de massa desde o século XIX até os dias atuais, assim como trazer para essa discussão as contribuições mais atuais por parte dos pensadores: Douglas Kellner (2001), Marshall McLuhan (1969) e Neil Postman (2005).

A *modernidade*² trouxe um conjunto de ideias que por sua vez permitiram criar uma expectativa sobre o status e papel do indivíduo na sociedade, de que não só seríamos seres livres e distintos, como poderíamos construir uma sociedade na qual seria possível a todos não apenas alcançar uma vida justa, mas também obter a realização individual.

O projeto da modernidade intentou alcançar a realização coletiva da libertação do homem das autoridades metafísicas e das opressões sociais, ao afirmar a sua capacidade de autodeterminação e buscar a sua efetivação. Todavia, a história mostra que as utopias idealizadas transformaram-se meramente em ilusões do progresso, por meio de diversos conflitos de natureza política, militar e econômica, através de expectativas não realizadas.

Ao mesmo tempo, a partir do final do século XIX, a industrialização alcançou um maior grau de prevalência, abrangência, de desenvolvimento tecnológico, que a permitiu atingir intensidade de produção de itens essenciais e de outros tipos de bens em grande escala, e

¹ Pensamento filosófico, criado pela *Escola de Frankfurt*, formada por um grupo de intelectuais (Max Horkheimer, Friedrich Pollock, Franz Neumann, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Erich Fromm dentre outros), do *Instituto de Pesquisas Sociais* de Frankfurt, na Alemanha, no início do século XX, que estabeleceram um movimento filosófico, social e político com base nas ideias do marxismo.

² O estabelecimento do projeto da *modernidade* ocorreu ao longo do século XVIII, repercutiu nos séculos XIX e XX, e caracterizou-se por um movimento onde o ser humano buscou se voltar para si. A base da sua aplicação consistiu no estímulo e prática das ciências, universalização da moral e do direito, e da arte e visava uma prática que permitisse sustentar uma maior estruturação racional das condições de vida.

facilitar a disseminação desses produtos entre uma parcela a cada dia mais significativa dentro da população.

Este regime de produção em grande escala com o tempo passou a incidir sobre os chamados produtos populares, culturais, ao buscar adaptar as obras de arte conforme um padrão estético, elaborar e adotar novas técnicas para colocá-las no mercado.

Todo este cenário propiciou o surgimento de grandes empresas e conglomerados privados, que passaram a atribuir um poder cada vez maior às tecnologias de reprodução e a difusão de bens culturais como produtos de consumo.

O termo Teoria Crítica, apareceu pela primeira vez através de um artigo de autoria do próprio *Max Horkheimer* publicado na revista *Zeitschrift für Sozialforschung* (Revista de Pesquisa Social), mantida pelo próprio Instituto de Pesquisa Social, no ano de 1937 e intitulado: “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*” no qual descreve como sua finalidade a crítica da sociedade e a natureza ativa (por buscar a superação dos problemas diagnosticados), de um novo tipo de teoria em franca oposição à concepção teórica tradicional³ de natureza apenas explicativa/descritiva.

Já o termo *Escola de Frankfurt* ao contrário do que faz parecer, não denota especificamente a existência de uma *Escola Filosófica* no sentido comum de membros que abraçam de forma uníssona um mesmo conjunto de temas ou uma doutrina; muito pelo contrário. O desenvolvimento da *Teoria Crítica* evidenciou acirrados choques de visão e abordagens⁴ entre os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social, mas que terá seu significado como escola intimamente relacionado por outros dois fatores: em um primeiro ponto devido ao pequeno grupo de pensadores ligados ao processo interdisciplinar que contribuiu na formulação da Teoria Crítica, em um segundo ponto:

[...] designa antes de mais nada uma forma de intervenção político-intelectual (mas não partidária) no debate público alemão do pós-guerra, tanto no âmbito acadêmico como no da esfera pública entendida mais amplamente (NOBRE, 2004. p. 16).

³ Para os membros do *Instituto de Pesquisa Social* de Frankfurt, a *Teoria Crítica* visava descrever, criticar, produzir propostas a fim de atuar nas soluções dos possíveis impactos produzidos na sociedade pela ação das forças do capitalismo de mercadoria, e desse conta da evolução da razão humana no tempo; em contraste com a *Teoria Tradicional*, que visa somente entender e explicar a sociedade.

⁴ O pensamento dos intelectuais pertencentes à *Escola de Frankfurt* é caracterizado não só por uma grande heterogeneidade de temas como também pela origem em diferentes áreas, justificada pela diversa formação (Filosofia, Psicanálise, Sociologia, Arte) dos vários membros. “Eles diferiam tanto no plano epistemológico quanto nas estratégias e nas saídas políticas. Essa falta de homogeneidade faz com que alguns estudiosos questionem a ideia de *Escola*” (TERRA; REPA, 2011).

Os membros da Escola de Frankfurt defendiam através da Teoria Crítica a necessidade de suplantarmos o diagnóstico efetuado da situação caótica (tanto no aspecto político quanto no aspecto econômico), a qual os europeus estavam submetidos à sua época (logo após o término da 2ª Guerra Mundial). Para estes pensadores o trabalho a ser executado era justamente o de ultrapassar o subjetivismo e o realismo da limitada *Teoria Tradicional*.

Pode-se então escrever que por Teoria Crítica define-se uma determinada teoria da sociedade, assim como um método de investigação e uma escola de pensamento.

Segundo Marcos Nobre:

Nesse sentido, a riqueza da experiência da *Teoria Crítica* até a década de 1950 permitiu que se lançasse mão de temas e desenvolvimentos teóricos os mais diversos, por vezes até mesmo conflitantes entre si, ao mesmo tempo em que se afirmava perfazerem uma unidade doutrinária. Com isso, interesses teóricos muitas vezes divergentes puderam encontrar ressonância em pelo menos um dos autores da Escola e afirmar, assim, sua referência a um suposto “núcleo teórico comum”, legitimando, com isso, sua pretensão de pertença à *Escola*. Esse tipo de procedimento levou muitas vezes a que, partindo de uma determinada obra de determinado autor, fossem atribuídos aos outros “componentes” da Escola aquela mesma posição teórica. Da mesma forma, objeções dirigidas a um único “componente” afetavam o conjunto da Escola (NOBRE, 2004, p. 16).

O que dá sustentação e um corpo homogêneo à essa tradição filosófica apesar da sua patente diversidade teórica e de campo de formação é a sua investigação constante acerca do diagnóstico da época em que está inserida e sua busca pela identificação dos potenciais fatores emancipatórios e igualmente dos fatores geradores de obstáculos ao desenvolvimento pleno desses referidos potenciais, nas sociedades capitalistas contemporâneas⁵ que por sua vez se apresentam em constante mudança. A busca dos diagnósticos e da identificação dos potenciais emancipatórios e obstáculos relacionados promove a sua atualização constante, mesmo à guisa de críticas internas e debates entre os seus próprios representantes, é a condição formadora da sua unidade.

⁵ Estas exigências foram postas por Horkheimer, em seu texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, como os dois princípios que as distinguem (TERRA; REPA, 2011).

Para Marcos NOBRE (2004, p. 16): “Aqui parece residir justamente o poder do rótulo *Escola de Frankfurt*: sua força está exatamente em que inexiste a unidade, ao mesmo tempo em que a unidade é afirmada com todo vigor a cada vez”.

É por isso que retomar a expressão original *Teoria Crítica* significa, entre outras coisas, demarcar um campo teórico que valoriza e estimula a pluralidade de modelos críticos em seu interior. Nesse sentido, a *Escola de Frankfurt* diz respeito a um determinado momento e a uma determinada constelação da *Teoria Crítica*. A *Escola de Frankfurt* como denominação político-intelectual já cumpriu - e com louvor - seu papel histórico. Cabe hoje levar adiante o projeto crítico sob novas formas (NOBRE, 2004, p. 16).

Para Max Horkheimer, Theodor Adorno e outros frankfurtianos a conversão da *arte e cultura* em produtos de *consumo*, conforme citado anteriormente (processo descrito e denominado por eles como Indústria Cultural⁶), mais do que um artifício que permitiria declarar que tudo passou a ter o status de *mercadoria*, correspondia a uma ação de subordinação da consciência à racionalidade capitalista. Indicaria o surgimento de uma prática social através da qual a produção cultural e intelectual passaria a ser orientada em função de sua possibilidade de consumo no mercado.

Para Jürgen Habermas (também pertencente aos quadros da Escola de Frankfurt), a conjuntura histórica e social então diagnosticada, foi o ponto de partida para o entendimento da crise da vida política de então, manifestada através da crescente apatia da população para com a ação política, relacionada à destruição da cultura como processo de formação libertador, na sua conversão em *mercadoria* e de uma instrumentalização e esvaziamento da vida dos indivíduos. Herbert Marcuse, é também considerado um dos representantes da Teoria Crítica no século XX. Durante suas pesquisas no período pós 2ª Grande Guerra compreendeu que o capitalismo havia alcançado um novo grau de maturidade e identificou o surgimento de uma forma mais complexa, mais eficiente embora aparentemente contraditória, mais sutil, de dominação.

⁶ O termo *Indústria Cultural* foi criado dentro do contexto da obra “*A Dialética do Esclarecimento*” de Theodor W. Adorno & Max Horkheimer, de 1947 (que trata, dentre outros temas, do consumo da cultura como *mercadoria*, inserida na então sociedade industrializada), constitui uma crítica dos autores, por constatarem que a cultura estava então intimamente relacionada ao consumo (dentre outros motivos, pelo *fetichismo de consumo*), e ressalta que não se tratava do fabrico de *produtos culturais de massa*, devido ao fato dos mesmos não terem a sua produção sob a responsabilidade das massas, assim como se esforçaram em evidenciar o caráter controlador e mercantil dessa indústria.

Foi através do estudo de outros temas, muitas vezes transversais à economia e indústria que esses intelectuais constataram a crescente importância dos chamados fenômenos de *mídia* e da *cultura de mercado*, que passaram a contribuir e atuar na formação do modo de vida do homem contemporâneo.

Os frankfurtianos foram os primeiros a perceber a preponderância que a Indústria Cultural assumiu na sociedade⁷ em pleno século XX, e que tradicionais instituições sociais como a família, a religião e a escola perdiam rapidamente sua influência socializadora para os grandes conglomerados de mídia: “A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo” (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 13).

Por agir através do propósito da massificação e consequentemente de desumanização da cultura, a Indústria Cultural dificulta o desenvolvimento de indivíduos com a capacidade crítica de julgar e decidir de uma forma mais consciente, dificulta a emancipação do pensamento e a formação de sujeitos autônomos, a partindo do pressuposto que a ação do *pensamento crítico* é uma condição necessária para a constituição de uma sociedade mais livre e democrática.

Algo muito significativo e totalmente novo havia então ocorrido. Inesperadamente, o sistema capitalista havia rompido com os seus limites de atuação para além da esfera econômica e passara a atuar no campo da formação de uma visão e de uma prática de mundo, através da conversão dos produtos culturais em mercadoria.

O processo de formação ocorre pela ação dos meios de comunicação que transmitem e difundem conteúdos de entretenimento aos quais os indivíduos procuram com avidez.

Em contrapartida, conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação de massa também podem desempenhar um papel importante no contexto social pela capacidade de fornecer informações de caráter educacional, instrutivo, informativo.

Através da Indústria Cultural os indivíduos passam a ser submetidos a um processo de formação, não apenas durante a jornada de trabalho, mas também nos seus momentos de lazer, pois os meios de comunicação de massa trabalham como um mecanismo de alienação⁸, ao dificultar ou mesmo impedir que os indivíduos pensem criticamente sobre a sua condição social e sobre a sua existência.

⁷ Para Harbemas, a *Indústria Cultural* representa uma forma de controle social ou mando organizacional.

⁸ Vulgarmente, o termo *alienação* costuma significar uma condição na qual o ser humano apresenta ou sofre de uma compreensão imperfeita da realidade que o cerca. Dentro do contexto dos estudos da *Indústria Cultural*, está relacionado às condições de produção nas quais o *produto* torna-se *independente e estranho* àquele que o produziu e assim, pode ser expresso através da condição à qual o trabalhador se encontra, de *alienado* quanto ao produto de seu próprio trabalho.

Cabe aqui salientar que os grandes conglomerados proprietários dos meios de comunicação são empresas e toda empresa tem um empregador, ou um grupo econômico que representa e defende um conjunto de ideias e interesses que visam sua expansão, lucro e uma estrutura socioeconômica que viabilize e facilite a consecução desses objetivos.

O ponto fundamental que deve ser destacado não é o conhecimento, a ciência, a literatura, a arte, o conteúdo em si, divulgado em massa pelos meios de comunicação, mas o fato dos indivíduos estarem ligados aos mesmos como *bens de consumo*, assim como os próprios indivíduos, sem o pensamento crítico e sem emancipação se tornarem *objetos de consumo*. Marcuse, na realização do seu trabalho, defende a ideia que o atual modo de vida industrial não existe para emancipar os indivíduos do trabalho alienante e permitir assim com que os mesmos tenham um maior tempo livre para desenvolver as suas potencialidades latentes, mas que o modo de vida industrial existe para que ocorra a dominação dos homens e da natureza em nome do capital.

Através da formulação de uma *Teoria Social Crítica*, Marcuse buscou compreender e descrever em suas obras, essas condições sociais de seu tempo no que diz respeito à cultura, à tecnologia, ao trabalho, dentre outros temas afins⁹.

Em seu livro, *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*, publicado originalmente em 1964, Marcuse declara:

Na realidade social, a dominação do homem pelo homem é, a despeito de toda transformação, o contínuo histórico que une Razão pré-tecnológica e Razão tecnológica. Contudo, a sociedade que projeta e empreende a transformação tecnológica da natureza altera a base da dominação pela substituição gradativa da dependência pessoal (o escravo, do senhor, o senhor do doador do feudo etc) pela dependência da ordem objetiva das coisas (das leis econômicas, do mercado etc). Sem dúvida, a "ordem objetiva das coisas" é ela própria, o resultado da dominação [...] (MARCUSE, 1973, p. 142).

Nessa obra, o autor realiza um estudo sobre o modo de organização social da vida nas sociedades industriais avançadas, notadamente nos países desenvolvidos do hemisfério norte, no pós Segunda Grande Guerra.

Para Marcuse (1973), nesse período a nossa sociedade passou por um processo grande de transformação que impactou em seu modo de vida. Tais mudanças ocorreram a partir da

⁹ Herbert Marcuse, em suas obras, apresenta uma descrição da tecnologia, como um processo eminentemente social, que influencia as relações sociais e é por elas influenciada.

introdução de melhorias e novidades tecnológicas, que por sua vez possibilitaram um grande aumento na produção em massa e na disseminação dessa mesma tecnologia.

A industrialização passou a produzir em larga escala, alcançou um número ainda maior de pessoas e fomentou uma cultura de massa em relação aos aspectos estético, econômico e técnico, baseada em uma intensa padronização, no hiperconsumo, na obsolescência programada.

Como consequência quase imediata dessas mudanças introduzidas no seio da sociedade, sobreveio um novo modo de vida com facilitado e generalizado acesso ao conforto, com o surgimento de uma enorme variedade de produtos e serviços para uma grande parcela da população em geral, o que evidenciava uma inter-relação entre o poder tecnológico e o poder econômico e levou Marcuse a explicitar que na realidade social já da sua época, este conjunto de produtos/serviços e tecnologias operavam como um mecanismo de dominação, então utilizados pelo sistema para efetivar seu controle social: “a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle e coesão social” (MARCUSE, 1973, p. 18).

Posto dessa forma, todo o aparato suportado pelo conjunto dessas tecnologias se caracterizaria por uma neutralidade inexistente, pelo fato de ter a capacidade de transformar a racionalidade humana em uma racionalidade tecnológica¹⁰, que na visão de Marcuse, serviria como um veículo de transformação da dimensão de liberdade real em *unidimensional*.

Essa aludida transformação se daria devido ao fato de que o modo de organização em uso estaria assentado em uma noção de racionalidade que acarretaria uma visão reducionista da existência humana atrelada eminentemente à atividade de produção de mercadorias. Diante desse cenário, o que poderia ser intitulado de “desenvolvimento do homem”, estaria restringido à uma única atividade social, à uma única dimensão, que seria a da reprodução da vida material. Ou seja, ocorreria a subversão do desenvolvimento do homem ao modelo industrial de produção.

Neste tópico foi abordado o surgimento da Indústria Cultural, a formação e expansão das Mídias de Massa a partir do final do século XIX até os dias atuais, através do desenvolvimento tecnológico e as transformações socioeconômicas do século XX, com base na perspectiva da Teoria Crítica, ao diagnosticar e caracterizar os mecanismos de controle e dominação social. Nos próximos tópicos daremos continuidade ao afunilar a análise das mídias de massa e focar

¹⁰ Segundo Marcuse (1973, p. 37): “A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação e criar um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo”.

a discussão mais especificamente nos meios de comunicação que foram produzidos com o surgimento e aprimoramento das tecnologias, algumas de suas características, o impacto produzido sobre os conteúdos transmitidos e sobre a cultura das sociedades onde essas mídias atuam; principalmente a Televisão, Internet e as redes sociais.

1.1 A Televisão

Assim como ocorreu no final do século XIX e início do século XX (através da fotografia e do cinema), com o surgimento de novidades técnicas que exerceram grande impacto no ambiente cultural, enfrentamos hoje a mesma experiência ao assinalar e conhecer os impactos das novas tecnologias surgidas e aprimoradas a partir da segunda metade do século XX para o XXI: a televisão¹¹, a Internet e as redes sociais, sobre a cultura da atualidade.

A esse respeito, quais sejam os efeitos do consumo ou exposição ao conteúdo veiculado pela televisão, Theodor Adorno afirmou à sua época que até aquele dado momento nenhuma pesquisa havia conseguido com êxito, estabelecer se o comportamento humano poderia ou não ser influenciado pela televisão, mas no entanto, afirmou que:

Suspeito muito do uso que se faz em grande escala da televisão, na medida em que creio que em grande parte das formas em que se apresenta, ela seguramente contribui para divulgar ideologias e dirigir de maneira equivocada a consciência dos espectadores (ADORNO, 2010, p. 77).

Os meios de comunicação de massa, conforme demonstrado em análise realizada no tópico anterior desse trabalho, nunca se preocuparam ou tiveram como prioridade oferecer uma influência positiva e esclarecedora sobre a sociedade e seus indivíduos, até porque como se não fosse o bastante o seu alinhamento com os setores dominantes da sociedade, passaram a integrá-lo de uma forma preponderante.

¹¹ Ray Bradbury, autor de literatura de ficção, declarou em entrevista que sua famosa obra “*Fahrenheit 451*” de 1953 (uma distopia que descreve uma sociedade governada por uma forma de autoritarismo com uma singular característica de proibir qualquer tipo de literatura, impedindo de ser esta um meio para aquisição de conhecimento crítico), se constituía em uma crítica metafórica à Televisão.

Por ser reconhecida e destacadamente o mais importante veículo de *formação de opinião* para o público consumidor da segunda metade do século XX, buscou através desse ardil não apenas a sua deliberada expansão, mas também a sua própria perpetuação que por fim lhe permitiria atribuir com muito mais facilidade, eficiência e eficácia, um conjunto de valores ou uma determinada cultura para uma coletividade, através da sua atuação específica como veículo de comunicação de massa, e assim mais facilmente formar a opinião dos indivíduos e da sociedade. Marcuse, na sua obra '*Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*' (MARCUSE, 1999), descreve que a tecnologia na contemporaneidade componha um novo modo complexo de organização e de perpetuação das relações sociais, que se distingue por uma atuação como instrumento de controle e dominação dos indivíduos por meio de um processo de enfraquecimento histórico do individualismo, onde o desenvolvimento da indústria e das tecnologias modernas afligiram a base da crítica e submeteram o indivíduo à dominação crescente através do seu aparato técnico-social.

Como exemplo das ideias do Marcuse expostas acima, podemos citar a exportação da cultura de massa produzida pela Indústria Cultural norte-americana, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, que invadiu a Europa e a América do Sul como um elemento formador de uma visão de mundo.

Douglas Kellner¹², ao desenvolver sua análise e crítica da sociedade atual a partir de uma dinâmica dualista no capitalismo avançado, observou que o *tecnocapitalismo*¹³ não apresenta apenas formas de dominação, mas também elementos de progresso na medida em que fornece condições para a implementação de novas tecnologias e modos de informação, que muitas vezes têm um impacto potencialmente benéfico na vida em sociedade:

Enquanto os teóricos críticos tendem a criticar o consumo em si como atividade fetichista e mercadorias como intrinsecamente sedutoras e manipuladoras, investigações mais diferenciadas de vários tipos de consumo revelam uma grande variedade de usos de commodities, atitudes em relação a elas e práticas de consumo individualizadas. [...] O consumo pode portanto, ser uma atividade racional que melhora a vida, que aumenta as capacidades humanas e cumpre com necessidades humanas genuínas. Consequentemente, em vez de denunciar as commodities e o consumo em si, devemos tentar discriminar entre commodities valiosas e inúteis ou duvidosas, e o consumo

¹² Filósofo americano, nascido em 1943. É compreendido como um teorizador do capitalismo avançado, que se apoia na tradição crítica e busca analisar os processos sociais existentes no sistema *tecnocapitalista* e que defende a relevância da cultura e dos meios de comunicação no contexto contemporâneo.

¹³ O *tecnocapitalismo*, conforme Kellner, procura descrever e entender a configuração da atual sociedade capitalista, na qual as tecnologias avançadas e o conhecimento técnico-científico transformam os processos produtivos e geram novas formas de organização social e de cultura.

desumanizado, fetichizado em oposição ao consumo criativo, que melhora a vida (KELLNER, 1989, p. 161) (tradução minha).

Para Douglas Kellner, autor de *A Cultura da Mídia. Identidade política entre o moderno e o pós-moderno* (2001), obra através da qual tenta explicar como é possível opor-se à chamada *manipulação das mídias de massa*, ao descrever a maneira através da qual o conteúdo midiático encapsulado pela tecnologia atual se incute e atrai através de artifícios subliminares, em termos de propaganda, ao procurar estabelecer normas de conduta, de pensamento e de se posicionar frente à certas circunstâncias.

É através deste fato que o autor defende a importância, mais significativa a cada dia, do estudo e análise rigorosa dos programas de TV, produções cinematográficas, já que o teor do seu conteúdo midiático tem formado nos indivíduos e na sociedade, padrões homogeneizantes de costumes e hábitos. Portanto, a função desempenhada pelas mídias no cenário em constante mudança da contemporaneidade, demanda a utilização de métodos e reflexões analíticas cada vez mais rigorosas.

Segundo Douglas Kellner:

A cultura veiculada pela mídia induz os indivíduos a conformar-se à organização vigente da sociedade, mas também lhes oferece recursos que podem fortalecê-los na oposição a essa mesma sociedade (KELLNER, 2001, p.12 e 13).

Douglas Kellner aponta em seus textos que a Teoria Crítica além de se sustentar na obra de Marx, recebeu influências das obras de Friedrich Nietzsche, Max Weber e Sigmund Freud. Para ele, o potencial dessa corrente de pensamento se encontra justamente na preocupação com o *destino da modernidade* e no fornecimento de teorias sistemáticas e abrangentes da sociedade moderna “combinadas com diagnósticos críticos das suas limitações, patologias e efeitos destrutivos”, a fim de gerar elementos para uma defesa progressista (KELLNER, 1989, p. 3). Neil Postman¹⁴ em sua obra *Amusing Ourselves to Death* faz uma avaliação das mudanças e impactos na cultura ocidental desde o advento das modernas tecnologias de comunicação e

¹⁴ Neil Postman (1931-2003), foi um dos mais importantes teóricos da comunicação dos Estados Unidos. Professor da Universidade de Nova York, escreveu diversos livros que abordavam principalmente a questão da conexão entre a indústria da mídia e a educação.

mostrou como a mídia mais popular da sua época molda o discurso do mundo. Postman se concentra em como a *televisão* afetou negativamente o nível da comunicação pública na América contemporânea, e a sua análise dos *mecanismos* através dos quais ocorre a *moldagem* ou *manipulação* do *discurso* ou do *conteúdo*, não apenas permanece, como possibilita ser estendida para fora dos limites da sociedade norte americana, e tornou-se ainda mais relevante hoje, na era da Internet.

Em *Amusing ourselves to death*, Postman argumenta, que todo meio de comunicação tem seu modo próprio, específico de aquisição do conhecimento e que até os primeiros séculos da história norte-americana houve primazia absoluta do que ele chamou de *discurso impresso*, ou em suas palavras, se vivenciava a *Era da Tipografia*, ou *Era da Explicação*. Para o autor, tal período se caracterizou pelo enorme apreço à argumentação lógica e pela clareza na explicação escrita das ideias.

Era o comum à época que todos os grandes oradores, tanto no meio educacional/acadêmico, ou da política, assim como do direito ou da religião, se dirigirem a seus públicos por meio de discursos escritos, e a leitura era a atividade hegemônica para aquisição da informação e do conhecimento em todas as camadas sociais na América do Norte colonial, até a de meados do século XIX. A leitura àquela época, em função da tecnologia disponível, se dava à luz de velas ou mesmo através do uso de candeeiros à gás/querosene, depois das muitas horas diurnas no trabalho, estaria, portanto, longe de ser considerada uma atividade puramente recreativa, ao exigir por conseguinte, um esforço perseverante e deliberado.

Postman então, caracteriza esta civilização e seus membros em maior ou menor grau, dedicados à leitura, não apenas como indivíduos simplesmente letrados, mas como capazes de acompanhar linhas de raciocínio extensas e complexas, e defende esses seus argumentos com dados e números que confirmariam a existência à época de uma enorme atividade editorial/tipográfica. A razão do mesmo iniciar a sua análise acerca dos impactos dos meios de comunicação no ambiente social e na formação da relação entre o indivíduo e a sociedade com a informação e o conhecimento fica patente quando ele levanta um ponto interessante acerca de uma grande ruptura tecnológica que sobreveio com a invenção por parte do americano Samuel Morse do telégrafo com fios, em 1844.

Para Neil Postman, a invenção e adoção do *telégrafo* conseguiu introduzir uma característica marcante e inovadora na questão da transmissão da informação, ao aniquilar a correlação até então existente entre o conteúdo da comunicação e seu agente de transporte.

No uso desta tecnologia/meio de comunicação, o conteúdo se caracterizava por ser bastante sintético (assim como no futuro *telegrama*, e sua versão virtual: o Twitter).

Com isto, a informação se emancipou da obrigatoriedade de um contexto, que por sua vez seria essa uma das principais características da circulação de informação na televisão, ao retroagir até a época em que o livro foi criado; ao mesmo tempo em que vislumbrou e alertou, para semelhantes problemas futuros em relação a essa mesma questão com relação ao uso do computador, tecnologia que nessa época ainda se constituía em uma novidade.

Neil Postman introduz então em seu trabalho a noção de *transformações epistemológicas* relacionada à maneira como se dá a aquisição da informação, ocorridas na passagem da *Era da Tipografia*, para a *Era do Show Business* ou *Era do Entretenimento* (a nossa era atual - com a presença da TV e da Internet), e que essas mesmas proporcionam a deterioração do discurso público sob o impacto da televisão em diferentes áreas, principalmente na política, na religião e na educação.

O mote da questão levantada por Postman é a de que o foco do *discurso*, ou o conteúdo veiculado nos anúncios comerciais, por exemplo, não são os produtos mas os seus consumidores em si. As empresas deixaram assim de investir em pesquisas sobre os produtos e passam a direcionar maior atenção para pesquisas de prospecção e caracterização de mercados:

Las Vegas é uma cidade inteiramente dedicada à ideia de entretenimento e, como tal, proclama o espírito de uma cultura na qual todo discurso público assume cada vez mais a forma de entretenimento. Nossa política, religião, notícias, atletismo, educação e comércio foram transformados em assistentes, em adjuntos agradáveis do show business, em grande parte sem protestos ou mesmo muito alarde. O resultado é que somos um povo à beira de nos divertir até a morte¹⁵ (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 3) (tradução minha).

Com isso, os discursos dos políticos tornam-se mais e mais irrelevantes quando apenas suas imagens passam a ter relevância¹⁶. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma

¹⁵ Uma pesquisa realizada pelo Instituto DATAFOLHA (*‘Hábitos Culturais dos Cariocas - População residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais’*), em 2013, revelou no geral, que a principal fonte de informação sobre eventos culturais ainda é a *televisão*, citada por 60% dos entrevistados, seguida da *Internet*, mencionada por 28% do público. Ao considerar apenas os entrevistados ‘conectados’ na *Internet* (acessam *Internet* diariamente), para obtenção de informações sobre eventos culturais, o índice é naturalmente maior, e chega a 43%. Porém, mesmo neste segmento, a TV continua sendo a fonte mais citada, com 51% das menções. O que revela a dimensão e relevância desses dois meios de comunicação de massa em nossa sociedade.

¹⁶ Este ponto nos faz lembrar da obra do intelectual francês Guy Debord: *A Sociedade do Espetáculo*, na qual o autor declara que os indivíduos passaram a ser *mediados* por imagens; onde os filmes, as novelas, propagandas e principalmente os *modelos de existência* são comunicados e transmitidos de forma sedutora. O *ser humano*

relação social entre pessoas, mediatizada por imagens.” (DEBORD, 1997, p. 14). E segundo Neil Postman:

De fato, podemos ter chegado ao ponto em que os cosméticos substituíram a ideologia como o campo de especialização sobre o qual um político deve ter controle competente. [...] Os empresários americanos descobriram, muito antes do resto de nós, que a qualidade e a utilidade de seus produtos estão subordinadas ao artifício de sua exibição (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 4) (tradução minha).

Ou que, ainda afirma Postman, com relação à nossa atual sociedade:

[...] de fato, metade dos princípios do capitalismo, elogiados por Adam Smith ou condenados por Karl Marx, são irrelevantes. Mesmo os japoneses, que dizem fazer carros melhores do que os americanos, sabem que a economia é menos uma ciência do que uma arte performática, como confirma o orçamento anual de publicidade da Toyota (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 4 e 5) (tradução minha).

Ele reforça seu argumento ao mencionar que embora os quinze primeiros presidentes norte-americanos (que viveram na Era da Tipografia) provavelmente não seriam reconhecidos ao circular pela rua (eram conhecidos por seus discursos), em tempos mais recentes, sob o domínio da imagem (na Era do Show Business ou Era do Entretenimento), uma boa parte das pessoas não teria dificuldade alguma em reconhecer a imagem de qualquer celebridade, de Einstein a políticos e artistas, sem conhecer, no entanto, na maioria das vezes, o mínimo de suas palavras, ideias ou obras.

É um fato de conhecimento público e documentado através de diversas obras e autores, que não faltaram comentadores e críticos das mais diversas tendências e visões, que registraram a dissolução do chamado *discurso público* ao longo do último século, e a sua conversão ou seu esvaziamento de um conteúdo discursivo e semântico¹⁷, em direção à uma expressão de puro entretenimento:

tornou-se *imagem*, enquanto expectador *passivo*, perdendo a autoria da sua própria vida, e a adoção de um modelo social primado pela imagem em detrimento do real.

¹⁷ A *linguagem*, entendida como um *código de comunicação*, é utilizada como meio de expressão, e nesse contexto, a palavra é vista aqui não apenas como um conjunto de fragmentos sonoros utilizados na hora de expressar a fala, mas como dotada de um plano de conteúdo, ou seriam apenas meros ruídos sem valor ou significado algum.

Aqueles que escreveram vigorosamente sobre o assunto nos dizem, por exemplo, que o que está acontecendo é o resíduo de um capitalismo exaurido; ou, ao contrário, que é o fruto insípido do amadurecimento do capitalismo; ou que é o resultado neurótico da Era de Freud (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 4 e 5) (tradução minha).

A reformulação ocorrida na maneira como nós adquirimos a informação é muito importante, ainda mais agora do que era em 1985. Nossos principais veículos de notícias (atualmente a televisão e a Internet), já reconheceram em boa parte da população a sua incapacidade de discernir a opinião de um *fato* e o seu desinteresse em verificar a veracidade do conteúdo veiculado. E o cenário se agrava devido à grande variedade de programas de notícias de diferentes graus de precisão e inclinações políticas disponíveis a cada semana e o crescente aumento de *blogs* e páginas na Internet que produzem e veiculam conteúdo sem o menor trato ou zelo jornalístico e o agir assim simplesmente admitem o fato de que o mais importante é fazer com que as *notícias* sejam trazidos à tona e consumidas.

Principalmente no caso da televisão, o discurso é conduzido em grande parte por meio de imagens visuais, o que significa dizer que esse veículo nos dá uma conversa em imagens, não em palavras:

Nossa atenção aqui é sobre como as formas de discurso público regulam e até mesmo ditam que tipo de conteúdo pode resultar dessas formas. Para dar um exemplo simples do que isso significa, considere a tecnologia primitiva de sinais de fumaça [...] Você não pode usar fumaça para fazer filosofia. Sua forma/meio exclui o conteúdo (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 6 e 7) (tradução minha).

Por isso, para Neil Postman não se deveria fazer filosofia política na televisão. O meio funciona contra o conteúdo e gera um empobrecimento que o autor considera algo demasiadamente sério, que não deveria ser encarado e entregue como uma mercadoria para o show business. Evidentemente o que está aqui declarado não é a impossibilidade de se veicular conteúdo filosófico no ambiente televisivo (prática essa que já se afigurou através de incontáveis realizações, nos últimos anos).

A ideia que Postman deseja aqui salientar e defender é que o meio de comunicação disponibilizado pela televisão, sumamente baseado na veiculação de imagens ou um discurso

fundamentado em conteúdo imagético, que expande o seu teor sutil para um domínio além das palavras ao deixar um campo aberto para uma ideologia, qualquer ideologia, que irá semear valores e promover uma cultura que não se declara presente por palavras (difícil prevenir-se, estar atento ou combater algo que não se espera, que não se enxerga).

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento do mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário - o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente (DEBORD, 1997, p. 15).

A tecnologia televisiva é um meio aprimorado para a Era do Entretenimento, oferece aos espectadores uma variedade de assuntos, requer habilidades mínimas para compreendê-lo e é amplamente voltada para a gratificação emocional, a distração, o esvaziamento do conteúdo. Provavelmente por conta dessas características seja a televisão o principal veículo de mídia para apresentar ideias políticas usadas em campanhas e através de comerciais.

Alguns indivíduos aceitam tão completamente as definições de verdade, conhecimento e realidade das emissoras de televisão, que a irrelevância lhes parece estar repleta de importâncias, e a incoerência parece eminentemente sensata. Essa situação remete a um ponto relevante no pensamento de Postman dado pela sentença o “meio como epistemologia” que por sua vez se relaciona à questão da definição ou expressão da verdade no contexto do estudo das mídias. Para Neil Postman:

[...] qualquer forma de dizer a verdade é uma função da influência dos meios de comunicação. “Ver é acreditar” sempre teve um status proeminente como um axioma epistemológico, mas “dizer é acreditar”, “ler é acreditar”, “contar é acreditar” são outros exemplos que aumentaram ou diminuíram em importância à medida que as culturas sofreram mudanças na mídia. [...] À medida que a cultura se move da oralidade para a escrita, para a impressão, para a televisão, suas ideias de verdade se movem com ela (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 24) (tradução minha).

Para ilustrar tal entendimento, serão descritos dois cenários acerca da definição ou a expressão de verdade no contexto da mídia.

No primeiro caso, imagina-se uma cultura tribal exclusivamente oral, mas que ao longo da sua existência compôs um conjunto de *aforismos* para dar forma às suas *regras de conduta* ou *código de leis*, com a finalidade de ser usado na intermediação de conflitos entre os membros da tribo. Uma vez que indivíduos queixosos relatem oralmente ao chefe da tribo uma contenda para a qual buscam uma solução, o mesmo irá inquiri-los, irá consultar o seu repertório de aforismos e outros dispositivos da sua cultura oral, até encontrar aquele que melhor se ajusta para resolver a situação em disputa. Pode parecer prosaico para um membro de uma cultura escrita, mas deve-se considerar que uma cultura exclusivamente oral irá recorrer a todos os recursos que a fala ou a oralidade puder dar suporte, pois estes são as legítimas expressões do seu pensamento e expressões de verdades da sua cultura.

No segundo caso, imagina-se uma cultura escrita (sem acesso à eletricidade ou dispositivos eletrônicos). Se ocorrer uma situação de conflito análoga à situação descrita no primeiro caso, pode-se considerar que estarão registrados em livros de leis, resumos, citações (a Lei é o que foi escrito pelos legisladores), o método para se encontrar a verdade e dar solução ao conflito. Que de forma semelhante à primeira cultura, buscou a resolução na sua tradição, na sua cultura escrita como legítima expressão do seu pensamento. Importante considerar que em uma cultura escrita nada impede a expressão da oralidade, no sentido de que uma cultura posterior não necessariamente impede a expressão de uma cultura anterior, contudo predominantemente é adotada a forma escrita como veículo para declaração ou expressão da verdade por ser essa a forma considerada de maior relevância nesse tipo de cultura.

À medida que a cultura impressa perdeu a sua preponderância em virtude do avanço da cultura eletrônica, a televisão ocupou o espaço central na definição da nossa cultura e conseqüentemente, mudou a estrutura do discurso e criou a sua expressão de verdade, conhecimento e realidade:

[...] os meios eletrônicos mudaram decisiva e irreversivelmente o caráter de nosso ambiente simbólico. Somos agora uma cultura cujas informações, ideias e epistemologia são dadas pela televisão, não pela palavra impressa (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 28) (tradução minha).

Ao criar “conteúdo enganoso”, o significado de “estar informado” é alterado. São conhecimentos fragmentados ou superficiais, deslocados, irrelevantes, que criam uma ilusão de que o indivíduo “sabe algo”. Perde-se a sensação do que significa estar bem informado. A ignorância é sempre corrigível. Porém, o que fazer se a ignorância for tomada como conhecimento?¹⁸

O ponto aqui apresentado é que não se trata apenas de como os indivíduos adquirem a informação, mas sim, como saber que a mesma é *moldada* pela forma como a informação é recebida. A mídia de massa molda as mentes para que estas venham perceber de uma maneira em particular.

Na visão de Postman, toda revolução tecnológica em maior ou menor grau produz impacto na cultura, para além dos benefícios da própria tecnologia. É ao mesmo tempo um *meio* (uma nova possibilidade de ação) e uma *metáfora* (uma mensagem de mudança no conteúdo da cultura).

Por volta do século V a.C., a cidade de Atenas sofreu uma grande mudança cultural ao migrar da então predominante cultura oral para a cultura escrita. A escrita permitiu o uso do comentário, da crítica, da refutação mesmo com o *distanciamento no espaço e no tempo* entre o escritor e o leitor, permitiu construir uma *sequência argumentativa de natureza bem mais complexa* (e ambos, o distanciamento e a argumentação tão necessários ao amplo desenvolvimento do pensamento filosófico-científico), assim como possibilitou também o registro, a divulgação e a preservação do conhecimento e da cultura para a posteridade em bases muito mais abrangentes e seguras.

Como outros exemplos muito significativos pode-se citar a adoção da imprensa (invenção da máquina tipográfica com tipos móveis, por Guttemberg), que se deu na Europa em pleno século XVI, ao promover uma transformação cultural radical e mais recentemente o exemplo de uma revolução eletrônica através da adoção da televisão.

¹⁸ Em uma entrevista em 2007, intitulada “A grande fábrica de consensos”, o intelectual americano, Noam Chomsky comenta sobre o papel da mídia na manutenção do *status quo*: “no que se refere, por exemplo, ao orçamento federal dos Estados Unidos, a maioria dos norte-americanos deseja uma redução das despesas militares e um aumento correspondente das despesas sociais, dos créditos depositados para as Nações Unidas, da ajuda humanitária e econômica internacional. Deseja, também, a anulação da redução de impostos que beneficia os norte-americanos mais ricos, decidida por George W. Bush.

Em todos esses aspectos, a política da Casa Branca é contrária aos anseios da opinião pública. Mas as pesquisas de opinião que revelam essa persistente oposição pública raramente são publicadas pelas mídias. Resulta que não somente os cidadãos são descartados dos centros de decisão política como também são mantidos na ignorância sobre o real estado da opinião pública.

Já Marshall McLuhan¹⁹, autor da obra *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem* (1969), defende a posição de que uma nova tecnologia/um novo meio de comunicação é meramente uma extensão ou amplificação de um antigo, e emprega como exemplo o fato de que um automóvel cumpre o papel de um cavalo veloz através da sua condição de *extensão* ou *amplificação* de deslocamento.

Entende-se que a posição defendida por Postman para essa questão, parece ser a mais ajuizada por ser mais abrangente e mais assertiva em relação ao papel e impacto do meio midiático (notadamente a televisão) na sociedade atual, e principalmente a sua ideia de o *meio como metáfora*, conforme será exposto a seguir.

Neil Postman traz em um pequeno relato, uma sucinta análise do impacto que a adoção/utilização de um relógio possibilitou:

[...] “é uma peça de maquinário elétrico cujo *produto* é segundos e minutos.” Ao fabricar esse produto, o relógio tem o efeito de dissociar o tempo dos eventos humanos e, assim, nutre a crença em um mundo independente, de sequências matematicamente mensuráveis (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 6 e 7) (tradução minha).

A premissa central do trabalho de Neil Postman é a sentença de que o *meio é a metáfora*. A introdução em uma cultura de uma determinada técnica/tecnologia como a escrita, ou o óculos, não é meramente uma extensão do poder do homem mas uma transformação de seu modo de pensar e conseqüentemente, do conteúdo de sua cultura. Os óculos no século XII, permitiram ao homem refutar a sua crença na imutabilidade do destino, a partir da correção de uma condição na sua anatomia para a qual a medicina da época declarava não haver solução e sugeria a adoção de uma postura de aceitação ou sujeição por parte do enfermo.

Esta premissa do Postman é um distanciamento intencional do famoso slogan de Marshall McLuhan, de que o *meio é a mensagem*, cuja ideia consiste no deslocamento do *meio* da função

¹⁹ Herbert Marshall McLuhan, notabilizou-se como um teórico de estudos da mídia, famoso por sua máxima de que ‘o meio é a mensagem’ e por ter cunhado o termo *Aldeia Global* e cuja visão e perspicácia lhe permitiu vislumbrar o que viria a ser a *Internet* quase trinta anos antes da mesma ser criada. Foi um pioneiro dos estudos culturais e do impacto das novas tecnologias e os efeitos dos meios de comunicação na sociedade. Desenvolveu uma série de ideias que alcançaram grande repercussão e foram amplamente divulgados e têm sido revisitados por pesquisadores da comunicação da atualidade.

No seu livro *The Gutenberg Galaxy* (1962), o autor discorre sobre como a tecnologia (principalmente a mídia impressa) afeta a organização cognitiva dos indivíduos e como isso afeta a totalidade da organização social. McLuhan afirma também que as tecnologias não são simplesmente invenções que as pessoas empregam, mas são os meios pelos quais as pessoas são *reinventadas*.

de um simples canal de passagem da mensagem ou conteúdo para uma posição ativa e determinante na comunicação, através da formulação do sentido. Ele criticava os teóricos de mídia que analisavam apenas o conteúdo, ou a mensagem no meio, mas ignoravam a análise do meio em si. McLuhan ilustrava esse problema da ausência da análise do meio ao proferir que “o que falamos ao telefone não é tão importante quanto o fato de falarmos ao telefone”.

Marshall McLuhan apontava a possibilidade real do meio transformar a mensagem e para melhor entender a sua ideia de que *o meio é a mensagem* no contexto das mídias de massa, tomava o rádio e a televisão como exemplo para o tipo de mídia/veículo cuja concepção partia de uma premissa técnica da difusão coletiva e simultânea de conteúdo.

Com o objetivo de esclarecer o entendimento do postulado de McLuhan, a seguinte síntese foi elaborada através de um comparativo entre o rádio e a TV:

- “O rádio é o meio e a sua mensagem é a homogeneização coletiva do discurso”, assim como:
- “A televisão é o meio e a sua mensagem é a homogeneização coletiva da imagem”.

Assim se expressou Neil Postman sobre a ideia de meio e mensagem de Marshall McLuhan:

Para Marshall McLuhan, embora a cultura seja uma criação da fala, ela é “recriada” de novo por todos os meios de comunicação. Cada meio cria um modo único de comunicação, fornecendo uma nova orientação para o pensamento, para a expressão, para a sensibilidade. A comunicação na televisão é amplamente feita em imagens, não em palavras. O meio é a mensagem - por que também é conteúdo. (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 10) (tradução minha).

Para Neil Postman o papel do *meio* vai muito além da questão de ser apenas *canal e mensagem*, ele produz e transmite sentidos figurados:

De onde vêm nossas noções de mente, se não de metáforas geradas por nossas ferramentas? [...] Quando Galileu observou que a linguagem da natureza é escrita em matemática, ele quis dizer apenas como uma metáfora. A natureza em si não fala. [...] Nossas conversas sobre a natureza e sobre nós mesmos são conduzidas em qualquer “*linguagem*” que consideremos possível e conveniente empregar. Nós não vemos a natureza ou a inteligência ou a motivação humana ou a ideologia como “essas coisas” são, mas apenas como em nossas linguagens elas são. E nossas línguas são nossa mídia. Nossas *mídias* são nossas *metáforas*. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 15) (tradução minha).

Um ponto fundamental das ideias de Postman é a separação, independência do *conteúdo* da mensagem em relação ao *veículo* que transporta a mensagem. Em outras palavras, os fatos das notícias são os mesmos (desde que bem escritos), mas os sinais secundários criados pelos meios em que as informações e as notícias são transmitidas também moldam a recepção das mesmas. Como exemplo, Neil Postman observa que antes da invenção do telégrafo com fio, a maioria dos jornais se concentrava quase exclusivamente nas notícias locais. Então, o telégrafo com fio acelerou a divulgação de notícias nacionais e internacionais para que as informações pudessem ser obtidas em minutos, ao invés de dias ou mesmo semanas. A mudança não foi concretizada da noite para o dia, mas desde então a mudança de preocupação das questões locais para as globais nos superou completamente nos dias de hoje. A nova tecnologia introduziu novas formas de comunicação.

A ideia que existe por trás de um conteúdo chamado de “as notícias do dia” foi inteiramente criada pelo telégrafo com fio (e amplificada pelas mídias modernas), que tornou possível mover informações descontextualizadas por vastos espaços a uma velocidade incrível. É precisamente um evento de mídia, um fragmento, para várias mídias, cujas formas são adequadas para conversas fragmentadas.

O telégrafo com fio, dentro do contexto do estudo da mídia, introduziu um conceito novo: a linguagem das manchetes, fragmentada, impessoal, descontínua. Após o fim de uma mensagem, a seguinte não possuía conexão com a anterior. Cada mensagem, ou por assim dizer, cada manchete estava sozinha como seu próprio contexto.

Na perspectiva das ideias de Neil Postman, a mudança cultural estabeleceu à ideia de conhecer os fatos um novo significado: inteligência passou a significar estar informado acerca de muitas coisas, mas não necessariamente ter um conhecimento profundo sobre as mesmas. A comunicação telegráfica não permitia tempo para perspectivas contextuais e históricas aos fatos, e não dava prioridade ao conteúdo qualitativo.

A eficácia de cada meio para transmitir certos sinais paralelos altera sem esforço a maneira através da qual as pessoas tomam conhecimento das informações:

[...] sob o governo da *imprensa*, o discurso na América era diferente do que é agora - geralmente coerente, sério e racional; e então como, sob o governo da *televisão*, ela se tornou enrugada e absurda (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 16) (tradução minha).

Segundo Postman, uma grande mudança da *mídia-metáfora* ocorreu na sociedade com o advento da *televisão*, e resultou que o conteúdo de grande parte do nosso discurso público se tornou um absurdo perigoso:

[...] não medimos uma cultura pela sua produção de trivialidades indisfarçadas, mas pelo que ela afirma ser significativo. Aí está o nosso problema, pois a *televisão* é mais trivial e, portanto, mais perigosa quando suas aspirações são altas, quando se apresenta como portadora de importantes conversas culturais (POSTMAN; POSTMAN, 2005, p. 16) (tradução minha).

Para Postman, o escritor *Aldous Huxley*²⁰, autor da obra *O Admirável Mundo Novo*, publicado em 1931; uma distopia futurista que relata uma humanidade auto submetida a uma sujeição dócil por parte de seus indivíduos à sua condição social, foi perfeitamente realizada na chamada *Era do Entretenimento*, através da exacerbação do entretenimento, por meio da televisão, como meio principal de sustentação.

O problema em si não residiria especificamente no conteúdo ao qual as pessoas assistem. O ponto central do problema estaria no fato de que assistem, pois os indivíduos iriam amar as tecnologias que possibilitariam anular a sua capacidade de pensar (criticamente), que iriam imbecilizar e entorpecer o pensamento²¹.

Quando poderíamos pensar e confiar como consequência do surgimento da modernidade, a existência e expressão de individualidades emancipadas, o que foi obtido e entregue foi uma massa com um pensamento com um caráter homogeneizado e essa mesma massa submetida a uma nova ordem social constituída.

Ao final, parece-nos que o escritor Aldous Huxley tentava nos alertar para o fato de que a grande aflição das personagens presentes em sua grande obra “*Admirável Mundo Novo*” não era que as mesmas estivessem totalmente envolvidas ou entorpecidas por estímulos e prazer ao invés

²⁰ Aldous Huxley, em sua obra, “*Admirável Mundo Novo*” descreveu uma população entretida demais com distrações, divertimento, lazer e risos, entorpecida pelos ‘prazeres’, para perceber que eles haviam se tornado impotentes.

²¹ Um dos cenários que o Aldous Huxley mais temia e destacou nas figurações de sua obra, era que não haveria uma razão maior para estabelecer a proibição ou o banimento dos livros, pois em sua visão da referida sociedade distópica, não haveria ninguém que tivesse interesse em ler um, em uma espécie de atitude depreciativa ou de negação do conhecimento, da cultura.

de pensar, mas sim, que na verdade elas não sabiam do que estavam rindo e menos ainda do porquê haviam parado de pensar.

Com esse cenário então estabelecido entre as décadas de 40 e 80 do século XX, o critério maior utilizado para a elaboração dos *produtos de consumo* era o lucro a ser obtido, ao tomar como base os apontamentos indicados pelas pesquisas de mercado e seguir um planejamento de produção orientado para a padronização, a fim de suprir as demandas indicadas pelas referidas pesquisas.

Neste cenário, a televisão (que alcançou a preponderância como mídia de massa na segunda metade do século passado), transformou a sua audiência em telespectadores-consumidores passivos devido às mínimas ou mesmo inexistentes condições para exercício de interatividade; nesse ponto específico, uma condição ou cenário exatamente diverso daquele que pretendemos analisar no tópico a seguir, no qual iremos tratar sobre o surgimento e o impacto da Internet e das redes sociais, como uma mídia de massa não tradicional, exatamente devido ao caráter explícito de interatividade.

1.2 A Internet e as Redes Sociais

Com o surgimento da Internet²² uma nova revolução tecnológica foi estabelecida na história da humanidade, que trouxe em seu bojo uma nova visão, uma nova perspectiva de como pensar e interagir com as pessoas e o mundo e divergir neste aspecto em relação às mídias de massa tradicionais (revistas, rádio, televisão etc).

Com o advento da rede mundial, a facilidade com que as mensagens e conteúdos diversos passaram a ser divulgados, atingiu uma escala nunca vista até então, com o acréscimo de que

²² Sistema global de redes de computadores interligadas e dispersas por todo o planeta e que permitem o intercâmbio de dados, mensagens, documentos, imagens, sons, vídeos, ao empregar para isso um protocolo comum de comunicação, com o intuito de possibilitar a interação entre usuários particulares, órgãos públicos, culturais, de lazer, institutos de pesquisa, instituições de ensino, organizações diversas, bibliotecas e empresas de todos os segmentos e de diferentes envergaduras.

A sua origem remonta a uma pesquisa encomendada por um órgão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos na década de 1960, para permitir estabelecer uma forma de comunicação através de redes de computadores, robusta e a prova de falhas, capaz de resistir a um possível ataque nuclear localizado por parte da antiga União Soviética. Uma vez debelada a ameaça de ataque nuclear soviético em meados de 1980, por conta de acordos diplomáticos estabelecidos entre os Estados Unidos e a URSS e o fim da chamada “Guerra Fria”, foi então disponibilizada a conexão entre a original rede governamental modernizada e outras redes então existentes (de cunho/uso acadêmico e também comercial), o que permitiu o surgimento da Internet moderna.

qualquer indivíduo a ela conectado, tornava-se um agente emissor e receptor de conteúdo através das interações realizadas.

Se por um lado intensificou as relações e o intercâmbio, apesar do distanciamento físico, em contrapartida, em alguns casos, significou a potencialização do afastamento do indivíduo em relação ao mundo real, externo, através do anteparo da tela do computador ou de outro dispositivo de comunicação.

Com a expansão da Internet, na última década do século XX, expressões como *compartilhamento*, *colaboração*, *intercâmbio* deixaram de pertencer a determinados nichos específicos de pesquisa de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e do ambiente digital, como passaram a figurar e exercer sua influência na sociedade como um todo²³, com enorme impacto sobre os processos de troca de conhecimento, conteúdo, de produção de bens, cujos efeitos começam a ser estudados, com mais profundidade principalmente nas esferas da economia, cultura, educação, política.

O produto central da sociedade na qual hoje vivemos não é algo manufaturado, ou industrializado, mecânico ou eletrônico, mas tão somente a informação, produzida e compartilhada incessantemente e a partir da qual são gerados produtos, equipamentos com funções específicas, máquinas, tecnologias, remédios, tratamentos etc não apenas atua e contribui para o desenvolvimento de todos os setores da nossa sociedade, mas principalmente suporta e sustenta o funcionamento dos mesmos através da utilização dos sistemas informatizados.

Um produto que não se desgasta, não se esgota e tem como uma das suas características principais a capacidade de ser reproduzido indefinidamente, frente aos debates estabelecidos pelos mesmos em meados do século passado com relação à Era da Reprodutibilidade Técnica, ao referir-se às novas conquistas estabelecidas pelas tecnologias da fotografia e do cinema.

Até antes do surgimento da Internet, a televisão era preponderante como veículo de mídia de massa utilizado para apresentar as ideias políticas, campanhas de publicidade e propaganda, notícias, e ocorrência de debates. Com o desenvolvimento da rede, a televisão perde progressivamente o predomínio para a Internet pela adoção por parte desta de tecnologias que lhe possibilitaram não apenas o uso e a entrega dos mais diversos formatos de áudio e vídeo,

²³ A Internet, através das tecnologias derivadas, permite a ação de indivíduos ou organização de grupos com objetivo tanto de apoio quanto de oposição ao *status quo*. Esses últimos (ex.: hackers, ativistas, anarquistas, contestadores em geral, Julian Assange e os documentos diplomáticos dos EUA, as revelações do Edward Snowden) dificilmente teriam voz e espaço nas organizações e mídias tradicionais.

ao ponto de tornar-se um meio *meta-mídia*, como até mesmo incorporar o modelo midiático de negócio da televisão.

Nas suas duas primeiras décadas de atuação, dos anos 60 do século passado até o início dos anos 80, a rede (inicialmente conhecida como ARPANET), tinha o seu uso dominado por instituições militares e de pesquisa. Nos primeiros anos da década de 80, o acesso foi disponibilizado para instituições acadêmicas em grande número, não só apenas nos Estados Unidos, mas também para diversas instituições, principalmente na Europa; quando ocorreu de fato a sua internacionalização.

Porém, foi apenas na segunda metade da década dos anos 80 que o seu uso foi liberado para instituições e atividades de natureza comercial, e passa então a receber enorme impulso de divulgação, grande visibilidade e com o seu movimento de expansão começou a ganhar bastante popularidade e usuários.

Novas tecnologias foram aos poucos introduzidas, e que contribuíam para sua popularização. A partir desse momento muitos passaram a descrever a então jovem Internet como um ferramenta que alimentava a ideia de uma utopia digital, ou uma espécie de *ágora digital* através da qual seus usuários poderiam estabelecer contato, acessar e intercambiar diversas informações, conteúdos, artefatos, e no recôndito dos seus ambientes de trabalho ou mesmo nas suas residências partilhar da experiência de navegação, independentemente da faixa etária ou localidade ou país de origem.

Essa democratização da possibilidade de expressão global promovida pelo advento da Internet parece nos colocar na iminência de criar aquela grande *ágora* virtual, onde diferentes pontos de vistas, de praticamente qualquer pessoa, poderiam contribuir nos debates públicos (NETO; PERRUSI; FERREIRA, 2019, p. 36).

Esse período de otimismo ficou bem demarcado principalmente a partir dos anos 90 do século passado com o surgimento da *World Wide Web* ou simplesmente *www*²⁴, sistema de hipertexto

²⁴ O termo *www* é a sigla para a *World Wide Web* ou simplesmente *Web* e significa literalmente *rede de alcance mundial* ou mais apropriadamente *rede mundial de computadores*. O *www* é um sistema baseado no noção de hipermídia, que é a reunião de várias mídias interligadas por sistemas eletrônicos de comunicação através do qual é possível acessar qualquer site/endereço disponível para consulta. O sistema foi concebido por Tim Berners-Lee, pesquisador do CERN (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares), e utilizado a partir de endereços e links para navegação e deslocamento entre as diferentes páginas de conteúdo então disponíveis na época da sua criação).

para a navegação entre as diferentes páginas de conteúdo então disponíveis na época, o que finalmente possibilitou que a Internet expandisse a sua atuação para muito além dos limites das instituições militares e dos centros de pesquisa acadêmicos (até aquele momento as únicas instituições usuárias, mantenedoras e a razão para da sua criação), e se transformasse em um fenômeno de uso e acesso coletivo, com sua conversão em um veículo de comunicação de massa, ou uma *mídia de massa* (semelhantemente às chamadas mídias tradicionais - mídia impressa, o rádio ou a televisão), mas que apresentava uma característica específica que a permitiria se diferenciar de modo significativo em relação a esses veículos de mídia de massa tradicionais: a sua *interatividade*.

Essa interatividade se caracterizava e era produzida pela relativa facilidade na utilização de poucos recursos materiais necessários para se permitir que um *usuário* se expressasse ou obtivesse uma experiência de interação com os demais usuários online em comparação com os custos e equipamentos necessários para a produção e divulgação de conteúdo para as mídias de massa tradicionais.

Tal característica específica e diferenciadora permitia que o então usuário da Internet alcançasse a condição de um emissor de conteúdo e agente efetivo no processo produtivo de comunicação, e deixa para trás o perfil excludente (ao considerar como critério a interação e produção individual/pessoal de conteúdo), e exclusivamente receptivo oferecido até então pelas antigas mídias de massa.

Muitos intelectuais e analistas passaram à época, a destacar e até mesmo enaltecer publicamente o caráter eminentemente emancipatório que a recém surgida Internet, como veículo de expressão oferecia aos seus usuários e à sociedade, através da produção e divulgação de conteúdo desvinculado das demandas e interesses dos grandes e tradicionais conglomerados de mídia e dos seus financiadores/mantenedores, e consequentemente empoderar os indivíduos responsáveis pela produção dos conteúdos.

Segundo Vilém Flusser²⁵ que se utilizava do termo *sociedade telemática* (para o que hoje costumamos chamar de sociedade informacional), para descrever o ambiente e a época em que ocorria o surgimento da Internet:

Funciona basicamente através de três parâmetros: o HTTP, que indica o protocolo de comunicação que permite a transferência de informação entre as diferentes redes; a URL, que é a parte responsável por descrever o endereço único da página para navegação; e o HTML, que é uma linguagem utilizada na construção de páginas para a Web e que são interpretados pelos browsers ou navegadores de Internet instalados nos computadores ou demais aparelhos eletrônicos.

²⁵ Vilém Flusser, filósofo tcheco-brasileiro, vivenciou os primórdios da Internet no início da década de 90, mas não estava mais vivo quando se deu o seu estabelecimento e expansão global. Utilizava a expressão *sociedade*

Estar online na sociedade telemática implica viver a realidade como projeto coletivo contínuo. Toda forma de saber, todo valor é emanção desse projeto coletivo, e por isso só pode ser um consenso temporário. A liberdade na sociedade telemática consiste, para o autor, na participação na elaboração sempre nova de consenso e na sua projeção (MAGALHÃES, 2012, p. 25).

Um exemplo bastante emblemático sobre o empoderamento e o aparecimento de novos atores com papéis relevantes dentro desse novo ambiente da mídia de massa digital foi o surgimento do chamado “jornalismo independente”.

Desde que surgiram os canais de jornalismo independente na Internet, os mesmos passaram a oferecer um contraponto ao conteúdo produzido e lançado na rede pelos veículos tradicionais de mídia, seja ao adotar uma prática jornalística que visa a divulgação das informações com isenção e a objetividade, seja através de uma prática mais combativa e que defendem abertamente posicionamentos políticos específicos.

Como prática de jornalismo independente podemos citar inicialmente um exemplo que ficou conhecido e repercutiu mundialmente: o site do *Wikileaks*, criado pelo Julian Assange, que publicou uma série de documentos e vídeos que denunciavam crimes e atrocidades cometidas pelas forças-armadas dos Estados Unidos em uma de suas incursões militares através do território do Iraque e documentos relacionados à polêmicas comunicações diplomáticas não trazidas oficialmente a público.

Como exemplos de ações de jornalismo independente²⁶ em solo brasileiro, podemos primeiramente citar o trabalho promovido pelo site *The Intercept*, mantido pelo jornalista Glenn Greenwald, que recentemente iniciou uma série de publicações com a finalidade de trazer ao público o conteúdo de conversas de aplicativo de mensagens eletrônicas entre membros do judiciário brasileiro, e provoca polêmica não apenas com relação ao conteúdo divulgado em si, mas igualmente pela relação de proximidade demonstrada entre os membros desse poder público citados nas gravações, que desempenhavam funções distintas no ordenamento do

telemática (formado a partir da fusão dos termos *telecomunicação* + *informática*), para descrever e caracterizar com uma visão um tanto antecipatória, a sociedade então emergente em função da utilização das novas tecnologias digitais as quais para o pensador, viriam trazer novas ciências e novas expressões criativas.

Para Flusser, a então presente realidade seria em breve altamente impactada e as suas noções de tempo e do espaço seriam reformuladas por meio dos atributos e das tecnologias computacionais. Também era característico da sua escrita, a alternância entre textos com uma visão otimista e pessimista acerca da sociedade informacional da época.

²⁶ O entendimento aqui utilizado para o termo “jornalismo independente” refere-se à criação e operação de um grupo ou organização com a finalidade da prática do jornalismo, e de manter-se totalmente desvinculada de qualquer organização de mídia de massa, política, grupo econômico.

processo jurídico e que por sua vez, de acordo com a interpretação sobre o código de ética da magistratura de muitos juristas que vieram a público após a divulgação do conteúdo, que tais membros deveriam guardar um posicionamento mais neutro ou pelo menos equidistante entre as partes (defesa e acusação) envolvidas nos respectivos processos.

Difícilmente um indivíduo ou um grupo de indivíduos em condições normais conseguiria vencer a série de dificuldades e barreiras políticas internas existentes e impostas dentro de uma organização jornalística tradicional caso o conteúdo produzido ou coletado pelos mesmos tenha potencial para provocar uma crise diplomática entre países ou uma crise institucional entre membros de alto escalão ou entre poderes institucionais de um governo, ao produzir seu trabalho jornalístico. E ainda que houvesse o consentimento para a publicação, o material coletado a ser divulgado e a forma de divulgação estariam certamente condicionadas à análise prévia para a aprovação e possíveis restrições por parte das respectivas editorias e dos responsáveis pela instituição jornalística.

Um outro exemplo nesta área e que igualmente possibilitou o surgimento de novos atores dentro do ambiente da mídia, foi o “jornalismo colaborativo”²⁷, que ganhou muita força nos últimos anos a partir da produção e proliferação de ferramentas de edição e publicação de conteúdo para a Internet (como por exemplo, *wikis*, *blogs*, *tweets*), juntamente com a popularização dos celulares a cada dia mais sofisticados, equipados com câmeras digitais, além de outras tecnologias.

Devido à grande disponibilidade desses novos tipos de tecnologia, é cada dia mais corriqueiro os cidadãos comuns produzirem as chamadas notícias de última hora (“*breaking news*”), ao atuar em muitos casos literalmente ao vivo e portanto mais rapidamente do que os jornalistas da chamada mídia tradicional.

Com o aprimoramento das infraestruturas e tecnologias de comunicação assim como o surgimento de novas possibilidade de interação dentro do ambiente digital, esse otimismo

²⁷ Jornalismo Colaborativo, também é conhecido como Jornalismo Cidadão, Jornalismo Democrático ou ainda Jornalismo Open Source (código fonte aberto). Sua ideia é baseado na possibilidade de que cidadãos leigos, que não possuam formação jornalística, possam participar de forma ativa no processo de coleta de conteúdo, elaboração de reportagem e na divulgação de notícias. Outros termos conhecidos e originados em inglês, são: *citizen journalism*, *networked journalism* (jornalismo em rede), *grassroots journalism* (jornalismo de raiz), jornalismo amador, jornalismo participativo.

O termo não deve ser confundido com Jornalismo Comunitário (Community Journalism) ou Jornalismo Cívico (Civic Journalism), que caracterizam-se por um jornalismo profissional voltado para o cidadão.

O Jornalismo Colaborativo prima pela maior participação da audiência na produção de conteúdo, sobretudo na Internet. Essa nova maneira do “fazer jornalístico” exige do jornalista que ele tenha capacidade de fazer parte do processo onde não mais existe um comunicador e a massa receptora de informação (Fonte: Wikipédia, 2020).

alimentado pelo referido caráter emancipatório da Internet passou a apresentar novos contornos e a dar margens para questionamentos, à medida que os grandes conglomerados midiáticos passaram a transitar pelo espaço digital com o objetivo de trazer para dentro desse ambiente o seu modelo de negócio, se apropriar e exercer seu poder de influência, prevalecer-se do seu nome/prestígio estabelecido e da sua capacidade ou volume de produção de conteúdo.

Vilém Flusser, em seus trabalhos não evidenciou apenas os aspectos positivos da *sociedade telemática* por ele testemunhada. Ponderou, antecipou e propôs a discussão de alguns aspectos problemáticos relacionados ao fato de se estar em rede, e da existência online:

Em um texto dos anos 1970, ele descreve o diálogo em rede como um modelo em que tudo é sacrificado pela circulação contínua de informações de todos os tipos. A fluidez é tudo. Aqui tudo é distribuído a todos, até mesmo informações muito problemáticas. O autor compara a rede dialógica com a boataria, as fofocas e a conversa fiada. Muitas vezes, falta na rede um princípio seletivo (MAGALHÃES, 2012, p. 25).

Sobre a questão do caráter emancipatório, Theodor Adorno e Max Horkheimer, destacam:

Se o esclarecimento não acolhe dentro de si a reflexão sobre esse elemento regressivo, ele está selando seu próprio destino. Abandonando a seus inimigos a reflexão sobre o elemento destrutivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde seu caráter superador e, por isso, sua relação com a verdade (ADORNO; HORKHEIMER, 2014, p. 18).

Existem outros aspectos relacionados a uma visão pessimista ou a problemas relacionados ao uso da Internet, como as questões da coleta não autorizada de dados dos usuários por parte das empresas de tecnologia, a violação de privacidade etc, que será discutido em tópicos específicos nos capítulos 2 e 3 desse trabalho.

Em consequência da popularização da Internet e o surgimento de novas tecnologias, tornaram-se de conhecimento e uso popular as chamadas *redes sociais*²⁸ ou mais apropriadamente, as

²⁸ A rigor, as “Redes Sociais” são estruturas formadas por indivíduos e/ou organizações que basicamente se conectam a partir de interesses ou valores comuns; e essa ideia, no entanto, ao contrário do que muitos supõem, é bem mais antiga e anterior ao surgimento da Internet: na sociologia, a noção de rede social, por exemplo, é utilizado para analisar as interações entre indivíduos, grupos, organizações ou até sociedades inteiras desde o final do século XIX.

*redes sociais digitais*²⁹, que podem ser entendidas ou estudadas (assim como a Internet) a partir de duas perspectivas distintas.

A *primeira perspectiva*, de *natureza objetiva*: como um espaço de comunicação, interconexão, tal qual representado e/ou experimentado no mundo virtual, descrita como sites, portais/plataformas na Internet, aplicativos e a tecnologia necessária para o seu funcionamento e que operam com finalidades diversas (de natureza profissional, aquisição ou troca de conhecimento, prospecção e realização de negócios, relacionamentos, entretenimento etc), mas com uma perspectiva em comum a todos esses segmentos: a realização de ações coletivas, interação e compartilhamento de informações, conhecimentos e culturas entre pessoas e/ou instituições, em maior ou menor grau, de acordo com o perfil e as finalidades específicas da rede em questão.

Resumidamente, pode-se entender esta perspectiva como relacionada mais propriamente à infra-estrutura, ao uso de equipamentos, aos técnicos, mercadológicos e funcionais das redes sociais.

A *segunda perspectiva*, de *natureza subjetiva*, está relacionada ao conjunto de pessoas com interesses em comum que formam uma comunidade com ligações e intenção de compartilhar conteúdo e utilizam tecnologias de comunicação informatizada para essa finalidade.

Por sua vez, essa perspectiva responde por aquele que pode ser apontada de o lado “humano” das redes. Chama-se a atenção para o fato de que essas duas perspectivas são aqui citadas de forma estanque ou separadas apenas como recurso para facilitar a análise, evidenciar um ou outro aspecto de acordo com o objetivo do estudo, pois em verdade a Internet e as redes sociais se constituem uma amálgama desses dois aspectos, em ação.

Uma vez que a rede mundial se expandiu por todos os continentes (mas ainda hoje, com divergentes valores percentuais significativos entre os continentes formados pelos países desenvolvidos - média de 70 a 85% da população conectada, enquanto que nos países pobres, principalmente na África subsaariana e alguns países da Ásia - média de 25 a 35% da população conectada), a representatividade alcançada estimula e possibilita a participação de crescente número de pessoas em discussões de temas relacionados a assuntos de interesse comum, e dá voz a um debate público.

²⁹ Feita essa diferenciação entre os termos “Redes Sociais” e “Redes Sociais Digitais”, adotaremos a partir desse ponto do texto, o termo “redes sociais” devido ao seu maior uso e popularização na sociedade contemporânea.

As consequências da utilização dessas tecnologias digitais é potencialmente tão ampla e com desdobramentos tão imprevisíveis quanto qualquer outra tecnologia que tenha produzido uma revolução tecnológica e seu uso irá depender dos indivíduos, instituições, ideologias que delas se apropriaram e as operam e abrigam ao mesmo tempo um caráter de progresso e de dominação.

Manuel Castells apresenta a seguinte análise sobre a prevalência e relevância da sociedade atual estar estabelecida sobre a base de redes de comunicação e informação:

A sociedade em rede não é o futuro que devemos alcançar como o próximo estágio do progresso humano, ao adotarmos o paradigma das novas tecnologias. É a nossa sociedade, em diferentes graus, e com diferentes formas dependendo dos países e das culturas.

Qualquer política, estratégia, projeto humano, tem que partir desta base. Não é o nosso destino, mas o nosso ponto de partida para qualquer que seja o “nosso” caminho, seja o céu, o inferno ou, apenas, uma casa remodelada (CASTELLS, 2005, p. 26).

Cabe aqui um questionamento acerca do papel desempenhado pela Internet e as redes sociais³⁰ na sociedade contemporânea: como *instrumento de emancipação do indivíduo*³¹ ou como *instrumento de uso político para dominação ideológica*, ao aprofundar o diagnóstico cujas bases teóricas foram estabelecidas por Theodor Adorno & Max Horkheimer, através da Teoria Crítica e da Indústria Cultural, e posteriormente aprofundado por Herbert Marcuse, Douglas Kellner dentre outros?

É inegável que a Internet e as redes sociais disponibilizam meios para a disseminação rápida de conteúdo em uma intensidade e abrangência nunca antes vista em nossa civilização, entretanto, todo esse volume não garante o desenvolvimento cultural. Entretanto, diferente das mídias tradicionais, a Internet por ter sido pensada como ferramenta de intenso caráter interativo, confere mesmo ao seu usuário comum, não apenas um caráter receptivo, mas também de produtor de conteúdo.

³⁰ Um estudo recente da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência das Nações Unidas, publicado ao final de 2018, apontou que, mais da metade da população mundial está conectada à Internet. São 3,9 bilhões de pessoas (o equivalente a 51% da população mundial) ligadas à rede (UIT, 2019, sp).

³¹ Aqui, queremos expressar como “indivíduo emancipado”, o indivíduo auto-reflexivo, guiado através de seu próprio intelecto, para um estado de libertação dos mitos, superstições, manipulações, dogmas etc.

O próximo capítulo irá tratar da noção de “informação” e seus significados, apresentar e discutir a ideia de “desordem informacional”, suas modalidades e mecanismos, e como algumas características do mundo digital podem facilitar a sua atuação.

2. INFORMAÇÃO E DESORDEM INFORMACIONAL

Neste capítulo, pretende-se introduzir um breve discussão acerca dos significados do termo “informação”, apresentar a noção de “informação semântica” de Floridi e buscar estabelecer sua aproximação com a noção de “desordem informacional”, descrever suas modalidades, mecanismos (câmaras de eco e bolhas cognitivas, *deep fake*, *shallow fake*) e as suas consequências.

2.1 A informação e seus significados

Por ser uma noção tão amplamente usada em praticamente todas as áreas do conhecimento, “informação” é um termo *polissemântico* que pode ser associado a várias explicações, com os mais diversos propósitos.

A *polissemia* é a característica de um termo ou palavra em possuir vários significados ou definições lexicais registradas nos mais diversos dicionários. A ambiguidade da palavra é estabelecida no contexto em que a mesma é utilizada e que por sua vez também permite esclarecer o seu significado.

As palavras normalmente adquirem ambiguidade no processo histórico do uso da linguagem, que por sua vez é um reflexo de mudanças no conhecimento das pessoas, na sociedade e na natureza. Como resultado, o vocabulário e o pensamento dos indivíduos é enriquecido com novos termos e entendimentos.

O termo “informação” está presente em várias áreas do conhecimento humano e cujo significado se modifica de acordo com o contexto de cada área. Pode significar para a medicina o registro de um estímulo sensorial; para a biologia as instruções microscópicas para construção de organismos vivos (DNA); para as neurociências um conteúdo cognitivo; para a música a representação de uma nota ou acorde; para as disciplinas da área de estudo da mídia o conteúdo de uma mensagem; para as ciências naturais a medição ou valoração de uma propriedade física; para a área de tecnologia e computação o significado de um dado que descreve um domínio físico ou abstrato; para a área comercial registro produzido como resultados de uma transação financeira/comercial.

A partir das últimas décadas do século XX, com o avanço e universalização do uso da tecnologia de computadores e sistemas, muito se tem escrito e debatido acerca da importância da informação para a nossa atual sociedade.

A humanidade vive hoje em um mundo amplamente conectado onde o fluxo de informações é constante e se intensifica ano após ano. O impacto e a abrangência desta transformação (e estes fatos ainda se desenvolvem), são tão expressivas que este conjunto de tecnologias tornou-se não só essencial, como até mesmo determinante com relação à definição das estruturas e características da sociedade contemporânea, denominada por *Sociedade da Informação* ou *Sociedade Informacional*.

Apesar de ocupar o que podemos chamar de um *ponto focal* dentro da nossa sociedade, não foi estabelecido até o momento um entendimento unificado, um consenso, acerca do significado para o termo “informação”, além disso, ao longo do tempo, este recebeu diversas acepções por parte de variados estudiosos do campo da *Teoria da Informação*.

Portanto, devido à abrangência de seu domínio, é possível que não se consiga estabelecer uma descrição ou significado único para “informação” que satisfaça a todas as suas aplicações. Dessa forma, pode-se entender porque até o momento não foi possível estabelecer uma *Teoria Unificada da Informação* e não parece ser de todo improvável que este intento não possa ser alcançado ainda por um bom tempo.

Como é necessário aplicar uma noção para o termo “informação” a fim de utilizá-la como referencial para os termos relacionados aos fenômenos de produção de distorções e manipulações de conteúdo no contexto das redes sociais, sugere-se o emprego da noção de “informação fortemente semântica” de Floridi (2004a), que define “informação” como todo “conjunto de dados, bem formados, com significado e verdadeiro”.

Tal abordagem estabelece vantagens, pois permite evitar problemas gerados a partir da tensão entre as noções de “informação” e “desinformação” tais como:

1) O ato de informar pressupõe a transferência de uma mensagem entre o agente emissor e o agente receptor de cunho necessariamente verdadeiro: ao chegar em um aeroporto e um passageiro perguntar no balcão de uma empresa aérea sobre qual o horário do próximo voo para São Paulo, se o passageiro obtiver o retorno correto ele estará *informado* em relação à sua demanda; entretanto, se o mesmo *não* obtiver a informação solicitada ou o conteúdo repassado estiver incorreto, o passageiro não estará informado sobre a sua demanda.

A manutenção deste estado de dubiedade em que se vive atualmente com relação a estas duas noções (“informação” e “desinformação”), em nada contribui para facilitar o estabelecimento de protocolos, políticas ou legislação que tenham por finalidade regulamentar ou mesmo coibir os excessos e abusos por parte dos agentes produtores e divulgadores de conteúdo falseado no ambiente das redes sociais.

A posição que tenho desenvolvido é que a informação compreende dados que estão no mundo, independentemente de agentes epistêmicos (FLORIDI, 2004a).

2) Ao intentar colocar em uma mesma amálgama (a ideia de informação), formada por, ou possuidora de duas acepções: informação verdadeira x informação falsa, o que aqui entende-se como duas noções pertencentes a dimensões distintas. A expressão “informação verdadeira” (entender esta expressão como um pleonismo) ou simplesmente informação, como uma noção pertencente ao que pode ser definida aqui de dimensão *formal, acadêmica ou científica*, e a expressão “informação falsa” como um equívoco, ou uma noção pertencente ao que pode ser definida de dimensão *senso comum*, sobre a informação.

Devido à natureza diversa em que se encontram essas diferentes noções, ambas não deveriam ser utilizadas como pertencentes a uma mesma dimensão.

Dentro do entendimento geral da linguagem relacionado ao seu uso coloquial, ambas expressões são possíveis, entretanto a expressão “informação falsa” carregaria consigo um erro semântico.

Um exemplo para ilustrar a linha de pensamento aqui apresentada e que é relativamente conhecido se dá no estranhamento que ocorre quando do uso do termo “Teoria”. Dentre inúmeras definições possíveis, pode-se apresentar a ideia de teoria na dimensão formal, acadêmica ou científica consiste basicamente em um conjunto de conhecimentos descritivos, racionais sustentado por evidências, fatos ou também experimentos reproduzíveis e validados por terceiros, a partir da utilização da metodologia científica, e permitir a partir de então descrever e explicar uma grande variedade de fenômenos, enquanto a ideia de teoria na dimensão do senso comum pode ser apresentada como uma especulação ou suposição.

Utilizar a noção de “Teoria” baseado na dimensão do senso comum como auxílio para estabelecer o entendimento da expressão “Teoria da Evolução” é cometer um erro semântico que leva a um erro categórico por descontextualizar e desconsiderar todo o arcabouço científico

e experimental estruturado a partir do uso da metodologia científica para a construção e o estabelecimento da teoria da evolução e o seu entendimento como uma teoria científica (termo específico, utilizado necessariamente para diferenciar-se da acepção de teoria utilizada pelo senso comum).

Assim como não existe um consenso para o significado do termo “informação”, a mesma abordagem se aplica ao escopo e lugar da *Filosofia da Informação*³², que por sua vez poderia ser encarada como a disciplina filosófica ou área da filosofia que tentaria responder à questão: o que é informação?

Uma outra abordagem seria entender a Filosofia da Informação como uma área do conhecimento humano responsável por abordar as questões filosóficas relacionadas ao estudo da informação, ou então, abordar as questões filosóficas investigadas pelos estudos da informação.

A primeira perspectiva cuidaria dos estudos da informação em si, e a segunda perspectiva cuidaria dos estudos consequentes do uso da informação e os seus impactos.

Para Floridi a Filosofia da Informação é um campo de pesquisa ainda em processo de construção, com direito a autonomia, e uma expressão reflexiva do *giro informacional* que, no mundo contemporâneo, designa as transformações que acontecem com o desenvolvimento das ciências e as tecnologias da computação, da comunicação e da informação (FLORIDI, 2004).

2.2 Desordem Informacional

Nos tópicos anteriores deste trabalho, foi expostas e defendidas as ideias de que não apenas os *bens artísticos e culturais* foram transformados em *bens de consumo*, mas que na sociedade atual, especialmente no ambiente virtual, os usuários encontram-se ávidos tanto por produzir quanto por consumir conteúdo.

Nesta sociedade fundamentada no intercâmbio de informações através do uso intenso de tecnologias de comunicação, molda novos tipos de relação entre os indivíduos, as instituições e os setores de atuação (educação, lazer, cultura, política, etc), todo tipo de conteúdo torna-se

³² Luciano Floridi defende fortemente a necessidade de que seja estabelecida uma área de estudo e pesquisa para a “Filosofia da Informação”, com a finalidade de aprofundar as discussões e abarcar todo o caráter interdisciplinar que o tratamento teórico dessa disciplina exigiria.

passível de ser distribuído, o que permite a sua vulgarização, mas que por um lado facilita a ocorrência de erros conceituais e por outro o uso de uma abordagem exagerada, sem preocupação com a veracidade do conteúdo. Não existe mais a preponderância na veracidade ou na factualidade. A imprecisão no conteúdo é a qualidade indispensável para garantir a circulação das informações e também a avidez pelo seu consumo, independente do ponto de vista de quem a consome.

Os limites entre os fatos e as opiniões tornam-se turvos, os critérios para sustentação da veracidade sofrem uma diluição e no meio da enxurrada de publicações sobre determinado fato cercado muitas vezes de incontáveis versões, o consumidor/leitor abraça exatamente aquela que lhe parece a mais acomodada ao seu viés de confirmação (câmaras de eco e bolhas cognitivas), ou às suas crenças.

Distancia-se ou mesmo em certas circunstâncias impossibilita-se o debate, o estabelecimento de um entendimento comum, a validade dos fatos, devido ao estabelecimento de um discurso que paralisa o pensamento crítico em detrimento de uma veracidade dos fatos.

As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar as redes como agentes políticos. O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas (MOROZOV, 2018, p. 6).

Segundo WARDLE & DERAKHSHAN (2018), em 2017, o “Conselho da Europa”³³ se reuniu em sua sede na cidade de Estrasburgo, na França, e entre outras ações emitiu um relatório, onde delibera sobre a questão das polêmicas *fake news* e outros fenômenos correlatos (*filtros bolha* e *câmaras de eco* etc).

Entre as diversas recomendações propôs o abandonar o uso do termo *fake news* (considerado inadequado por não conseguir categorizar e diferenciar toda a complexidade do fenômeno de

³³ O “Conselho da Europa” é uma organização internacional fundada a 5 de Maio de 1949, a mais antiga instituição europeia em funcionamento. Os seus propósitos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa (fonte: Wikipédia, 2020).

distribuição de conteúdo falso nas redes sociais), e que em lugar seja utilizado o termo “desordem informacional”.

A desordem informacional é todo o espectro de conteúdo produzido a partir da ação de fabricação e distribuição de conteúdo enganoso combinado com o potencial de geração de dano, o que permite examinar de maneira abrangente os fenômenos relacionados ao uso da informação nos ambientes digitais.

Entende-se que a desordem informacional deve sempre ser vista a partir da combinação de duas dimensões: a intensão de gerar engano e o potencial de gerar dano que a divulgação do conteúdo possa ter para pessoas, instituições, ou para a democracia como um todo.

Um outro ponto significativo para a adoção da noção de “desordem informacional”, é que o seu significado remete a fenômeno presente historicamente, em maior ou menor intensidade, desde o contexto midiático tradicional (conforme análises apresentadas sobre a influência da Indústria Cultural e da Televisão em tópicos anteriores deste trabalho), até as recentes mídias digitais de massa, o que agrega a vantagem de permitir sob este aspecto, uma análise crítica e histórica a respeito da mídia, desde o seu surgimento.

Segundo o autor CANABARRO (2018), os motivos pelos quais se produziu tal recomendação apontam para os seguintes fatos:

[...] estudiosos do assunto têm catalogado uma série de usos indistintos da expressão *fake news* para se referir a coisas que vão desde paródias e sátiras políticas até a coisas como campanhas sistemáticas de espalhamentos de informações com motivações econômicas, culturais, políticas e geopolíticas. O emprego de *fake news* sem rigor pode jogar em um mesmo balaio coisas legítimas de um ponto de vista da comunicação política e coisas que são cível, criminal e eleitoralmente ilícitas. Segundo, porque o rótulo *fake news* tem sido, nos últimos anos, constantemente empregado - sobretudo por políticos - para fazer menção a narrativas desfavoráveis e a ações de opositores com tom pejorativo. Isso reforça a ideia de que a falta de rigor com que o termo é empregado, por si só, é um risco ao debate democrático (CANABARRO, 2018, p. 1).

Conforme a citação acima expressa, o significado de *fake news* já se apresentava sinais de esfacelamento, o que acaba também por criar um outro problema notadamente nos ambientes político e jornalístico, uma vez que o uso sem o rigor necessário ou o uso descontextualizado do termo já dava margem para que indivíduos expressassem opiniões acerca de conteúdo

compartilhado, baseadas nas expressões de “tudo é *fake news*” ou “nada é *fake news*” de acordo com as suas crenças ou o seu viés de confirmação.

O referido relatório “*Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*” (*Desordem informacional: Rumo a uma estrutura interdisciplinar para pesquisa e elaboração de políticas* - tradução minha), foi elaborado com o intuito de promover uma análise mais abrangente dos fenômenos relacionados ao uso dos mais diversos tipos de conteúdo para a promoção de enganos ou a geração de danos dos mais diversos tipos nos ambientes digitais e principalmente nas redes sociais, e a partir deste ponto, elencar os desafios relacionados e buscar descrever as ações que permitam lidar de uma maneira mais eficaz com esses problemas.

É através deste esforço promovido por um exame mais abrangente que esta nova noção denominada “desordem informacional” passou a ser empregada para descrever as diversas modalidades e ocorrências relacionadas ao falseamento de conteúdo nas redes sociais, com a vantagem de conseguir separá-los conceitualmente, como por exemplo, a ação de um usuário qualquer que compartilha um conteúdo postado em um grupo qualquer de uma determinada rede social sem perceber que o mesmo é “photoshopado” (foto ou figura alterada por intermédio do uso de um software de edição de imagens), da então ação de outro indivíduo que intencionalmente manipulou ou produziu conteúdo falso para favorecer alguma personalidade pública ou um determinado agente político; diferenciação necessária que a noção de *fake news* (entendido simplesmente como a produção e a divulgação de conteúdo ou notícia falsa), atualmente em uso não permitiria estabelecer.

Os autores declaram no relatório que os impactos diretos e indiretos provocados pela manipulação de conteúdo e da sua divulgação são ainda muito difíceis de serem quantificados devido ao fato da nossa sociedade se encontrar ainda no estágio inicial da plena compreensão sobre as implicações destes fenômenos.

Citam como exemplos de grande significado, a vitória nas eleições americanas de Donald Trump, os resultados da votação do *Brexit*, e mais recentemente uma decisão ocorrida no Quênia de anular o resultado das suas eleições nacionais como comprovação das ações e consequências dessa perturbação e sua influência sobre as democracias.

Ainda mais preocupante é a projeção desse cenário, capaz de produzir ondas de manipulação de conteúdo projetadas especificamente para semear desconfiança, espalhar informações falsas e acirrar conflitos socioculturais existentes, e usar tensões nacionalistas, étnicas, raciais e

religiosas, o que pode levar a conflitos através da promoção de discurso de ódio e resultar na morte de milhares de pessoas, como já aconteceu em Mianmar.³⁴

Segundo os autores responsáveis pelo relatório:

Embora o impacto histórico dos rumores e do conteúdo fabricado tenha sido bem documentado, argumentamos que a tecnologia social contemporânea significa que estamos testemunhando algo novo: poluição da informação em escala global; uma rede complexa de motivações para criar, disseminar e consumir essas mensagens ‘poluídas’; uma infinidade de tipos e técnicas de conteúdo para amplificar o conteúdo; inúmeras plataformas hospedando e reproduzindo esse conteúdo; e velocidades vertiginosas de comunicação entre pares confiáveis (WARDLE; DERAKHSHAN, 2018, p. 5) (tradução minha).

Qual o sentido de se promover um debate público com a finalidade de se alcançar a resolução de um problema ou o esclarecimento de uma ideia, se cada indivíduo ou grupo pode escolher o ponto de vista de seu agrado e se todas as “verdades” podem receber dos seus respectivos defensores o selo de válidas? Uma vez estabelecida uma suposta igualdade de relevância entre um conjunto de argumentos em disputa, ficaria facilitado o estabelecimento de vantagem para uma das abordagens em específico, obtida através de um maior poder de propagação e não efetivamente por conta do seu conteúdo em si.

Em outras palavras, dentro deste cenário de produção e divulgação de conteúdo, de interações e compartilhamentos, está em curso a utilização intensa e sistemática de métodos e tecnologias para dificultar ou mesmo anular o necessário distanciamento reflexivo, a prática da análise e consequentemente da capacidade de pensar e agir criticamente.

³⁴ O caso foi marcado pela ocorrência de milhares de mortes de indivíduos da população *rohingya*, de ascendência muçulmana (minorias em Bangladesh), em agosto de 2017, com a colaboração de turmas budistas inflamadas por monges xenófobos através do Facebook. A empresa admitiu em relatório que poderia ter agido com mais responsabilidade ao atuar contra o uso da plataforma para o fomento de discursos de ódio contra minorias. A partir dessa data, em questão de meses mais de 700 mil membros da população *rohingya* foram forçadas a abandonar suas moradias em Mianmar, e buscar exílio no país vizinho de Bangladesh. A ONU encara esse caso como uma ação forçada de limpeza étnica.

2.3 Modalidades da Desordem Informacional

O que objetiva-se caracterizar como “modalidade de desordem informacional” está intimamente vinculada à noção de “natureza subjetiva” (apresentado no tópico 1.2, p. 40), quando foram descritos os aspectos da Internet e das redes sociais mais propriamente relacionados ao conjunto de pessoas com interesses em comum que formam uma comunidade com ligações e intenção de compartilhar conteúdo, ao lado humano das redes, uma vez a ação e inteligência humana será o fator determinante na produção da desordem informacional.

Como um dos objetivos deste trabalho é estudar as características e os impactos produzidos pela conteúdo falseado ao gerar desordem informacional através das mídias de massa e das redes sociais, torna-se necessário discutirmos os termos “informação” e “desinformação” com o propósito de tornar mais claro a relação entre ambos, seus limites e como os mecanismos de desordem informacional se utilizam dos mesmos.

2.3.1 Fake News (Disinformation, Misinformation)

A “desinformação” engloba todas as formas de conteúdos falsos, imprecisos, descontextualizados ou enganosos, planejados, apresentados e distribuídos para causar intencionalmente danos públicos ou para fins lucrativos.

Conforme explicitado anteriormente, nossos principais veículos de notícias (atualmente a televisão e a Internet), já se deram conta de que boa parte da população apresenta uma certa incapacidade de discernir a opinião de um *fato* e o seu desinteresse em verificar a veracidade do conteúdo veiculado.

Apesar do termo *fake news* (notícia falsa) ser relativamente novo, o seu significado evoluiu rapidamente. A noção que será utilizada comporta os casos em que ocorre a apresentação de alegações caracteristicamente falsas ou enganosas como notícias, em contraponto com à noção já apresentada neste trabalho, da *Informação Fortemente Semântica* de Floridi (2004a) - onde a informação é todo conjunto de dados bem formados, com significado e verdadeiro -, e que ao se propagarem podem gerar uma cadeia de falsas crenças.

Outra vertente responde pelas notícias falsas que apresentam outras formas de manipulação de conteúdo através das suas expressões de ambiguidades, conteúdo enviesado, ou mesmo com notícia mesclada de conteúdo verdadeiro e conteúdo falso, sem que a princípio consiga-se identificar acertadamente se a citada mescla de conteúdo ocorreu por um descuido, erro grosseiro ou intenção.

Convém aqui destacar a vulgarização ocorrida com o significado do termo *fake news*, quando fundamentalmente toda ocorrência de notícia através da qual um indivíduo ou grupo se perceba como vítima ou alvo, este passa a discordar publicamente do mesmo ao simplesmente declará-lo como *fake news* com a intuito de desvalorizá-lo e lançar dúvidas sobre a realidade e a veracidade do seu conteúdo.

O relatório elaborado pelo “Conselho da Europa” de 2017, propõe entre diversas ações, duas novas modalidades de desordem informacional descritas pelos termos *misinformation* e *disinformation*, diferentes entre si sob o aspecto da *intenção* na sua propagação, e que seriam as duas formas mais próximas daquilo que costumeiramente é identificado como *fake news*.

Para ambos os casos pretende-se analisar sucintamente as estruturas de atuação, mas principalmente as consequências em termos de desordem informacional para os indivíduos, para um conjunto de usuários, ou até mesmo as instituições de uma sociedade.

A) *Disinformation* ou Desinformação

Conforme visto, não foi possível até o momento firmar um consenso ou um significado único para a noção de “informação” e um dos fatores principais é o fato de que o termo está presente em diversas áreas do conhecimento humano, e apresentar um significado específico que se modifica de acordo com o contexto de cada uma dessas áreas. Mas, e quanto à noção de “desinformação”?

Considera-se produtor e enriquecedor, que antes de partir diretamente para a apresentação de uma noção para o termo “desinformação”, que busquemos antes investigar possíveis relações entre as ideias de “informação” e de “desinformação”, com a finalidade de que ao estabelecer essa aproximação, seja possível evidenciar e construir uma visão mais nítida dos possíveis limites e/ou contornos existentes entre ambos os termos.

A importância desta abordagem se dá principalmente pelo fato de que, como até o momento não foi possível estabelecer um consenso conceitual para o termo “informação”, qualquer novo

elemento que possa surgir através dessa investigação poderá ser relevante com a finalidade de estabelecer uma maior aproximação ou clareza e que por sua vez permita contribuir para a construção de um significado consensual para ambos os termos.

Segundo BRITO & PINHEIRO:

[...] ao desconhecer o que seja desinformação bem como as consequências da informação [...] a ciência da informação brasileira fragilizou a própria capacidade de identificar o que seja de fato informação. Em redes digitais repletas de dados, verdade e mentira se justapõem e se modificam a cada momento, logo, dialetizá-las é fundamental (BRITO & PINHEIRO, 2015, p. 1).

Para o estabelecimento deste propósito, pretende-se realizar um breve retomada sobre alguns pontos já apresentados e discutidos em sessões anteriores aqui neste trabalho, com a finalidade de desenvolver uma linha de análise.

Inicialmente foi visto que no período histórico do Iluminismo e do surgimento da modernidade, quando se apregoava a importância da emancipação do sujeito presente naquela sociedade, o papel da informação já era dado como bastante significativo para que o indivíduo pudesse através da mesma, estabelecer e construir um direcionamento crítico em relação às suas ações e nas suas relações com os demais cidadãos.

Portanto, neste ponto é possível considerar a informação como um agente promotor de esclarecimento e favorecedor da emancipação do indivíduo, e possuidor de um atributo ou um caráter positivo ao contribuir para o desenvolvimento da condição humana, individual e socialmente.

Através da discussão realizada sobre a finalidade da Indústria Cultural e o papel desempenhado pelas mídias de massa em atuação naquele momento histórico (notadamente a imprensa e o rádio), ao propor e transmitir efusivamente um conjunto de padrões, valores e visões de mundo para a coletividade de leitores e ouvintes, ou como declarou Noam Chomsky: uma “...grande fábrica de consensos”, é possível considerar e entender a informação como um agente de oposição ao esclarecimento. Percebe-se aqui, uma perspectiva não apenas diferente, mas literalmente oposta à primeira apresentada, ao propor um atributo ou um caráter negativo, ao descrever um possível uso da informação como um agente capaz de obstar o esclarecimento e contribuir para o empobrecimento da condição humana, individual e socialmente.

Já o escritor Aldous Huxley, em sua obra “Admirável Mundo Novo”, ao empregar uma abordagem diferente, chama a atenção para o fato de que o excesso de estímulos ou o excesso de informação pode ter uma “ação negativa” sobre a capacidade do ser humano de se aperceber da realidade que o cerca.

Para Edgar Morin, nós sofremos simultaneamente de subinformação e de superinformação³⁵:

[...] no entanto o excesso abafa a informação quando estamos sujeitos ao rebentar ininterrupto de acontecimentos sobre os quais não podemos meditar porque são logo substituídos por outros. Assim, ao invés de ver, de perceber os contornos, as arestas daquilo que os fenômenos trazem, ficamos cegos dentro de uma nuvem de informações. [...] elas se saturam e nos saturam, banalizam-se. Enquanto a informação dá forma às coisas, a superinformação nos submerge no informe (MORIN, 1986, p. 31).

A intenção ao retomar esses recortes e propor esta breve discussão foi de demonstrar claramente a íntima relação entre o que costumeiramente chamamos de “informação” (mesmo ao levar em consideração a noção defendida por Luciano Floridi de que “informação é todo conjunto de dados, bem formados, com significado e verdadeiro”), possa ser utilizada como um agente promotor de desordem informacional, com a consequente produção de enganos ou danos.

Conforme asseverado no artigo “*Em busca do significado da desinformação*”:

[...] pouco esforço tem sido empreendido no sentido de uma melhor compreensão dos ‘*fenômenos negativos*’ da informação [...] Ao se analisar a literatura sobre esta temática no Brasil, percebe-se que o seu emprego é relativamente limitado se comparado a outros países como os Estados Unidos (BRITO & PINHEIRO, 2015, p. 1).

Para BRITO & PINHEIRO (2015), a noção de desinformação tem estado presente com certa regularidade especificamente na literatura da área de Ciência da Informação nos últimos anos, assim como também nos parece estar igualmente presente nas publicações da mídia de uma maneira geral. Para eles o termo “desinformação” se caracteriza pela divulgação de dados incorretos por parte dos seus autores/emissores, e portanto seriam falsidades já conhecidas antes mesmo da ação de veiculação.

³⁵ O que Edgar Morin chamava em 1995 de “subinformação” é uma condição nosso dias atuais geralmente descrita como de “precariedade informacional”. E a “superinformação” é uma ideia que hoje é conhecida por “universalização da informação”.

Apesar da recorrência, esta não garante a apresentação de uma definição única ou sequer predominante, e evidencia a ausência de um consenso com relação ao significado do termo em questão. O problema em si da conceituação estaria na forma como se dá a relação entre a desinformação e os agentes receptores, assim como a intenção por trás da ação de desinformar ou o efeito desejado a ser alcançado.

Além da ausência de um consenso conceitual, segundo estes mesmos autores, é significativo o fato de que as definições apresentados não raro apresentem contradições, o que denota a necessidade de se destacar essas diversas visões presentes na literatura com a finalidade de aprofundar a discussão acerca da noção de “desinformação”:

Desinformar seria em consequência (através da manipulação de informações de forma voluntária, inequívoca e intencional), o resultado desejado de um processo que emprega truques específicos sejam semânticos, técnicos, psicológicos; para enganar, desinformar, influir, persuadir ou controlar um objeto, geralmente com a fim de obter benefícios próprios ou para outros (BRITO & PINHEIRO, 2015, p. 3).

Para a melhor compreensão desta citação, deve-se destacar que mediante um contato pessoal através da presença física simultânea entre o emissor e o receptor no momento da mediação do conteúdo, tal condição poderia possibilitar ou facilitar a percepção por parte do agente receptor (através da observação da expressão, gestual ou leitura corporal), da intensão por parte do emissor em produzir o engano.

Nestas condições pode-se afirmar que a ação da desinformação foi efetuada mas que a mesma não foi efetivada justamente por não ter conseguido atingir o seu objetivo, devido ao fato que o agente receptor ou o alvo da ação ter percebido de alguma forma a intenção do autor ou agente emissor em produzir o engano, tenha o agente receptor deixado claro ou não para o agente emissor, a sua percepção.

Consequentemente, em um cenário em que a presença física simultânea de ambos os agentes esteja descartada, notadamente no ambiente de compartilhamento de conteúdo disponibilizado e nas interações estabelecidas através das redes sociais, a possibilidade de detecção por parte do receptor, da intenção do emissor na produção do engodo ou da desinformação estaria efetivamente rejeitada.

Tal condição permite destacar o quanto o ambiente digital é extremamente favorável ao estabelecimento de ações de desinformação e por consequência da necessidade dos indivíduos que se utilizam das redes sociais estarem atentos para esses fatos.

As condições em que são estabelecidas as ações de interatividade e compartilhamento de conteúdo nas relações ou contatos entre autores/agentes emissores e os alvos/receptores nas redes sociais, não necessariamente replicam os mesmos padrões de ética normalmente estabelecidos nas ações de interatividade e compartilhamento de conteúdo nas relações ou contatos presenciais.

Esta intencionalidade deliberada na produção e divulgação de desinformação para enganar, ludibriar pode inclusive ser estimulada pelas mais diversas razões (humanitárias, sociais, ou até mesmo justificáveis perante um sujeito ou uma coletividade - como participar na ocultação de um evento surpresa).

Independentemente se por trás da ação de desinformação existe a motivação de produção de um benefício ou malefício voltado para o receptor ou o alvo da ação e do grau ou intensidade de benefício ou malefício envolvido, o fator determinante é a *intenção* de usar da desinformação com a finalidade de burlar a percepção do receptor.

A seguir, será apresentada a descrição sucinta juntamente com algumas considerações, dos três conjuntos ou grupos de significados identificados por BRITO & PINHEIRO (2015), para o termo “desinformação”:

1) *Ausência de informação*: essa abordagem para a noção de “desinformação” é particularmente o mais evidenciado e disseminado tanto nos meios acadêmicos como no ambiente da mídia nacional. Ela possivelmente parte da relação existente entre as expressões “estar desinformado sobre” e “desconhecer se existe a informação”, onde entende-se ambas como um estado de ignorância do indivíduo em relação a algum conhecimento que lhe seria potencialmente relevante.

O sujeito ou os sujeitos que fossem colocados nesta condição iriam experienciar um estado caracterizado por uma “precariedade informacional”. O referido estado de precariedade, segundo os pesquisadores, também pode ser provocado por meio do fornecimento de dados parciais para os receptores.

Também poderia significar a ausência de uma “cultura informacional” ou de “competência informacional”, pela impossibilidade do sujeito em encontrar por si mesmo a informação desejada de que necessita.

Para BRITO & PINHEIRO (2015, p. 1), apresenta-se como uma concepção amplamente defendida ao longo das duas últimas décadas, através das quais foi também relacionada ao nível cognitivo dos sujeitos e ao seu conjunto de conhecimentos gerais.

Neste ponto, BRITO & PINHEIRO (2015, p. 1), citam a argumentação do Beluzzo, segundo o qual:

[...] a desinformação nessa era é talvez a razão da existência de muitos problemas sociais, uma vez que atinge o ser humano em sua maior propriedade: a racionalidade (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 1 apud BELLUZZO, 2005, p. 37).

Um termo muito utilizado para descrever os sujeitos submetidos à essa condição seria o de “excluídos digitais” ou “analfabetos digitais”, devido ao estado de impossibilidade de “ausência de acesso à informação” ou “incapacidade de acesso à informação”, fenômeno esse que toda implantação nova tecnologia provoca (no caso específico, a Internet e as redes sociais).

Outro aspecto particularmente grave e relacionado à aplicação desta definição, é o fato de que em uma sociedade da informação todo “excluído digital” ou “analfabeto digital”, via de regra acaba por tornar-se um “excluído social” devido ao fato de que nesta nova forma de sociedade, justamente os mecanismos e regras sociais (relação, conquista, ascensão etc.), estão amplamente estruturados na interação/participação dos sujeitos com o ambiente digital.

Ao elevar este problema a uma dimensão mais abrangente percebe-se com clareza o perigo de se permitir ou mesmo patrocinar dentro da sociedade da informação uma ação que produza um grande contingente de indivíduos pertencentes então àquela que poderia ser nomeada ou caracterizada como uma “sociedade da desinformação”.

Sobre este ponto específico, AQUINO (2007, p. 12), cita a argumentação de Edgar Morin:

No Brasil, as múltiplas interações que os sujeitos mantêm com o mundo e com os outros sujeitos mostram que eles estão, quase sempre, submetidos à desinformação ou pouca informação. Morin (1995) ilustra muito bem essa questão da “subinformação”, quando diz que percebe, nas interações dos sujeitos, algumas zonas de sombra informacional que produzem ruídos e redundâncias e operam para que não se saiba o que acontece em determinados lugares (AQUINO, 2007, p. 12 apud MORIN, 1995).

2) *Informação manipulada*: esse conjunto apresenta um outro entendimento acerca da noção de “desinformação” mas que também se encontra bastante presente nos estudos e é mais especificamente relacionado à atuação das chamadas mídias de massa, por conta do seu mecanismo de ação.

Segundo BRITO & PINHEIRO (2015, p. 2), está relacionado à elaboração e ao fornecimento de produtos informacionais de baixo ou de questionável nível cultural, e cuja consequência direta seria o favorecimento à imbecilização dos indivíduos pertencentes a determinados setores sociais.

De acordo com esta abordagem para a noção de “desinformação”, setores dominantes da sociedade planejarão e perpetrarão ações geradoras de desinformação com a finalidade última de se perpetuarem no poder e concretizarem mais facilmente a consecução de seus próprios interesses.

[...] “a habilidade inovadora do conhecimento não é menor quando motivada por projetos colonizadores” e “sempre possível, pois, usar o melhor conhecimento para construir o mais refinado processo de imbecilização.” Desinformar será, portanto, parte fundamental do processo de informação (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 2 apud DEMO, 2000, p. 39).

Como descrição prática da aplicação das ideias expressas na citação, podemos citar que enquanto a população assiste as novelas televisivas, os programas de auditório, os reality shows, ou mesmo se entrega à leitura de romances baratos ou às revistas sensacionalistas; questões mais importantes que necessitariam da nossa atenção ou participação para a manutenção de conquistas já existentes ou nossa manifestação para a conquista de novos direitos, passariam despercebidas ou ainda que percebidas não alcançariam a devida compreensão ou o acompanhamento necessário da própria população.

3) *Engano proposital*: segundo BRITO & PINHEIRO (2015, p. 2 a 4), nesta abordagem o termo “desinformação” é compreendido como uma ação planejada e proposital para desinformar alguém ou uma coletividade, com a finalidade de iludir, de enganar e esta noção teria uma provável origem relacionada aos regimes totalitários em ação na Europa, na primeira metade do século XX.

Através do apontamento efetuado para a origem da ideia de “desinformação” utilizada, percebe-se claramente um aspecto subjetivo na ação ou uso desta noção que é a pretensão de enganar outrem como uma parte determinante e inseparável do seu significado.

Nesta abordagem, não existirá a desinformação sem a ação proposital do agente da desinformação, assim como também o seu direcionamento para o objeto ou alvo da ação: o receptor ou alvo a sofrer a ação.

Esse grupo também abrange a noção de “desinformação” como disseminação deliberada de dados falsos mesmo que a mesma tenha ocorrido mediante um espalhamento dissimulado ou secreto (o que consequentemente acarreta o desconhecimento por parte do receptor ou receptores, da origem ou natureza do autor ou autores da ação), com o objetivo final de influenciar a opinião pública ou então esconder algum fato ou uma narrativa.

Um fato curioso mencionado por BRITO & PINHEIRO (2015, p. 3), sobre esta abordagem, é que a mesma se configura na versão que predomina sobre as duas anteriormente, descrita na literatura científica anglo-saxã, e que o mesmo fato não ocorre aqui no Brasil, uma vez que esta interpretação, segundo os pesquisadores, não foi encontrada na literatura científica nacional (até a época da produção do artigo original).

B) *Misinformation*

O termo “*misinformation*” ainda não apresenta uma tradução direta, mas seu significado está relacionado ao tipo de conteúdo que é repassado sem que os agentes envolvidos (emissor e receptor) tenham o conhecimento que o mesmo é falso, enganoso ou impreciso, vindo ambos a admitir que o mesmo é verdadeiro e desta forma contribuem sem dolo, para sua propagação.

Uma ideia que pode ser apresentada para facilitar a compreensão do termo seria algo como um “teor impreciso” devido ao mesmo ter sido produzida através de uma falha no seu conteúdo ou um defeito.

Como exemplos de “*misinformation*” é comum serem citados os falsos rumores, mitos e brincadeiras, onde não haveria originalmente, a intenção de promover o engano. Também podem ser citadas as conhecidas correntes de campanha que circulam através dos aplicativos de troca de mensagens, que divulgam que o serviço “X” irá paralisar ou encerrar as suas atividades se os usuários não repassarem a mensagem para “N” amigos, ou mensagem/campanha de arrecadação de fundos com finalidade social ou filantrópica onde

expressa que um determinado valor será encaminhado para doação a cada compartilhamento da mensagem original.

[...] a questão chave não é o resultado desejado ao desinformar e sim a consciência de o estar almejando. Afora isso, outro questionamento seria o de que a subjetividade do autor não é na maioria das vezes de domínio dos demais atores envolvidos (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 4).

Desta forma, o termo “*misinformation*” também pode ser entendido como um conteúdo de natureza falsa, mas que por sua vez, agrega pouca capacidade de produzir dano (ou mesmo nenhum), para as pessoas envolvidas.

2.3.2 Malinformation

O termo “*malinformation*”, ainda sem tradução para o nosso idioma, é entendido como “informação empregada com má intenção” e caracterizada pela divulgação de uma informação verdadeira, mas cuja veiculação tem por objetivo provocar danos, injúria, macular a imagem do sujeito ou corporação visto como alvo para a ação.

Pode ser caracterizado também como aquele tipo de conteúdo cuja publicação intenta incentivar sentimento de ódio e violência ou discriminação e o preconceito, e emprega para esse fim informações sensíveis relacionadas à raça, origem étnica, prática religiosa, orientação sexual e outras do gênero.

A *malinformation* devido à sua característica dolosa, entra num campo distinto, do discurso de ódio, da injúria e da difamação que, apesar de importantes, têm tratamento mais consolidado na prática judicial.

[...] informações verdadeiras que, ao serem maliciosamente difundidas (daí o *malinformation*), causam danos a alguns dos sujeitos envolvidos (é o exemplo de vazamentos de comunicações privadas, ou a orientação religiosa ou sexual de alguém, que são exploradas com o intuito de incentivar o ódio, a discriminação e o preconceito) (CANABARRO, 2018, online).

A figura a seguir, traz a consolidação de uma série de características para os termos “*Misinformation*”, “*Disinformation*” e “*Malinformation*”:

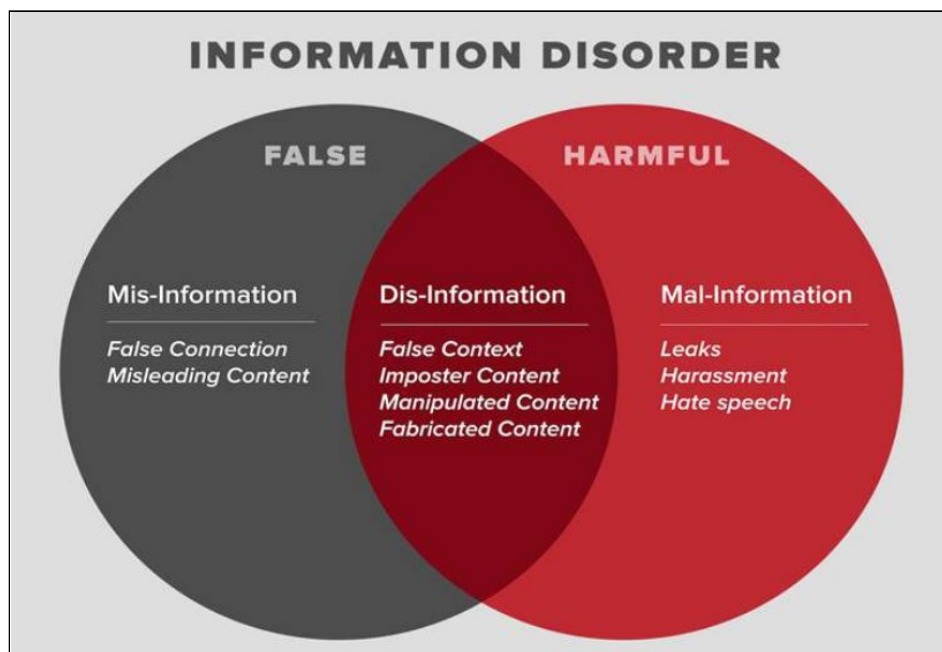


Figura 1: Desordem Informacional - Falsidade x Dano (fonte: WARDLE & DERAKHSHAN, 2018, p. 21).

Uma vez discutidos os significados e as características dos termos *Misinformation*, *Disinformation* e *Malinformation*, propõe-se utilizá-los como critérios para estabelecer uma compatibilização com a noção de “informação semântica” de Floridi.

Pretende-se com esta compatibilização construir um cenário onde ambas noções: de “informação semântica” e de “desordem informacional” sejam combinadas e assim permitam não apenas estabelecer uma descrição concisa e um referencial para o termo “informação” como também situar diversos fenômenos de distorção e manipulação de conteúdo no contexto das redes sociais (conhecidos como desordem informacional) em uma condição ou posição relativa, não conflitante e em afinidade com a noção de informação sugerida.

Para Floridi, informação é todo conjunto de dados com boa formação, com significado e verdadeiro. Pela natureza da formação dos dados ser de *ordem sintática*, significa dizer que os dados estão dispostos de uma maneira a estabelecer uma relação lógica entre si, com a finalidade de garantir a compreensão do seu conteúdo (informar).

A noção de “desordem informacional” não depende necessariamente de uma má formação sintática, o que a aproxima da noção de informação semântica de Floridi, para que se promova a distorção ou manipulação de conteúdo, porém depende da geração de engano e do potencial de suscitar dano ao receptor/alvo da mensagem.

Abre-se a possibilidade então, de estabelecer a condição de se produzir desordem informacional através da utilização de uma ação de *disinformation* (conteúdo falso) para gerar manipulação ou mesmo do uso de informação (conteúdo verdadeiro), através de uma ação de *malinformation* com a finalidade de produzir danos ao indivíduo, afetar instituições ou mesmo desestabilizar sistemas democráticos.

O estabelecimento desta compatibilização permite clarificar o significado dos termos relacionados – informação, *misinformation*, *disinformation* e *malinformation* – e por implicação tornar os limites de atuação conceitual de cada uma das respectivas noções apresentadas mais nítidos, além de permitir desenvolver um entendimento mais robusto com o objetivo de que as mesmas possam alcançar a condição de entidades distintas e passíveis de receber tratamento específico por parte das diversas áreas do conhecimento que as estudam, tais como a Ciência da Informação, Biologia, Neurociência, Ciências Cognitivas, o Direito, entre outros e desta forma facilitar futuramente o estabelecimento de protocolos, políticas ou legislação que tenham por finalidade regulamentar ou coibir agentes produtores e divulgadores de conteúdo falseado no ambiente das redes sociais.

Na página a seguir apresentamos uma tabela que foi elaborada com o intuito de consolidar as principais características e alguns exemplos de estruturas ou cenários onde cada uma dessas três modalidades de desordem informacional são encontradas:

Misinformation	Disinformation	Malinformation
<ul style="list-style-type: none"> • Conexão falsa • Conteúdo enganoso 	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto falso • Conteúdo falseado • Conteúdo manipulado • Conteúdo fabricado 	<ul style="list-style-type: none"> • Vazamentos • Assédio • Discurso de ódio
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação sem intensão de causar dano ou intensão de semear o equívoco • Erros não intencionais no conteúdo • Legendas imprecisas de fotografias • Datas com erro de publicação • Estatísticas com erro de digitação • Erros de traduções • Sátira levada a sério 	<ul style="list-style-type: none"> • Atua numa “região de sombra” entre a <i>Misinformation</i> e a <i>Malinformation</i> • Conteúdo criado com o objetivo de provocar desinformação • Conteúdo áudio/visual deliberadamente fabricado ou manipulado • Teorias da conspiração • Rumores intencionalmente propagados 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação com intensão de causar dano intenso • Conteúdo em si, verdadeiro • Publicação deliberada de informações privadas com interesse pessoal ou corporativo, e não público • Pornografia de vingança • Publicação de conteúdo gravado sem autorização • Alteração deliberada de <i>contexto</i>, <i>data</i> ou <i>hora</i> do conteúdo original

Tabela 01: Características/Exemplos - *Misinformation*, *Disinformation* e *Malinformation*.

Fonte: elaboração própria.

Para um estudo de todo o processo comunicacional relacionado à desordem informacional, além das mensagens ou conteúdos em si, haveria de se levar em consideração outros dois elementos presentes: os Agentes/Emissores e os Destinatários/Receptores. O estudo aprofundado do referido processo foge do escopo deste trabalho, mas por ser considerado uma complementação interessante algumas noções desses outros dois referidos elementos serão apresentadas.

Os Agentes/Emissores podem apresentar uma atuação individual ou formarem grupos auto coordenados, ou sob a orientação de um líder ou organização. Normalmente apresentam motivações de natureza política, econômica e em menor grau motivações pessoais ou simplesmente sátiras ou críticas.

A figura a seguir, traz uma descrição e as características consolidadas dos 3 elementos do processo comunicacional veiculado à desordem informacional:



Figura 2: Agente, Mensagem, Intérprete (fonte: WARDLE & DERAKHSHAN, 2018, p. 29).

Os Destinatários/Receptores, além de desempenharem o papel de recebimento do conteúdo, cabe aos mesmos o importante e necessário papel de propagadores para que a ação de desordem informacional alcance o objetivo almejado.

CANABARRO (2018) aponta fatores como a presunção de confiabilidade, o viés de confirmação, bolhas cognitivas, como responsáveis pela de baixa criticidade e a indução ao compartilhamento dos conteúdos, e sobre o processo comunicacional, ele declara:

[...] envolve a construção e a reconstrução de realidades, narrativas e visões de mundo que dão sentido à nossa própria existência. A comunicação é um rito cuja compreensão depende sim do agente produtor de informações ou desinformações e do próprio teor das mesmas. Mas depende, sobretudo, das ações e reações dos intérpretes que são o foco da comunicação (CANABARRO, 2018, online).

2.4 Mecanismos de Desordem Informacional

O que objetiva-se caracterizar como “mecanismo de desordem informacional” está intimamente ligado à noção de “natureza objetiva” (apresentado no tópico 1.2, p. 39), quando foram descritos os aspectos da Internet e das redes sociais mais propriamente relacionados à infra-estrutura, ao uso de equipamentos, aos aspectos técnicos, mercadológicos e funcionais, e aqui neste tópico como os mais preponderantemente responsáveis pela produção da desordem informacional.

Qual o papel que a arquitetura da Internet e as redes sociais representam para a geração de desordem informacional e como esta se caracteriza?

Para responder a este questionamento, é necessário inicialmente chamar a atenção para o fato de que hoje a Internet se encontra em uma condição extremamente diferenciada em relação aos seus primeiros anos na década de 80 do século passado.

A ocupação ou talvez seria melhor dizer, a “apropriação” dos espaços na Internet por grandes empresas e extensa atividade comercial modificou drasticamente o perfil que a mesma apresentava em relação à época da sua origem. Por outro lado, a facilidade de acesso a uma enorme diversidade de serviços e produtos atingiu patamares inimagináveis até poucos anos atrás e a marcha das novidades e inovações não parece dar sinais de esgotamento.

Chama-se a atenção para esse aspecto do uso comercial da rede justamente para destacar que o faturamento no ambiente digital não mais se dá nos mesmos moldes das tradicionais transações de compra e venda de produtos e serviços conforme ocorriam até antes das últimas décadas do século passado.

O espaço digital não é apenas mais um novo ambiente de negócio, mas em verdade, uma nova maneira de fazer negócio, uma nova maneira de lançar serviços e produtos, e acima de tudo isso uma nova maneira de pensar o mundo, as pessoas, os negócios e é a matriz mantenedora do principal produto ou riqueza (embora imaterial) da nossa atual sociedade: a informação. O capitalismo na atual sociedade informacional, torna-se a cada dia mais dependente e subordinado à coleta, armazenagem e análise dos dados pessoais.

E como tal, quem produz e controla (se não em sua totalidade, mas pelo menos em grande parte) os mecanismos que permitem definir, destacar, favorecer, relembrar, ocultar, particionar, compartilhar e mesmo manipular a informação, tem em suas mãos um poder imenso e que até o momento se encontra sem a devida regulamentação.

A Internet, e mais particularmente as redes sociais têm se tornado gradualmente a plataforma principal de acesso à informação, assim como de publicação de conteúdo nos dias atuais. Tanto que poucos segmentos de negócios tradicionais têm sofrido uma queda tão drástica em seu faturamento e relevância do que a indústria de mídia impressa³⁶. O conteúdo que antes era produzido tradicionalmente em grandes empresas de mídia impressa por jornalistas ou colunistas especializados, em forma de textos, reportagens e colunas assinadas, e que dessa forma respondiam diretamente (jornalista e veículo) pelo conteúdo produzido e comercializado nos moldes tradicionais (material impresso), passou a ser também gerado por indivíduos ou pequenos grupos de profissionais que buscaram um espaço de atuação desvinculados das empresas onde atuavam, mas também por indivíduos em sua maioria sem formação profissional na área jornalística disseminados no anonimato da rede a produzir jornalismo de qualidade ou conteúdo opinativo como expressões de “verdades” ou mesmo as “notícias falsas”.

Qual o papel da arquitetura da Internet para geração da desinformação e como esta se caracteriza?

Existe um número enorme de páginas (geralmente não relacionadas às empresas de mídia de renome no mercado) que têm como praxe, alimentar os seus artigos de mídia on-line, com títulos enganosos que declaram explicitamente ou induzem um determinado direcionamento na suposta descrição de um fato em sua manchete.

Porém, ao abrir o conteúdo da página para a leitura, os fatos e argumentos apresentados demonstram um sentido totalmente diferente no corpo do artigo (estratégia conhecida como manchetes *clickbait*³⁷).

Até mesmo os grandes portais jornalísticos, ainda considerados por muitos usuários da rede como fontes confiáveis de notícias reconheceram que já praticaram tal conduta e que poucas pessoas leem além das manchetes e em sua defesa elas argumentam sobre a dificuldade de reduzir tal conduta. Porém, diante do interesse em obter resultados com base na formação de leitores através da divulgação de notícias com determinado viés ideológico (independente de

³⁶ De acordo com estudo publicado em 2016, pelo Departamento do Trabalho nos Estados Unidos, a Internet não compensou as perdas de empregos produzida na mídia impressa, pela entrada na *Era Digital*, nos EUA. Mais de 317 mil empregos na mídia impressa americana desapareceram, enquanto que em contrapartida, no ambiente digital, só foram criados cerca de metade desse número. Não se precisa mais de tanta gente para escrever, editar, diagramar e publicar uma matéria.

³⁷ *Manchetes clickbait* ou manchetes sensacionalistas ou chamativas, utilizadas para atrair cliques e incentivar o compartilhamento do material pelas redes sociais. Costumam prover somente o mínimo de conteúdo, necessário para chamar a atenção do leitor e estimulá-lo ao compartilhamento da postagem (para que a página obtenha ganhos por quantidade de tráfego ou conteúdo de patrocínio), mas que na maioria das vezes apresentava um conteúdo no texto da postagem de entendimento ou abordagem divergente da chamada ou do título utilizado.

algum compromisso, com uma informação verdadeira), e também obter ganhos financeiros com o aumento de tráfego e veiculação de publicidade, até que ponto a tentativa de redução do *clickbait* é legítima e até que ponto sua ocorrência é o resultado de um erro ou um descuido conveniente propiciado pela tecnologia e o meio de comunicação em uso?

Edgar Morin utiliza o termo “imprensa de dinheiro” ou “imprensa para ganhar dinheiro” para descrever a imprensa que trata a informação como mercadoria, seleciona a informação rendosa e elimina a informação não-rendosa:

Segundo esse critério, o extraordinário, o surpreendente, o novo, por um lado, mas também o obsessivo, o apaixonante, o adorável, o odioso são altamente valorizados. Daí uma imprensa “sensacionalista” que escolhe e produz aquilo que cria sensações [...] (MORIN, 1986, p. 48).

2.4.1 Bolhas Cognitivas e Câmaras de Eco

No ambiente digital, com um cenário amplamente populado por publicações direcionadas por algoritmos computacionais tem-se usado o termo “bolha cognitiva” ou “filtro bolha” (*bubble filter*), caracterizado pelo isolamento espacial da informação ao qual todos nós estamos submetidos ao usarmos as redes sociais. A ideia seria potencializar a entrega ao usuário dos tipos de postagens sobre às quais ele manifestou uma prévia satisfação, através de um mecanismo de reforço.

Entretanto, em contrapartida tem contribuído para alimentar a polarização nas discussões políticas e as polêmicas, colaborado com a precarização nos debates devido à predominância no recebimento de postagens que reforçam nossas crenças pré-existentes, ao trazer também implicações negativas para o desenvolvimento do pensamento crítico devido ao caráter normatizador das postagens, ao ver o mundo através de um número limitado e cheio de preconceitos de “lentes”.

O código básico no coração desta nova Internet é bastante simples. Esta nova geração dos filtros de Internet olha para as coisas que você supostamente gosta - as coisas que você fez de fato ou as coisas que, as pessoas que gostam de você, gostam - e tenta extrapolar. Eles são mecanismo de predição, constantemente criando e refinando uma teoria sobre quem é você e o que

you will do and like in sequence. Together, these mechanisms create a unique universe of information for each of us - the one I passed to call the bubble filter - which fundamentally alters the way we find ideas and information (PARISER, 2011, p.10 apud SANTOS, 2017).

The sociologist *Zygmunt Bauman*, in an interview given in 2016, whose title is: *As redes sociais são uma armadilha*, is described as cynical about this “couch activism” and highlights that the Internet also makes us drowsy with cheap entertainment.

The question of identity was transformed from something pre-established into a task: you have to create your own community. But you don't create a community, you have one or not; what social networks can generate is a substitute. The difference between the community and the network is that you belong to the community, but the network belongs to you. It is possible to add and delete friends, and control the people you relate to. This makes it so that individuals feel a little better, because loneliness is a big threat in these individualistic times. But, in networks, it is so easy to add and delete friends that social skills are no longer necessary. They are developed on the street, or at work, by finding people with whom you need to have a reasonable interaction. Here you have to face the difficulties, get involved in a dialogue (BAUMAN, 2016).

It is notorious for every follower on social networks, the ease with which those responsible for the pages or groups (normally identified by: owners, administrators and moderators), can perform actions of blocking or even exclusion of access or of registration of users who by chance come to express insistently or not, opinions related to the profile of the page or group, but presents a different or even antagonistic view of the predominant or personal of its administrators and consequently generally conflicting, when there is no intention of allowing the expression of a contradictory thought.

It contributed enormously to the impoverishment of the debate and the exchange of ideas, the loss of the possibility of understanding the other and mainly it is difficult or even prevents the construction of consensus to some degree or extent on controversial topics that incorporate some originally distinct elements, and enslaves thoughts in “echo chambers” to reverberate common senses in bubbles of cognition.

For Bauman, in the virtual world:

[...] As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha (BAUMAN, 2016).

Como visto acima na discussão deste capítulo, a manipulação e falsificação de conteúdo textual e áudio-visual é uma realidade já bastante presente na atualidade e que a cada ano assume aspectos mais realistas e verossímeis.

Particularmente com relação aos vídeos, apesar da motivação que lhes tenham dado origem, tenha sido a produção de conteúdo de pornografia não-consensual (e até os dias atuais os mesmos representarem a imensa maioria desse tipo de conteúdo), os vídeos com cunho político têm surgido com mais frequência, inclusive com registros de litígio político no Gabão, na Malásia, nos Estados Unidos e até aqui no Brasil.

Mas assim como temos o desenvolvimento da tecnologia que propicia a produção de itens de “desordem informacional” mais verossímeis a cada dia, é essencial que a sociedade organizada e população em geral exijam dos órgãos e instituições responsáveis, a elaboração de mecanismos ou tecnologias³⁸ com a finalidade de detectar e assinalar os conteúdos manipulados e que apresentam potencial para afetar o ambiente democrático ou até mesmo insuflar ações de violação de direitos humanos.

Um fato é que, se um conteúdo compartilhado na Internet e nas redes sociais, sofre uma manipulação e o mesmo é falseado, a opinião pública e as instituições são feitas de refém e a estabilidade é corrompida.

É necessária a construção de vias que busquem garantir o compartilhamento de informações legítimas e confiáveis e minimizem ao máximo a geração e distribuição de itens de desordem

³⁸ Agora, já é possível fazer essa verificação ao usar uma ferramenta piloto criada por um grupo de pesquisadores da USP e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A plataforma está em fase de testes e aperfeiçoamento, mas já é possível acessá-la gratuitamente via web ou pelo WhatsApp. (<https://www.icmc.usp.br/noticias/3956-ferramenta-para-detectar-fake-news-e-desenvolvida-pela-usp-e-pela-ufscar>). “A ideia é que a ferramenta seja um apoio para o usuário. Ainda estamos no início desse projeto e, no estado atual, o sistema identifica, com 90% de precisão, notícias que são totalmente verdadeiras ou totalmente falsas”, pondera o professor. “No entanto, as pessoas que propagam *fake news* costumam embasar suas mentiras em fatos verdadeiros. Nossa plataforma ainda não tem a capacidade de separar as informações com esse nível de refinamento, mas estamos trabalhando para isso”, completa Thiago. “Nosso intuito inicial foi trabalhar com textos escritos, pois são uma unidade fundamental para análise em linguística computacional. Mas queremos expandir o projeto e passar a avaliar imagens, vídeos, áudios, abrangendo outras mídias”.

informacional a fim de que todos os segmentos da sociedade tenham a sua representatividade, expressão e respeito garantidos, em um ambiente de acatamento ao estado democrático.

Na discussão apresentada sobre os mecanismos de desordem informacional foram traçados comentários relacionados à apropriação dos espaços na Internet pelas grandes empresas, pela extensa atividade comercial e sobre o valor da informação como riqueza imaterial que trafega pelos seus canais.

Um grande fator motivador que normalmente não se encontra presente nas apreciações sobre os motivos que levam à produção de itens de desordem informacional e mais ainda sustentam e buscam maximizar a sua visualização, é o valor financeiro relacionado ao volume de conteúdo produzido e ao tráfego relacionado a cada unidade de desordem informacional produzido, principalmente em um cenário extremamente polarizado, social e politicamente.

Além destes fatos, parece ser possível afirmar que a Internet e as redes sociais, como atualmente estabelecidas, favorecem a existência e a sustentação de uma relação simbiótica³⁹ entre a informação e a desordem informacional.

Como discutido anteriormente, um novo modelo de negócio foi estabelecido com a ascensão da Internet e todo o fluxo de conteúdo que a mesma propicia, mas que inicialmente focava na capitalização da oferta de produtos e serviços.

Com o surgimento das redes sociais este modelo foi aprimorado, foi potencializado sem entretanto abandonar ou extinguir o modelo anterior ao incorporá-lo. Se antes tínhamos a informação como fonte para gerar a oferta de produtos e serviços, agora temos informação e desordem informacional como mercadorias.

Os riscos para uma sociedade alimentada em boa parte através da produção de imaterialidade e de conteúdo manipulado, sugerem a necessidade de estabelecer estudos complementares para aprofundar o entendimento das estruturas, mecanismos e os agentes relacionados e mantenedores desta realização, sob o risco de produção de instabilidade social e política, agravada pela inexistência de mecanismos ou ações de contenção devido ao desconhecimento da natureza intrínseca do seu funcionamento.

³⁹ A “relação simbiótica” ou simplesmente “simbiose” no reino biológico é geralmente definida como uma associação a longo prazo entre dois organismos de espécies distintas; indiferentemente se essa relação é benéfica para ambos os indivíduos envolvidos ou não. Evidentemente, não pretendemos aqui defender uma relação de natureza biológica entre os “informação/desinformação”, mas sim evidenciar o extremo caráter de interdependência e de retro-alimentação entre essas duas entidades no ambiente digital.

2.4.2 Deep fake

Consiste de um mecanismo de desordem informacional criado por meio da utilização de técnicas específicas de IA (Inteligência Artificial), e descrito na literatura através do termo “*deep fake*”, formulado a partir da fusão entre as palavras *deep learning* e *fake*, e expressa basicamente a ideia de “falso profundo”.

É uma elaboração não tão recente e o fundamento que então sustentou a sua idealização e produção está relacionado com uma falsa crença ainda sustentada por muitos de nós, para o fato de que um conteúdo audiovisual se tratar de um registro demasiadamente complexo da realidade para que se permita ser facilmente manipulado e falseado e assim torna-o detentor de grande confiabilidade⁴⁰.

Evidentemente esta postura não é mais sustentável há algumas décadas e mais ainda nos dias atuais, mas mesmo assim ainda é perceptível e significativa a facilidade que muitos apresentam em se deixar levar pelo engodo e dotar com a característica da veracidade uma peça visual com flagrantes características de falseamento, principalmente para aquelas pessoas ou grupos que desconhecem as facilidades e capacidades das ferramentas de edição de áudio e vídeo disponíveis na atualidade.

Da mesma forma que o termo “*deep fake*” (‘vídeo falso’) guarda semelhanças em termos de significado com o termo *fake news* (‘notícia falsa’), o mesmo tem igualmente passado pelo fenômeno de banalização do seu uso e significado, quando basicamente todo e qualquer vídeo do qual se discorde por provocar descontentamento ou incomodar pessoal ou politicamente

⁴⁰ Como exemplo que pode ser apontado de presunção de verdade para um conteúdo audiovisual, citamos um programa de rádio apresentado em 30/10/1938, onde foi simulada uma invasão extraterrestre que desencadeou pânico em parte da costa leste dos Estados Unidos: “A Guerra dos Mundos”. Dirigido e narrado pelo ator e futuro cineasta Orson Welles como uma adaptação do romance ‘A Guerra dos Mundos’ (1898), de H. G. Wells. O programa de uma hora começou com música e o anúncio de que seria uma adaptação da referida obra, e com a leitura de Welles, da abertura do romance. A primeira meia hora foi apresentada como uma típica programação de rádio noturna, com a inserção de interrupções intercaladas por música para a leitura de supostos boletins, primeiro para noticiar explosões observadas na superfície de Marte, seguido por queda objeto cilíndrico em uma fazenda testemunhada por policiais e uma multidão. Desenvolve a narrativa de forma mais alarmante e detalhada de uma invasão marciana, até por fim narrar que os marcianos foram derrotados por micróbios. Nos dias após a adaptação, a indignação tomou conta da mídia. O formato de boletim de notícias do programa foi descrito por alguns jornais e figuras públicas como *fundamentalmente enganoso*, e gerou alvoroço contra os responsáveis pela transmissão e pedidos de regulamentação pela Comissão Federal de Comunicações. O episódio que entrou definitivamente para a história do rádio, garantiu a fama de Welles como dramaturgo e serviu como um alerta para o próprio “rádio” como uma evidência da sua forte influência nos ouvintes ao ponto de poder causar reações imprevisíveis (fonte: Wikipédia, 2020).

determinado indivíduo ou grupo/segmento da sociedade, é declarado como *deep fake* com a finalidade de lançar dúvidas sobre a realidade e a veracidade do seu conteúdo.

As raízes dessa atitude estão relacionadas com o fato de que inicialmente esta técnica foi bastante utilizada para produzir as montagens a partir de vídeos verdadeiros de atrizes ou personalidades famosas, com a finalidade de realizar o seu falseamento para a produção de conteúdo pornográfico adulterado.

Em uma descrição básica, consiste de uma técnica através da qual são criados um conjunto de imagens e sons reais para elaborar através do uso da IA, vídeos falsos com as personagens reais, mas com falas, gestos e ações que nunca existiram.

Através do uso de redes neurais artificiais, algoritmos de *machine learning* (é um ramo da área de IA, baseada na noção de que um sistema pode coletar dados e aprender com eles através da análise e identificação de padrões), são aplicados para realizar inicialmente o reconhecimento da imagem que será “falseada”, identificar e registrar detalhadamente a alteração dos padrões fisionômicos (comportamento de marcas ou expressões faciais específicas do indivíduo durante um discurso, a movimentação dos lábios na produção e modulação da voz, as características e movimentações da estrutura do nariz, as expressões dos olhos e movimentação das estruturas no seu entorno, os movimentos dos músculos da testa), aprender a copiar estas expressões e as características da pessoa para que possam usadas na produção do vídeo falso.

Uma vez que foi finalizada a fase do aprendizado, chega o momento da produção em si do *deep fake* através de manipulações e alterações do vídeo, através da utilização de softwares de edição de áudio e vídeo.

Basicamente inicia-se ao elaborar um script ou texto que irá compor o discurso ou a declaração a ser divulgada. Com base no trabalho de aprendizado e ao valer-se das ferramentas necessárias, a IA será acionada com a finalidade produzir o novo áudio a ser divulgado, com a finalidade de vocalizar as características principais de tom, intensidade, timbre e as modulações da voz do indivíduo que teve o seu vídeo analisado.

O vídeo original passa a ser editado *frame a frame*, concernente aos padrões fisionômicos (comportamento de marcas ou expressões faciais específicas do indivíduo, movimentações dos lábios, nariz, as expressões dos olhos e movimentação das estruturas no seu entorno, os movimentos da testa etc), para que atenda ao conteúdo, intensidade e tons da voz expressos no áudio para seu novo discurso ou a declaração (*deep fake*).

Desnecessário prolongar argumentos a respeito do grau de ameaça que esse tipo de manipulação pode representar tanto para os indivíduos como para grupos, etnias ou mesmo para as

democracias instituídas, seja através de uma veiculação pública ou pontual e específica, a medida que o grau de aprimoramento das aplicações de IA e o poder computacional dos computadores cresce e se portabiliza mais e mais a cada dia.

Até poucos anos atrás, essa tecnologia ainda era muito imatura, e permitia uma identificação relativamente fácil da manipulação. Entretanto, especialistas já assinalam que esperam para os próximos anos a produção de vídeos com uma qualidade tão aprimorada, que até peritos especialistas poderão ter dificuldades em se posicionar em relação à veracidade ou não do conteúdo.

No plataformas de vídeos disponíveis na Internet, a imensa maioria dos conteúdos do tipo *deep fake*, apresentam conotação sexual, entretanto o percentual de conteúdo com conotação política aumenta ano após ano, e alguns já produziram danos a personalidades políticas (como no caso de Azmin Ali, Ministro da Economia na Malásia), ou no regime político do Gabão em 2018, onde uma suspeita de *deep fake* levou a uma tentativa de golpe militar que acabou por ser contornada.

No Brasil, foi aventada a hipótese do vídeo com cenas de sexo entre algumas mulheres e João Dória, então candidato ao governo do Estado de São Paulo pelo PSDB, ser um *deep fake*. A polêmica entre os peritos oscilou entre ser um vídeo verdadeiro, ou ser falso ou ser inconclusivo. Inegável, porém, que a divulgação do vídeo em pleno período eleitoral prejudicou a imagem do então candidato.

2.4.3 Shallow fake

Em tradução livre, significa “falso raso”. No contexto dos vídeos falsos, diz respeito sobre uma falsidade superficial, mais grosseira, que não exige o uso da IA para manipular imagem e som de um vídeo, mas que, basicamente, trabalha com a descontextualização do vídeo, o que, na prática, igualmente acarreta em desinformação do cidadão. Dito de outra forma, são vídeos que foram manipulados com ferramentas básicas de edição ou apenas colocados intencionalmente fora de contexto.

Ainda que muitos argumentem que a qualidade pobre dos vídeos relacionados à produção de *shallow fake* não deveriam produzir preocupações suficientes, fato é que a opinião pública, em boa parte formada por pessoas crédulas (seja por questões de crença política, precariedade

informacional ou analfabetismo digital), permanece ainda bastante sensível e por consequência, a integridade do processo democrático em risco.

Em geral, podem resultar em danos à reputação de uma pessoa-alvo, mesmo que a falsidade seja de baixa qualidade e razoavelmente verificável. Entre os casos ocorridos e documentados foram predominantemente utilizados para desacreditar ativistas humanos ou ambientais ou espalhar informações falsas que resultam no fomento do discurso de ódio racial ou étnico ao ponto inclusive de provocar mortes coletivas, como aconteceu no caso já citado em Mianmar, onde além de promover uma grave violação de direitos humanos, ao penalizar milhares de habitantes, este caso de manipulação da opinião pública resultou na produção de um evento disruptivo na esfera política. Outros exemplos de conhecimento público, uma vez que ganharam certo destaque ao serem noticiados tanto mídia mundial (tanto a mídia tradicional quanto a digital), foram encontrados entre membros da política americana ou personalidades diversas como a congressista democrata Nancy Pelosi, o jornalista Jim Acosta, da CNN.

3. VIOLAÇÃO, VULNERABILIDADE E CONTROLE

Neste capítulo pretendemos apresentar uma discussão, sem maiores aprofundamentos técnicos, acerca das questões relacionadas à utilização de algoritmos para captura de dados, *shadow profiles*, violação de privacidade e as suas consequências na produção de vulnerabilidade dos indivíduos e nas sociedades democráticas.

3.1 Algoritmos e *Shadow Profiles*⁴¹

A Internet e mais particularmente as redes sociais, apresentam dois aspectos bem distintos e expressivos relacionados à questão da coleta de dados e violação da privacidade online. De um lado um ambiente virtual concebido para a maximização da interação através do compartilhamento de dados e de conteúdos entre seus usuários, e do outro lado um ambiente de apropriação ou controle que para muitos se caracteriza como uma fonte de abuso e transgressão em virtude da enorme quantidade de informações pessoais que são capturadas, na maioria das vezes sem a concordância ou mesmo sequer o conhecimento prévio ou efetivo por parte dos seus usuários.

No ambiente digital cada plataforma possui o seu próprio documento de termo de uso e política de privacidade que via de regra não são lidos pelos usuários (geralmente um conteúdo que poderia ser convertido em um documento com dezenas ou mesmo centenas de páginas, com

⁴¹ Em 2011, um cidadão austríaco pediu ao Facebook um arquivo com todas as suas informações, uma espécie de perfil off-line, que pela legislação europeia é um direito de todos. De posse dessas informações, ele constatou que o Facebook tinha o seu e-mail secundário, telefone, informações sobre fotos e publicações já deletadas, informações sobre amizades desfeitas, dentre outras, que ou não foram disponibilizadas pelo usuário ou não eram visíveis ou até mesmo tinham sido deletadas. O usuário solicitou a exclusão definitiva destes dados.

Shadow Profile de dados de 'usuário' - toda informação coletada pela plataforma que não seja fornecida ativamente pelo usuário, compõe o seu *shadow profile* (em tradução literal '*perfil sombrio*'). É como se existisse um perfil do usuário visível apenas para a plataforma e seus parceiros comerciais, por meio do qual é definido o padrão daquela pessoa.

Shadow Profile de dados de 'não usuário' - como a rede social sincroniza os dados da agenda de um usuário, acaba por coletar informações sobre pessoas que não possuem um perfil digital na mesma. Assim, antes de alguém se tornar um usuário, a rede já sabe quem é aquele indivíduo, quais são suas conexões na vida real, possivelmente a profissão, idade, hábitos entre outras informações (o que para muitos se configura como violação à direitos de personalidade). [...] Essas informações coletadas sobre um 'não usuário' também se denominam Shadow Profile, sendo a segunda vertente possível. Nesse caso, a plataforma, por meio de seus usuários, coleta dados até sobre os 'não usuários' (ALMEIDA, 2019, p. 20 e 21).

intensa utilização de termos técnicos da área jurídica, o que na prática inviabiliza totalmente a tentativa do usuário de estabelecer uma visão abrangente e crítica sobre seu conteúdo e finalidade).

Além do fato acima mencionado, na utilização de qualquer um desses serviços digitais, o usuário não tem nenhuma possibilidade de modificar o conteúdo dos termos de adesão e consequentemente a forma como serão coletados, utilizados e principalmente, o uso que será feito dos seus dados pessoais.

Sobre este ponto, ALMEIDA (2019) esclarece que é facultado aos usuários desses serviços o direito de serem “literalmente esquecidos” pela rede mediante a exclusão dos seus dados coletados, “porém, é possível questionar se há um direito de não ser sequer conhecido”:

Caso uma pessoa decida pelo não uso de mídias sociais na Internet ela tem o direito de ter o controle de seus dados pessoais, o que importa no não conhecimento destes por parte dos provedores de conteúdo. Assim, partiu-se da premissa de que em alguns casos, com a formação de um Shadow Profile há violação de direitos da personalidade⁴² (ALMEIDA, 2019, p. 22).

É preciso não apenas trazer à tona estes fatos, mas sobretudo divulgar a sua relevância e esclarecer a população em geral através da discussão dos perigos relacionados à coleta autorizada assim como a não autorizada e o uso indiscriminado dos dados pessoais dos “usuários” e de “não usuários” das redes sociais, na perspectiva do direito à privacidade, para assim quem sabe, seja possível se chegar a uma tutela (no sentido de regulação) efetiva na Internet, sem a necessidade precípua da criação de novos direitos.

A maioria dos usuários das redes sociais que possuem alguma noção a respeito da importância da privacidade online e sobre a questão delicada da captura e uso dos seus dados, pensam que esta questão é inerente apenas às suas informações cadastrais, seus dados de navegabilidade e o seu histórico de interação (curtidas, compartilhamento etc).

Esses dados representam apenas o conteúdo das camadas mais superficiais relacionados à coleta de dados que são efetuados. Ainda não atentaram para o enorme risco que correm ao não conhecerem a estrutura intrínseca da aplicação que utilizam diariamente e do fato de cederem

⁴² À luz das Ciências Jurídicas, por definição, todo ser humano é pessoa e toda pessoa possui ‘personalidade jurídica’. Já o entendimento sobre a ‘personalidade’ recai sobre duas perspectivas: a primeira como sendo a aptidão genérica para contrair direitos e obrigações na ordem civil, e a segunda refere-se aos direitos da personalidade ALMEIDA (2019).

às empresas de tecnologia o controle sobre os dados da sua “vida online”. Segundo (KERCKHOVE, 2015, p. 19):

[...] os jovens pedem para ter controle sobre seus dados pessoais, mas se preocuparam pouco e não atualizam as ferramentas de proteção de anonimização, criptografia, etc. [...] os jovens consideram que a responsabilidade de proteger os seus dados pessoais deve ser compartilhada entre o Estado, as empresas e si mesmos, mas não acredito que isso seja feito corretamente. O Estado parece muito distante, os negócios, não confiáveis, e em relação a si próprios, os jovens alegam que não têm tempo nem competência (KERCKHOVE, 2015, p. 19).

O quadro de incertezas configura-se tende a um agravamento, à medida em que o modo de vida da sociedade atual avança a cada instante em direção a uma maior imersão das atividades comuns do dia a dia no ambiente digital. Os aspectos e as atividades mais triviais da nossa existência já receberam uma contraparte, um análogo digital.

Muitos elementos da nossa vida já foram aos poucos transferidas para a imaterialidade digital, sem que muitos se deem conta disso, ou se perguntem de porque o fazem e se há uma real necessidade ou verdadeiro benefício ou mesmo se existem e quais são os riscos desta ação.

Evidentemente, existem aqueles que defendem abertamente e apontam os benefícios trazidos pela coleta de dados dos usuários realizada através do ambiente digital, e apresentam inúmeros argumentos de que tais tarefas permitiriam às empresas oferecer uma maior diversidade de serviços e produtos com um alto grau de personalização, o que seria muito bom não só para a clientela como para as empresas e mesmo para o governo (através da arrecadação de impostos), assim como uma melhoria geral no conhecimento da sua carteira de clientes.

Dentro da perspectiva do mercado:

A coleta e análise sistemática de dados praticada pelas empresas não apenas melhora experiências, mas pode também criar exclusões e custos socialmente inaceitáveis. Quando um plano de saúde rejeita uma pessoa ou cobra o dobro da mensalidade por saber que ela tem uma propensão genética a determinadas doenças, começamos a nos preocupar com o que os dados coletados sobre nós podem gerar (SILVEIRA, 2017, p. 11).

Na vida em sociedade, tanto o cidadão pode ser favorecido pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que facilitam e agilizam o seu acesso a notícias, dados

governamentais, conhecimento das ações implementadas pelo governo voltadas para a população em geral ou determinado segmento, assim como as democracias também podem ser beneficiadas através da coleta de dados da população, seja compondo base de dados para campanhas de saúde pública, planejamento da gestão social, gestão de demandas e crises ambientais, estabelecimento de políticas de proteção à minorias:

[...] há que considerar as próprias informações sobre os cidadãos, suas opiniões, disposições, crenças, desejos, temores e atividades, fluindo para o sistema político e o governo. O lado bom desse fluxo de informações se pode imaginar na forma da “coleta e análise direcionada de dados sobre questões chave que afetam comunidades e subgrupos da população, que, de outro modo, arriscariam a ser esquecidos ou ignorados” (GOMES, 2018, p. 36).

Entretanto, o atual nível de acurácia dos algoritmos de análise presentes no ambiente digital atingiu um grau de sofisticação que já lhes permite gerar dados e parametrizar a conduta ou o hábito navegacional do usuário, não apenas em termos de tipo de conteúdo, página ou o tempo de navegação, mas identificar com precisão o tipo de publicidade com o qual se identifica, suas preferências relacionadas à estética das páginas e até mesmo determinar o seu “estado de espírito”, se o mesmo se encontra alegre ou triste, ou se demonstra ansiedade no momento em que navega na rede, e a partir deste diagnóstico consegue propor ao navegante novas páginas e conteúdo específico de acordo com a finalidade estabelecida pelo criador do algoritmo:

O governo e as corporações, as economias, a cultura, a vida, nossos pensamentos, nossos hábitos e nosso eu, as coisas, o tempo e o espaço estão submetidos à governabilidade algorítmica. Nesta versão renovada da sociedade de controle do capitalismo digital, tudo virou dados mercantilizados (SANTAELLA, 2015, p. 108).

Não se trata entretanto de uma situação de dubiedade estabelecida. A Internet e as redes sociais são reconhecidamente há bastante tempo como um ambiente de contradições. SILVEIRA (2017), chama a atenção para o contexto que ele critica e descreve como a “mercantilização extrema de nosso comportamento baseado em um mercado de compra e venda de dados pessoais”.

É certo que numa visão geral existem aspectos tanto positivos quanto negativos frente a esta questão, mas cabe aqui levantar alguns questionamentos... se para o mundo dos negócios o uso

desta tecnologia é extremamente favorável e benéfica no sentido da gestão de relacionamento com os clientes e de aumento do faturamento e da lucratividade, a mesma intensidade de ganhos (em seus vários sentidos) também opera em benefício dos clientes? E mesmo em caso de uma resposta positiva para esta questão (e parece estar relativamente claro que este não é o caso), ainda assim o usuário abrisse mão do benefício e o rejeitasse, seria preciso estabelecer como se daria este controle, uma vez que deixa-lo exclusivamente nas mãos do próprio agente do mercado seria evidentemente um contrassenso.

Hoje em dia no ambiente digital, já é possível afirmar que as experiências de navegação, seleção de conteúdo e decisões estão contaminadas por decisões algorítmicas. Em um primeiro momento estavam relacionados majoritariamente à ofertas de produtos e serviços. Por agora, todo o tráfego de conteúdo está intensamente mediado por código computacional ao ponto de poder se perguntar sobre como estaria o direito de ir e vir livremente neste ambiente digital.

Seria saudável para o indivíduo (em termos informacionais, sociais, culturais), ter a sua experiência de navegação no ambiente digital permanentemente monitorada, gerenciada e induzida através de algoritmos produzidos por empresas?

[...] o direito à privacidade tornou-se um importante contraponto ao capital informacional. As forças operantes no mercado de dados pessoais se constituíram como os novos gigantes do capital. Ao entregarem dispositivos e plataformas que melhoram as condições de vida, trabalho e entretenimento em redes de relacionamento, as empresas ganham a simpatia, o afeto e os dados dos seus usuários. Desse modo, são formados perfis de consumo, de comportamento, de interesses que são alocados em amostras vendidas para corretores de dados, redes de anunciantes e compradores de audiências (SILVEIRA, 2017, p. 64).

3.2 Violação de Privacidade

A “privacidade”⁴³ é o direito à reserva ou controle na divulgação de informações pessoais e da própria vida pessoal. Pode ser também apreendida como a pretensão de controlar a disponibilidade de informações sobre si mesmo (ou regulação dos limites).

⁴³ Hoje, segundo a comunicóloga argentina Paula Sibilia, vivemos a “intimidade como espetáculo”, ou seja, a privacidade inserida na sociedade do espetáculo, situação ilustrada por fenômenos de mídia e comportamento -

A ideia de “privacidade” também guarda relação com a possibilidade de se viver em sociedade de forma anônima (inclusive pelo disfarce de um pseudônimo ou por uma identidade falsa).

Constitui-se igualmente como um direito fundamental do ser humano, presente na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Em contrapartida, vivemos em uma sociedade que estimula a divulgação da intimidade como mercadoria, seja para a aquisição direta de ganhos financeiros ou a obtenção da fama, estima coletiva, reconhecimento.

Segundo ALMEIDA (2019), a privacidade em seu entendimento clássico na esfera do Direito é uma ideia historicamente recente, originada na sociedade burguesa americana do final do século XIX, e remonta o princípio de “*right to be let alone*” (literalmente “o direito de ser deixado em paz”), mas em vista da dificuldade de se afirmar o que é íntimo e o que é o privado nas redes sociais, deve ser lida como *controle* das informações pessoais, em contrapartida à esta visão clássica apresentada.

[...] é preciso que no Direito Digital a privacidade seja tratada como controle e este deve ser dado ao usuário sobre suas informações pessoais. Entretanto, é raro um usuário que lê os termos de uso e política de privacidade de uma plataforma, até mesmo porque em nada ele poderia modificar estas, sendo que em caso de discordância, poderia apenas deixar de utilizar o serviço (ALMEIDA, 2019, p. 39).

Existe um grau de ingenuidade na crença de que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) e seus sistemas algorítmicos trarão maior velocidade e capacidade às nossas atividades sem sequer pensar na possibilidade de afetar as suas finalidades e os critérios de escolha dos indivíduos/usuários.

Quando um usuário acessa o ambiente digital, realiza ações de interatividade na Internet ou redes sociais, escreve comentários ou compartilha algum conteúdo, ele altera a sua condição inicial de um indivíduo desconhecido para alguém que se tornou visível e portanto observável, identificável e passível de sofrer ações de monitoramento, juntamente com o conteúdo ao qual o mesmo deu visibilidade.

redes sociais, *blogs*, *reality shows*, biografias e revistas de fofocas. Segundo a autora, as pessoas abdicam espontaneamente da sua privacidade, movidas pela necessidade de obter destaque e reconhecimento (Fonte: Wikipédia, 2020).

A utilização das redes sociais se dá mediante o cadastro e aceitação por parte do usuário proponente dos Termos de Uso e da Política de Privacidade. Como já comentamos anteriormente, a leitura e a análise desses documentos é uma tarefa praticamente irrealizável por parte de um usuário comum, devido à sua enorme extensão e seu conteúdo impregnado de termos e condicionais em “linguagem jurídica”.

É a aprovação do cadastro, e a aceitação do documentos citados a partir da autorização efetuada pelo usuário, que permite ao sistema efetuar a coleta e captura dos dados do usuário, dos seus hábitos navegacionais e suas predileções de conteúdo. Mas não apenas dos dados primários do usuário, como também dos seus contatos, da sua agenda, e com isso, os dados de indivíduos que ainda nem são usuários da rede.

Afirma-se que as redes sociais funcionam em camadas. A primeira camada é visível a todos os usuários, são informações básicas, como nome e foto de perfil. A segunda, são aquelas informações que os usuários restringem a sua rede de contatos, tais como fotos e posts. A terceira, que é uma camada sombra, não aparece para os usuários. São as informações que a plataforma possui a respeito deste para mapear seus gostos e gerar conteúdo direcionado, captando a sua atenção e preferência. A quarta e última camada também é sombra, não aparece na rede. Refere-se àquelas informações que a plataforma possui sobre um não usuário, categorizando-o para que quando este venha a integrar à rede, esta sugira amizades e conexões, fornecendo inclusive conteúdo através dos gostos da pessoa.

Nesta classificação de camadas, tem-se que as duas primeiras são visíveis aos usuários e passíveis de controle. Por outro lado, as duas últimas, além de não visíveis, não é dado o poder de controle às pessoas (ALMEIDA, 2019, p. 40).

O conteúdo dos Termos de Uso e da Política de Privacidade é elaborado em cima de brechas das legislações nacionais que acabam por permitir a captura e o controle de uma quantidade de dados muito maior do que a que anuncia ou dá a entender, com base nas orientações de equipes de advogados contratados a “peso de ouro” para facilitar o acesso aos caminhos através dos quais a empresa irá minerar a sua fonte de recursos: as informações dos indivíduos (usuários e não-usuários). As informações, uma vez coletadas, podem ser agregadas e analisadas para extrair informações estatísticas que refletem os padrões comportamentais desde indivíduos até grupos de usuários de dispositivos móveis.

Vivemos em uma sociedade informacional norteada peremptoriamente por dados e indicações ou resoluções algorítmicas produzidas em sua ampla maioria por grandes empresas do cenário da tecnologia, donas de monopólios da informação. Esses algoritmos produzem o

direcionamento de conteúdos que muitas vezes operam uma indução na escolha dos usuários ao mesmo tempo em que também tomam decisões de modo autônomo sobre o que irá nos oferecer ou o que não irá nos oferecer.

Em nome da *propriedade intelectual*, o conteúdo detalhado destes algoritmos permanece *inviolável* e preservada para o bem estar do mercado, entretanto, ao que parece o zelo pelos *dados pessoais* dos usuários e a utilização que se dá para os mesmos, não recebe o mesmo tratamento ou não possuem o mesmo status de valor nesta sociedade, no quesito referente ao *direito à privacidade*.

Assim, tornou-se vital para a expansão do mercado de dados pessoais a produção de discursos que removam os entraves oriundos da doutrina liberal - responsável pelo conceito de privacidade no campo dos direitos basilares da modernidade e um dos elementos constitutivos das democracias modernas. O liberalismo econômico (em sua face contemporânea neoliberal) caminha a passos largos no enfrentamento das liberdades fundamentais, entre as quais se encontram o direito à privacidade e ao anonimato (SILVEIRA, 2017, p. 12).

É preciso que se discuta a forma de proteção da personalidade dos usuários, em virtude da vasta gama de informações que as plataformas digitais possuem sobre estes e denominada de *dados pessoais* que podem ser divididos em dois grupos: o primeiro formado pelos *dados não sensíveis* composto por dados relações de amizade, informações de navegação, preferências de conteúdo etc.

E o segundo grupo formado pelos *dados sensíveis* e que por sua vez dizem respeito às informações de usuários ou mesmo de não-usuários referentes à sua raça, origem étnica, orientação religiosa, opção sexual dentre outras, daí a importância da proteção, uma vez que podem servir de base para uma ação de discriminação ou mesmo perseguição.

Toda a informação sobre a pessoa é considerada dado pessoal, tais como nome, idade, sexo, renda, entre outras. Tudo o que serve para identificar e distinguir um indivíduo é considerado dado pessoal. Conforme norma do Decreto 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta o Marco Civil, dado pessoal é aquele “relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive números identificativos, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa (ALMEIDA, 2019, p. 62).

As plataformas de coleta de dados e as métricas utilizadas geram como consequência uma realidade que para a maioria dos usuários da Internet seria classificada como estereotípica: o que é registrado, medido, afeta o que fazemos uma vez que não somos nós que estamos realizamos efetivamente todas as escolhas (apesar de parecer que sim), uma vez que as máquinas fazem suas escolhas baseadas na análise de dados, mas são incapazes de discernirem a partir de percepções sutis embasadas em emoções.

As plataformas nos oferecem serviços e opções que nos tornam mais produtivos, mais interativos, mais ágeis, mais aptos. Organizam nossa vida cotidiana, nossa agenda, nossas compras, propiciam nossos encontros, oferecem diversos modos de entretenimento. Utilizamos intensamente as plataformas, e essa utilização nos afeta e vai organizando nosso modo de estar, depois penetra em nosso modo de ver, olhar, escutar, e assim vai reformatando nossa subjetividade. Essas tecnologias e dispositivos que tanto nos servem, atraem e afetam avançam até o ponto em que temos dificuldade de existir sem elas. Assim, de usuários passamos a servos dessas tecnologias. Trata-se de uma servidão maquínica (SILVEIRA, 2019, p. 36).

Com esse avanço, técnicas de *Data mining* e *Web crawling*⁴⁴, que efetuam extração de dados através da busca por padrões, o fato de que o acesso às nossas informações pessoais pode ser realizado por um agente artificial é irrelevante e já configura a ocorrência de uma violação de privacidade, um desrespeito ao direito individual, principalmente por desconhecermos a totalidade das funções conferidas ou executadas por esses agentes, o tipo de manipulação efetuada e a disponibilidade posterior dessas mesmas informações.

O nosso *smartphone* foi transformado de um aparelho de comunicação para um dispositivo de vigilância pessoal. Todas as tecnologias de entretenimento e interação informacional disponibilizadas no aparelho permitem a sua utilização tanto para as finalidades pessoais como para as ações de controle distribuído. Já é possível através de ações de monitoramento do

⁴⁴ *Data mining*, é uma expressão em língua inglesa, relacionada à área de tecnologia da informação cuja tradução é *mineração de dados*. Consiste em uma tecnologia para agregar, organizar dados e encontrar padrões (definidos pelo interesse do implementador), associações, mudanças e anomalias relevantes.

Web crawling, é um tipo de robô de Internet ou *Agente de Software*. Muitos sites, principalmente as páginas de mecanismos de busca, usam *crawlers* para manter uma base de dados atualizadas. Em geral, ele começa com uma lista de URL's para visitar (também chamado de *seeds*). À medida que *crawlers* visitam essas URL's, eles identificam todos os links na página e os adiciona na lista de URL's para visitar. Tais URL's são visitadas recursivamente de acordo com um conjunto de regras. Mas os *crawlers* também podem ser usados para obter tipos específicos de informações das páginas da Web, como minerar endereços de e-mail (mais comumente para spam) ou outros tipos de informação.

aparelho, estabelecer quantas horas cada usuário dorme, ao analisar o tempo em que o aparelho está sem uso.

As sociedades contemporâneas, repletas de tecnologias são sociedades objetivadas, quantificadas e afetadas pelos algoritmos e as alterações de performance dos sistemas que lhes dão sustentação e pelos diversos modos como as ações dos indivíduos são registradas e medidas, com relação a tudo que é executado no ambiente digital. O mapeamento e classificação da sociedade em grupos aceitáveis e perigosos pode ser realizado com uma precisão inigualável.

A grande dependência social e individual das tecnologias da informação e comunicação reforça o modelo de negócios baseado na extração de dados pessoais para fins comerciais, econômicos, culturais e políticos. Essa dependência, que pode ser qualificada como servidão maquínica, é operada no interior das empresas por algoritmos variados e invisíveis, por estruturas de dados opacas que realizam cruzamentos não informados, por dispositivos interconectados de controle e vigilância que corroem a privacidade (SILVEIRA, 2019, p. 37).

A simples existência do direito à privacidade já é um importante instituto dentro das sociedades democráticas, por compor garantias de direitos do indivíduo, principalmente daqueles pertencentes a grupos que não gozam de um certo grau de aceitação ou mesmo podem ser vítimas de segregação ou perseguição em função de algumas de suas características considerada por outros como indesejáveis, mas dentro do contexto da violação da privacidade, todos os indivíduos independentes de pertencerem ou não originalmente a grupos sociais fragilizados no mundo real, encontram-se em uma condição de fragilidade informacional perante o surgimento do mercado de dados pessoais e a dimensão do poder econômico e consequentemente político das grandes corporação do mercado da informação. O Direito precisa adequar-se permanentemente à e desenvolver seus instrumentos para melhor diagnosticar, compreender e proteger o direito à privacidade.

O Facebook e outras redes exploram o trabalho de geração de conteúdos feito mais ou menos gratuitamente pelos seus usuários ao abrirem uma conta nas suas plataformas. Vende espaços de publicidade para atingir estes usuários, sem lhes dar uma remuneração condigna, e viola sua privacidade e direitos. Capitaliza ainda mais, explorando os demais contatos que eles fazem na rede e acumulando informações a seu respeito que, depois de processadas, são

vendas a empresas de marketing para uso dentro e fora da internet (LOPES & KUNSCH, 2015, p. 50).

3.3 Vulnerabilidades Sócio-Políticas

Como o foco da discussão neste tópico do trabalho é referente às vulnerabilidade sócio-políticas e os impactos nos regimes democráticos que podem ser produzidas com a inserção e/ou uso intenso de TICs, pela sociedade em geral, desde o cidadão comum, as empresas e grandes corporações, até as instituições públicas e as mais altas esferas do governo, serão expostas duas perspectivas que buscam descrever o impacto da tecnologia informacional nos sistemas democráticos.

A *primeira* perspectiva apresenta uma visão predominantemente positiva e é suportada por aqueles que consideram amplamente benéfica a introdução da tecnologia informacional na sociedade, e inclui evidentemente nesta visão, o reflexo desta presença no sistema democrático com um todo.

Para os defensores desta abordagem, a chegada e o uso destas tecnologias representam um ponto sem retorno ao colaborar efetivamente para a solução de questões relacionadas à melhorias através da racionalização de gastos que proporciona economia de recursos e melhorias na eficiência, prestação de contas online dos gastos do governos nas três esferas do poder, criação de canais de comunicação e participação cívico-política dos cidadãos ao manifestar opiniões sobre os projetos e ações em andamento ou gerar novas demandas, aumento da transparência na divulgação de resultados, possibilidade de produzir e gerenciar ações voltadas para setores ou minorias excluídas, maior capacidade do governos e instituições da esfera privada em estabelecer parcerias, planejar e executar ações relacionadas a políticas públicas notadamente no âmbito da saúde e educação; e finalmente proporcionar o fortalecimento da democracia uma vez que tornou possível uma maior capilarização em relação à participação popular na vida pública.

A *segunda* perspectiva apresenta uma visão predominantemente negativa e é suportada por aqueles que consideram que a introdução da tecnologia informacional na sociedade e o reflexo desta presença em um sistema democrático, não trouxe efetivamente grandes benefícios e em alguns casos até mesmo agravou alguns problemas já existentes antes do surgimento da era informacional.

Segundo seus defensores, com a formação e o fortalecimento de uma conexão direta entre o cidadão, as instituições e o governo, a vivência da vida política passou a ser predominantemente definida por uma prática demasiadamente individualizada na medida em que ao popularizar acessos e informações, o debate público foi esvaziado como algo que se dispersa em uma grande superfície e por consequência perde a sua profundidade.

Defendem que o ambiente digital não é o mais propício para o debate de ideias e da política em virtude do seu formato midiático televisivo que por sua vez favorece à espetacularização da política e que com a inclusão desse tipo de tecnologia foi criada uma nova categoria de exclusão: os chamados excluídos digitais, além de produzir um quadro de insegurança ou vulnerabilidade digital.

Eles alegam que as mudanças e as inovações implementadas possuiriam em sua essência, um caráter muito mais estético e funcional e que não teriam produzido as transformações efetivamente estruturais.

É exatamente entre estas visões extremas, bipolares que serão conduzidas a apresentação e a articulação das ideias neste tópico do trabalho.

O que separa uma sociedade democrática de uma sociedade autoritária ao se permitir que um grupo extremamente reduzido de empresas de alta tecnologia ou mesmo uma só corporação possa obter milhares de informações de usuários e mesmo de não-usuários, muitas delas de natureza sensível a fim de estabelecer a venda de amostras dos perfis sociopolíticos ou psicométricos de cada indivíduo da amostra de dados coletados?

Os dados pessoais dos usuários da Internet e redes sociais gerados pelos perfis de diversas plataformas, as ações executadas e preferências informadas, o padrão de conduta ou navegação, tornaram-se moeda de troca para coleta de informações a partir de serviços, jogos, enquetes apresentadas como gratuitas pelos mais diversos serviços online, e geram bilhões de dólares de atividade econômica.

As análises dos defensores da Teoria Crítica, nos dias atuais, não apenas o que produzimos em termos de bens culturais, artísticos, intelectuais viraram mercadoria, mas nossos dados pessoais

viraram mercadoria para o capitalismo informacional ou capitalismo de vigilância. E não apenas os dados pessoais em um aspecto mais objetivo, mas até mesmo os nossos interesses, nossos gostos, desejos, hábitos e curiosidades expressas através das pesquisas e da navegação. O avanço da tecnologia permitiu a sua presença relacionada aos aspectos mais singulares e pessoais da vida cotidiana dos indivíduos através de uma enorme capilaridade, sem que a maioria dos indivíduos usuários das redes sociais e dos aplicativos de venda de serviços⁴⁵ se questionasse sobre a possibilidade do uso dessas ferramentas e dos dados coletados pelas mesmas de um modo prejudicial às pessoas e a democracia.

Estruturas de bancos de dados, páginas, aplicativos e demais recursos da tecnologia da informação tornaram-se peças-chave no processo de propagação de notícias, formação da opinião pública em questões gerais e mais recentemente ocupou posição de destaque na disputa política e posicionamento do eleitorado⁴⁶.

O fato de que as empresas privadas possam tranquilamente criar uma base com dados dos cidadãos, e que uma boa parte destes dados foram coletados ilegalmente, constitui um risco no sentido de dissolver os limites entre o que caracteriza uma pesquisa convencional de mercado ou o uso de uma tecnologia de vigilância individual doméstica.

Como qualquer eleição recente pode evidenciar, a infraestrutura da comunicação política mudou dramaticamente. Esforços feitos no passado para controlar seu uso - como leis de financiamento de campanha política e restrições do tempo de TV de cada candidato - não são mais adequados em um mundo onde grande parte da comunicação se dá em plataformas digitais. Caso não encontremos formas de controlar essa infraestrutura, as democracias

⁴⁵ Aqui, nos referimos principalmente às redes sociais e Apps de venda de serviços, com coleta de dados pessoais, e que permitiriam traçar um perfil de uso/consumo do cliente (Facebook, Whatsapp, Airbnb, Booking, Uber, etc).

⁴⁶ No ano das eleições de 2016, o Facebook possuía 300 milhões de gigabytes de dados armazenados sobre seus usuários. A maior plataforma de relacionamento social online, com mais de 1,8 bilhão de integrantes. A era dirigida por pessoas ligadas à chamada nova direita norte-americana. Seu diretor executivo, Alexander Nix, se vangloriava de utilizar a ciência de dados, a *psicometria* e o marketing personalizado para vencer batalhas eleitorais. A Cambridge Analytica teve como vice-presidente o principal assessor de Donald Trump nos primeiros meses de governo, Steve Bannon. A Cambridge Analytica teria utilizado técnicas de psicometria para identificar a personalidade de um conjunto de usuários do Facebook. Ao aplicar algoritmos de *machine learning*, teria conseguido replicar o padrão daqueles que responderam um teste de personalidade chamado “*This Is Your Digital Life*”. Um ex-professor da Universidade de Cambridge, Aleksandr Kogan, com base numa série de experimentos e pesquisas psicométricas realizadas pelo pesquisador Michal Kosinski, desenvolveu a enquete, que foi respondida voluntariamente por aproximadamente 270 mil usuários do Facebook.

Em seguida, a Cambridge Analytica aplicou o padrão psicométrico obtido para classificar 87 milhões de contas, das quais 70.632.350 eram de norte-americanos. Com base no cruzamentos desses dados, os pesquisadores desenvolveram um modelo que permitia identificar em 88% dos casos se homens são homossexuais, em 95% dos testes se são afro-americanos ou caucasianos e em 85% das vezes se são democratas ou republicanos. Os pesquisadores alegam que uma grande variedade de atributos pessoais “pode ser inferida de forma automática e precisa usando suas curtidas no Facebook” (SILVEIRA, 2019, p. 30 e 31).

se afogarão em um tsunami de demagogia digital; esta, a fonte mais provável de conteúdos virais: o ódio, infelizmente, vende bem mais que a solidariedade. É difícil, portanto, que exista uma tarefa mais urgente do que a de imaginar um mundo altamente tecnológico, mas, ao mesmo tempo, livre da influência perniciosa da Big Tech. Uma tarefa intimidadora, que, se deixada de lado, ainda causará muitos danos à cultura democrática (MOROZOV, 2018, p.9).

O poder e os meios de produção estão intimamente ligados em uma sociedade capitalista e do mesmo modo, o poder e os meios de *produção da informação* estão intimamente ligados em uma sociedade informacional:

Em países dependentes da poupança externa além do limite da razoabilidade, como o nosso, a atividade política torna-se por demais dependente da economia, principalmente em tempos de crises quase constantes. Mesmo em países com maior volume de poupança interna e com recursos suficientes para a prestação adequada dos serviços de Estado, preocupações de natureza econômica frequentemente determinam as decisões eleitorais da esfera civil e ocupam lugar central na agenda da política. No Brasil conhecemos sucessivos governos em cujo centro de interesses se colocavam - e ainda se colocam - as questões de gestão econômica (GOMES, 2004, p. 75).

E se este tipo de experiência de modulação de conduta dos usuários nas redes sociais passasse a ocorrer com a mesma intensidade das modulações citadas nos questionamentos acima, só que para atuar na esfera política e seus agentes? Como definir com clareza onde começa e onde termina uma experiência de navegação potencializada e onde inicia uma experiência de sujeição do sujeito?

Com o volume de informações produzidas, capturadas e analisadas, as camadas ou categorias de poder em nossa sociedade tiveram os seus contornos, limites de atuação e o seus conteúdos tornados mais nítidos, o que permitiria a execução de um trabalho de reforço para acentuar e manter ativas essas diferenças, o que intensifica os problemas relacionados ao controle e à vigilância informacional.

Este cenário fica agravado quando ocorre a ascensão de um governo com viés autoritário geralmente alimentado por alguma espécie de doutrina ou ideologia política, que ao invés de atuar como um poder moderador entre o poder econômico e a população, utiliza-se dessas informações, dos mecanismos e tecnologias disponíveis não para fortalecer a democracia e torna-la mais participativa, não para equilibrar os mecanismos de poder entre as diversas

camadas e os atores na sociedade, não para diminuir as diferenças sócio-econômicas e buscar uma maior equalização entre as camadas da população, mas para alienar e controlar a população através de um projeto político.

Contendas e debates acerca da possibilidade da instauração de um regime autoritário baseado no controle das tecnologia de mídia (semelhante às ideias de conhecidas distopias futuristas), e de modo recente através da tecnologia da informação, sempre estiveram presentes.

Mas talvez não se faça necessário, ou mesmo seja mais conveniente que não se chegue a um cenário tão explícito.

O quadro tecnológico atual já demonstra inequivocamente a capacidade que os algoritmos aliados à desordem informacional, a concentração do armazenamento e da geração de informação dos cidadãos e sobre os usuários e não-usuários nas bases de dados em uma restrita quantidade de corporações tecnológica teria um potencial danoso mais do que suficiente para produzir ao menos o desgaste de instituições em estados democráticos.

A onda conservadora que ascendeu recentemente e ocupou os principais cargos de governo em importantes países do mundo, costuma usar de táticas de revisionismo histórico com a negação de fatos, críticas severas e ações para deslegitimar a imprensa em geral (com exceção dos canais apoiadores), ações autoritárias que sutilmente pregam a ideia do descrédito (quando não o fazem explicitamente) para as instituições democráticas, e a produção de desordem informacional, no processo eleitoral e como estratégia de governo através de sua base de apoiadores para manter em alta a condição vigente de polarização política, estabelecer ações de dissimulação em relação à ações polêmicas ou notícias negativas relacionadas ao seu governo, e manter a fidelidade da sua base eleitoral que por sua vez garante a circulação da desinformação em alta demanda). Sobre este cenário perturbador, Edgar Morin declarou que:

É pelo fato de que a informação é um explosivo virtual para a ideologia, que esta necessita manter uma relação opressora e repressora em relação à informação⁴⁷ (MORIN, 1986, p. 45).

⁴⁷ Goebbels - O Rádio como Oitavo Poder - Discurso em 18 de agosto de 1933 - *The Radio as the Eight Great Power*.

Goebbels desenvolve seu pensamento sobre as direções que a rádio alemã tomaria. A ocasião foi a abertura de uma exposição de rádio. Como observa Goebbels, um receptor de rádio barato, o Receptor Caseiro (*Volksempfänger*), acabara de ser introduzido como uma maneira de tornar o rádio acessível para o cidadão comum.

“Não seria possível para nós chegarmos ao poder ou usá-lo da maneira que nós o temos usado, sem o rádio e o avião. Não é exagero afirmar que a revolução alemã, pelo menos na forma que assumiu, seria impossível sem o rádio e o avião. Na verdade, é uma revolução moderna e usou os métodos mais modernos para ganhar e usar o poder. Portanto, não é necessário dizer que o governo resultante dessa revolução não pode ignorar o rádio e suas

E o Edgar Morin continua, mais adiante na mesma obra:

A informação é o antídoto para a tendência natural que tem a ideologia de se fechar em si mesma, isto é, para a tendência da teoria de se fechar em doutrina, da doutrina para se blindar em dogma (MORIN, 1986, p. 47)

Na questão das relações existentes entre a informação e a ideologia MORIN (1986) declara que:

“A ideologia provoca a explosão da informação (besteira ! mentira ! calúnia !) para que a informação não a faça explodir”.

Segundo a sua visão, do ponto de vista informacional, a ideologia é:

[...] um sistema feito de ideias para controlar, acolher e rejeitar a informação. Se a ideologia é *teoria*, ela é, em princípio, aberta à informação que não é conforme a ela, que a pode questionar. Se é *doutrina*, ela é, em seu princípio fechada a toda informação não-conforme. A ideologia política é muito mais doutrina do que teoria. Neste ponto, chegamos ao ponto capital: *a relação repulsiva e potencialmente desintegradora entre informação e ideologia política* (MORIN, 1986, p. 45).

A despeito do fato de que todo sistema de ideias sempre será uma visão ou um recorte do todo e portanto uma porção, um perigo é a tomada de posição ao abraçar um corpo de ideias não passíveis ao questionamento, conseqüentemente fechadas ao debate ou abertas a melhorias, para então ser possível estabelecer de maneira direta uma segmentação, ou um mecanismo de exclusão ao se colocar em prática o corpo teórico da sua ideologia.

Quando esta situação ocorre no ambiente político e na esfera de um governo em uma sociedade democrática, cria-se uma situação grave de perda de representação na medida em que o exercício da governança em uma democracia deveria por definição ser efetuado a partir da representatividade de todos os segmentos.

possibilidades. Pelo contrário, está decidido usá-los ao máximo no trabalho de construção nacional que está diante de nós e para garantir que essa revolução possa resistir ao teste da história. [...] Nós vivemos na era das massas; as massas exigem, com razão, participar dos grandes eventos do dia. O rádio é o intermediário mais influente e importante entre o movimento espiritual e a nação. Entre a ideia e o povo.” (tradução minha).

Não há nenhuma situação ‘asséptica’ em que nos localizemos imunes da ideologia e sejamos capazes de reconhecer, no interior desse grau zero de interesse, o interesse dos outros. Este se percebe apenas na medida em que se tem o interesse contrário, de forma que, ao que parece, a ausência de interesse não é uma situação existencial que diga respeito aos homens normais, por mais honestos que sejam (GOMES, 2004, p. 107).

Entretanto, um grande exemplo contrário, de transição de regimes autoritários para regimes democráticos impulsionado por intensos protestos e mobilizações que segundo alguns observadores só foram possíveis devido ao fato de terem sido orquestradas através da utilização das redes sociais e gerado uma onda de entusiasmo, foi a chamada *Primavera Árabe*, que ocorreu entre os últimos meses de 2010 e o início de 2011.

Apesar do fato descrito acima, a *Primavera Árabe* marcou justamente o fim de um período de décadas de contínua ampliação no mundo, do número de sociedades democráticas.

Para os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt:

O fracasso da democratização nos países que promoveram a Primavera Árabe (apenas a Tunísia conseguiu fazer uma passagem bem-sucedida) e a reversão de experiências similares incipientes na África, no Leste Europeu e na Ásia ensejaram um novo ciclo de análises, em geral pessimistas, sobre os Estados democráticos (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 6).

Na visão de David Runciman, no atual cenário tecnológico, duas grandes ameaças são as gigantes Google e Facebook, através do controle dos dados dos seus usuários, do conhecimento sobre os nossos interesses e segundo o autor, bastante capazes de influenciar nossas vidas e debilitar as forças que mantêm intacta a democracia moderna⁴⁸. Para Runciman, o grande problema das democracias no século XXI é que as suas virtudes estão próximas ao esgotamento: “A democracia ocidental está atravessando uma crise da meia-idade. O que não quer dizer que

⁴⁸ Governos como os dos Estados Unidos e da China aproveitam a posição privilegiada de suas corporações de tecnologia, comunicação e entretenimento para consolidar suas posições de poder geoestratégico. Há uma relação de parceria entre empresas de tecnologia e seus Estados. Edward *Snowden* mostrou que o poder da NSA vem de sua operação conjunta com as corporações norte-americanas. Empresas como o Google possuem bases de dados que permitem saber qual é o humor e o sentimento da população de um país. Sabem quando grupos sociais estão descontentes ao cruzar dados das consultas realizadas em seus mecanismos de busca, das postagens em redes sociais e das palavras e frases trocadas por e-mail ou dispositivos de mensagens instantâneas (SILVEIRA, 2019, p. 24).

o que vem acontecendo seja trivial: a crise da meia-idade pode ser calamitosa e até fatal.” (RUNCEMAN, 2018, p. 8).

Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt⁴⁹, autores da obra *Como as Democracias Morrem*, com o surgimento da tecnologia digital e das transformações que as mesmas proporcionaram, diversos regimes democráticos (e dentre eles o americano, foco principal analisado na obra) ao redor do mundo demonstraram um abalo e evidenciaram que as suas instituições são vulneráveis de um modo que antes não se imaginava, que as mesmas precisam ser cuidadas para o que sistema inteiro não venha a colapsar; e chegam a citar a expressão *recessão democrática*⁵⁰ para descrever o fim de um processo contínuo de ampliação dramática do número de democracias ao redor do mundo entre os anos 1980 e 1990 e atingiu seu cume no ano de 2005.

Eles prosseguem a análise destes fatos na obra e expressam que até antes do ano de 2016, ninguém pensava na possibilidade real de uma *recessão global da democracia* mas que sinais como a queda de regimes democráticos e a sua substituição por regimes autoritários e cita os exemplos de Hungria, Turquia, Venezuela, a vitória de Trump na eleição americana e a ocorrência de um eventual agravamento da atual crise na União Europeia, poderia ajudar a concretizar este cenário.

Realizadas todas as considerações acima, pode-se expressar acerca da influência e os impactos produzidas pelo uso intenso das tecnologias digitais nas sociedades democráticas, que existem problemas relacionados ao uso das redes provocados pela enorme ocupação dos espaços digitais através de iniciativas de corporações, principalmente aquelas relacionada ao mercado informacional, o que levou a se estabelecer uma condição de violação da privacidade e dos direitos da personalidade, estimulados pela obtenção de enormes ganhos financeiros sobre a venda dos dados pessoais sensíveis e não-sensíveis de usuários e não-usuários.

Também é possível expor que existem problemas relacionados ao uso das redes na esfera das ações de compartilhamento de conteúdo notadamente político-ideológico, através do aproveitamento de características na arquitetura dessa redes, propositais ou não, que permitem

⁴⁹ Segundo Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de Ciências Políticas em Harvard, “Sob Donald Trump, o país parece estar abandonando seu papel de promotor da democracia pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria. A administração de Trump é a menos pró-democrática desde a de Nixon. Além disso, os Estados Unidos não são mais um modelo de democracia. Um país cujo presidente ataca a imprensa, ameaça pôr sua rival na cadeia e declara que pode não aceitar o resultado da eleição não pode defender a democracia de maneira crível” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 208).

⁵⁰ Segundo Levitsky e Ziblatt, expressão cunhada pelo cientista político norte-americano Larry Diamond, para descrever o fim de um processo contínuo de ampliação dramática do número de democracias no mundo entre os anos 1980 e 1990, atingindo o seu cume no ano de 2005.

e favorecem a difusão e a produção de desordem informacional, que comprovadamente pode provocar abalos ou mesmo comprometer os resultados de eventos eleitorais, promoção de ódio étnico, racial, de gênero dentre outros, assim como perseguição a indivíduos, instituições e ataques à honra.

Por tudo isso também considera-se relevante o estímulo e a implementação de ações que promovam projetos de natureza colaborativa, notadamente (mas não somente) voltados para ações solidárias e humanizadoras, assim como a adoção de legislação específica que permita garantir a maior neutralidade possível ao uso das redes.

Além dos fatos relatados nos parágrafos acima pode-se elencar a necessidade da continuidade dos estudos com essa temática a fim de aprofundar os entendimentos e diagnósticos realizados, a compreensão dos mecanismos e dos atores envolvidos e suas consequências, pois os estudos que se ocupam da temática das influências e impactos do uso intenso das tecnologias digitais nas sociedades democráticas são historicamente recentes e a relevância dos mesmos é extremamente significativa, uma vez que em uma sociedade informacional como a nossa, os pilares das suas relações estão cada dia mais estabelecidos no entorno e suportados por esta tecnologia.

Ainda assim, é necessário chamar a atenção para um ponto relacionado à questão da neutralidade da rede *versus* neutralidade do uso da rede:

De fato, contudo, as redes não têm essência, não são em si mesmas progressistas ou conservadoras, destrutivas ou emancipatórias. Atualmente, elas servem, sobretudo, à exploração por parte do capital, mas nada impede que elas deem lugar a usos gratuitos, solidários e humanizadores. A prova já está presente entre nós, em empreendimentos de natureza colaborativa e universal, como a Wikipédia, mas também, ainda que de maneira bem menos clara e mais contraditória, em algumas páginas do Facebook e certas campanhas do Twitter (LOPES & KUNSCH, 2015, p. 50).

Este ponto pode ser facilmente reiterado, através de pesquisas sobre as características da Internet em seus primórdios, onde a presença de empresas ainda era bastante reduzida com e suas páginas em geral eram utilizadas apenas como divulgação de atividades, produtos e contatos para realização e negócios (conteúdo corporativo). Nesta mesma época eram extremamente populares na Internet as páginas mantidas por iniciativas coletivas para realização de trabalhos colaborativos sem fins lucrativos.

Essas iniciativas (que não se encontram ausentes na atualidade), podem voltar a receber destaque e ganhar maior relevância uma vez que o produto-fim é em benefício de toda a coletividade.

Melhorar a vida das pessoas” não pode ser outra coisa que não aumentar a igualdade política ou a transparência pública, incrementar a participação ou levar os representantes eleitos a compartilharem o poder com os cidadãos, que são gatilhos democráticos importantes, vez que podem significar algo como melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, diminuindo-lhes o peso da burocracia ou a precariedade no recebimento dos serviços públicos a que têm direito (GOMES, 2018, p. 92).

Em concordância de tema/princípios com o exposto acima, Miriam A. Aquino enfatiza:

Entretanto, a universalização da informação só terá efeito democrático, se houver a participação efetiva de todos os cidadãos no espaço público. Ela agregará valor, quando os sujeitos puderem transformá-la em conhecimento crítico em uma ação partilhada com o outro, produzindo um conhecimento que sirva para libertar outros sujeitos, grupos humanos, comunidades e nações (AQUINO, 2007, p. 12).

Entretanto é necessário estar consciente que os benefícios de se viver em uma sociedade democrática são geralmente estabelecidos através de um longo processo de diagnósticos proposições, debates, concessões, construção de consensos para que finalmente determinado objetivo ou conquista seja colocada em prática. Ou seja, os benefícios via de regra são estabelecidos a médio/longo prazo.

David Runciman chama a atenção para uma característica específica do ser humano, que nos dias atuais é estimulada aos extremos:

O ser humano apresenta uma tendência congênita a preferir uma gratificação imediata a benefícios futuros; a querer se aferrar ao que já possui; a procurar reforços para suas crenças; a superestimar a atenção alheia; a subestimar o quanto, no futuro, pode se tornar uma pessoa diferente. As redes sociais foram criadas para satisfazer a esses impulsos, assim como as máquinas que usamos para acessá-las. São todas planejadas para estimular nossa adição. Estamos sempre conferindo os celulares para descobrir o que há de novo, desde que essas novidades se harmonizem com a nossa ideia da verdade (RUNCIMAN, 2018, p. 143).

O caráter da tecnologia tem a sua origem no desejo ou necessidade do homem em controlar a natureza. O caráter da ideologia tem a sua origem no desejo ou necessidade do homem em controlar a informação. Um risco que possivelmente pode já estar em curso é o da gradual e sistemática construção de um cenário e de um discurso que permita definir a democracia como algo ineficiente, frágil, passível de tutela.

O assessor econômico de Donald Trump, Stephen Moore, afirmou que “o capitalismo é muito mais importante do que a democracia”. Os ataques ao direito à privacidade são tentativas de construção de uma soberania do mercado. Curiosamente esses esforços do neoliberalismo se reúnem com os dos setores conservadores e retrógrados da máquina estatal que defendem uma sociedade completamente vigiada e submetida a um poder de polícia sem limites. A democracia, a diversidade e os direitos humanos, entre os quais a privacidade são mais importantes que o capital [...] (SILVEIRA, 2017, p. 65).

Considera-se importante apresentar esta iniciativa como exemplo de um projeto de natureza colaborativa, com a intenção de “recriar” a Internet e garantir uma maior neutralidade no seu uso: Tim Berners-Lee emitiu um comunicado aos governos, empresas e indivíduos para buscar garantir que a web seja protegida de abusos⁵¹.

⁵¹ O fundador da web, anunciou um plano que busca resguardar a Internet da manipulação política, da circulação abusiva de notícias falsas, das violações de privacidade e outros problemas. Chamado de ‘Contrato para a Web’, esse plano solicita o apoio de governos, empresas e indivíduos para garantir que a mesma seja protegida de abusos e opere em benefício da humanidade. O seu conteúdo está em elaboração há mais de um ano e foi publicado neste domingo pela Fundação Web, de Tim Berners-Lee. Ele estabelece nove princípios centrais para salvar a internet e conta com o apoio de mais de 150 companhias, dentre elas a Microsoft, Twitter, Google e Facebook, além de grupos de direitos digitais.

“Acho que o medo das pessoas de que coisas ruins aconteçam na Internet está se tornando, justificadamente, cada vez maior”, disse Berners-Lee ao The Guardian. “Se deixarmos a web como está, há um número muito grande de coisas que darão errado. Podemos acabar em uma distopia digital se não mudarmos as coisas”, afirmou. “As forças que levam a rede na direção errada sempre foram muito fortes”, disse Berners-Lee. “Seja você uma empresa ou um governo, controlar a web é uma maneira de obter grandes lucros ou garantir que você permaneça no poder”. “Precisamos de um movimento global pela web como temos hoje pelo meio ambiente”, disse o criador da web.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa partiu da premissa que existe uma relação entre os mecanismos de produção e distribuição de conteúdo, manipulação e controle da população pelas chamadas mídias de massa (imprensa, TV, rádio) e redes sociais, com o objetivo de manutenção de poder. Visa também estudar as características e os efeitos e possíveis danos causados por dois fenômenos gerados pelo uso e distribuição de conteúdo nas redes sociais: a desordem informacional e a violação de privacidade.

De posse do aparato teórico da Teoria Crítica, dos estudos de mídia e da Cultura Digital, conseguiu-se demonstrar a premissa básica da pesquisa através da análise dos mecanismos de manipulação e manutenção do poder apresentados pela Indústria Cultural nas mídias de massa tradicionais e para a Internet e redes sociais.

Ficou evidenciado que estes mecanismos de manipulação e manutenção de poder ao atuarem no ambiente digital das redes sociais produzem uma série de fenômenos abarcados na noção de “desordem informacional”, descritos e caracterizados pela distorção/falseamento de conteúdo e geração de danos individuais e coletivos aos seus alvos.

Ao promover o debate sobre a informação na sociedade contemporânea, buscou-se estabelecer a compatibilização da noção de “informação semântica” de Floridi, onde informação é todo conjunto de dados com boa formação, com significado e verdadeiro, onde por “boa formação” significa dizer que os dados estão submetidos a uma ordem sintática, portanto há uma relação lógica estabelecida entre eles com o propósito de garantir a compreensão de seu conteúdo (informar), com a noção de “desordem informacional”, não depende necessariamente de uma má formação sintática (o que a aproxima da noção de “informação semântica” de Floridi), para que se promova a distorção ou manipulação de conteúdo, todavia depende da geração de engano e do potencial de suscitar dano.

Esta compatibilização permitiu evidenciar que é possível gerar ações de “desordem informacional”, através de *disinformation* (conteúdo falso) ou mesmo com o uso de informação (como um conteúdo verídico, gerar denúncia de um ato ilícito, de uma grave quebra de decoro por parte de uma autoridade, de violação de lei), através de uma ação de *malinformation*, com a finalidade de macular a reputação de indivíduos, instituições ou mesmo desestabilizar e produzir revezes em sistemas democráticos estabelecidos e em contrapartida possibilita desenvolver um entendimento mais robusto por parte das diversas áreas do conhecimento que

as estudam, tais como a Ciência da Informação, Biologia, Neurociência, Ciências Cognitivas, o Direito, e desta forma facilitar estabelecer protocolos, políticas ou legislação elaboradas com a finalidade de regulamentar ou coibir os agentes produtores e divulgadores de desordem informacional.

O trabalho identificou as características, o ambiente, os conteúdos e os mecanismos tanto das mídias de massa (imprensa, TV, rádio) como das redes sociais e as suas respectivas idiossincrasias, com o objetivo da manutenção do poder, e transformar em mercadoria tanto seu conteúdo quando o próprio homem, através do uso das tecnologias.

Abordou a utilização dos algoritmos como mecanismos de produção de ações de violação de privacidade, de vulnerabilidade sócio-política e controle, através da captura autorizada e não autorizada de dados sensíveis e não-sensíveis de usuários e não-usuários das redes sociais e das suas ações de predição com base em análise de dados, e os impactos da utilização massiva das tecnologias e do ambiente digital sobre as democracias.

No início da pesquisa, ponderou-se que as mídias de massa tradicionais (impressa, rádio, televisão), eram tecnologias que desempenham um papel muito importante de manutenção do poder através principalmente da formação da cultura nos indivíduos, mas que ainda assim haveria um espaço significativo para o indivíduo na construção da sua emancipação, pensamento crítico e cidadania. Entretanto, com o andamento da investigação percebeu-se que as dificuldades a serem vencidas por parte dos indivíduos em busca da sua emancipação são bastante severas.

Na análise dos temas relacionados à Internet e redes sociais, embora já existisse o entendimento de que a mesma fosse uma plataforma capaz de disponibilizar um considerável espaço democrático e livre para manifestação e formação cultural, ainda assim a sua arquitetura e recursos propicia a realização de uma série de abusos e violações de privacidade com geração de vulnerabilidades sócio-políticas, o que acaba por conferir-lhe um perfil nem tão livre nem tanto democrático.

É possível afirmar que a Internet não está claramente definida, seja como uma plataforma voltada para o esclarecimento e emancipação humana ou para a desorientação e o controle.

Também não há grande clareza sobre até qual ponto os algoritmos e as tecnologias digitais restringem a nossa liberdade de conhecimento, de escolha e de expressão.

A ambiguidade está ainda por ser resolvida para então vir a se estabelecer uma destas conformações, o que nos remete à necessidade de atuar de modo mais incisivo e abrangente no

sentido de buscar garantir que as ações e escolhas necessárias, sejam elas de resistência ou de avanço, se façam valer em benefício da maior coletividade possível.

O território para a batalha é a própria Internet, pois a rede é em si contraditória, potencialmente ambivalente, desde que consiga-se subverter os velhos hábitos da passividade e individualidade em um ambiente que permite e favorece ações instigantes e projetos coletivos.

É preciso realizar uma maior aproximação dos temas tecnológicos, do entendimento das estruturas, das suas aplicações e suas consequências, pois uma vez que esse ambiente tecnológico é usado por todos, então deve ser minimamente entendido por todos e não apenas pelos tecnólogos e tecnocratas, com a intenção de que a tecnologia não se torne o único fator definidor do campo humano e social.

Parece estar suficientemente evidenciado o poder de manipulação e controle através do uso da tecnologia no uso do ambiente digital. O quanto da ação ou da vontade humana coletiva podem definir sobre o uso da tecnologia?

Realizadas as considerações acima, vê-se como necessário expressar em caráter sintético as seguintes recomendações sobre a influência e os impactos promovidos nas sociedades democráticas com o uso intenso das tecnologias digitais:

- 1) Defender perante a sociedade a necessidade de uma reforma de âmbito político no sentido de ajustar a legislação vigente ao atual ambiente digital para ampliar a proteção aos indivíduos na esfera do direito da personalidade, em detrimento do cenário de violação de privacidade.
- 2) Instigar a realização de uma ampla discussão com o objetivo de buscar conscientizar a sociedade sobre os problemas relacionados à captura, armazenamento, assim como o processamento realizado com os dados pessoais sensíveis e não-sensíveis, os *shadow profiles* dos usuários e não-usuários das redes sociais, a transformação dos mesmos em mercadoria digital intercambiável entre as corporações, sobre o conteúdo dos Termos de Uso e das Políticas de Privacidade para que seja futuramente possível a construção de uma solução compatível com os direitos da personalidade, com o objetivo de proteger os indivíduos dos excessos cometidos pelo mercado informacional.
- 3) Estimular a implementação de melhorias no sistema jurídico de modo que sejam estabelecidas ações necessárias ao controle ou minimização do fenômeno da desordem informacional, com as respectivas punições, notadamente em período eleitoral, com o intuito de preservar as instituições e garantir a lisura e a transparência no processo democrático

eleitoral, e uma ampla discussão com o intuito de diagnosticar possíveis outras vulnerabilidades.

4) Incitar na Internet e nas redes sociais a realização de projetos de natureza colaborativa, notadamente (mas não somente) voltados para ações solidárias e humanizadoras, para que o perfil das redes não esteja tão majoritariamente focado ou mesmo comprometido com realizações do mercado e dos governos.

5) Necessário estimular e efetuar uma ampla discussão com o propósito de conscientizar a sociedade sobre a importância de estudos, ações e estabelecimento de legislações que permitam garantir a maior neutralidade possível ao uso das redes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GUERRA DOS MUNDOS (RÁDIO). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A Guerra dos Mundos \(r%C3%A1dio\)&oldid=57574164](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=A_Guerra_dos_Mundos_(r%C3%A1dio)&oldid=57574164). Acesso em: 26 fev. 2020.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.
- _____. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar - 3ª ed., São Paulo, SP: Paz e Terra, 2010.
- ALONSO, B. G.. *A Tese da Veracidade na Teoria da Informação Fortemente Semântica de Floridi e o Paradoxo de Bar-Hillel-Carnap*. Revista Veritas (Porto Alegre, RS. Impresso), v.57, p.123-142, 2013.
- ALONSO, B. G.. *Notas Sobre a Lógica de Estar Informado de Floridi*. Revista Dissertatio de Filosofia, v. 47, p. 135-153, 2018.
- ALMEIDA, Daniel E.V.. *Shadow profiles e a privacidade na Internet. A coleta de dados pessoais de usuários e não usuários das redes sociais*. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.
- AQUINO, Miriam de A. *A ciência da informação: Novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo*. Revista IBICT, v.36, n.3, 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1161/1324>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. *Entrevista. As redes sociais são uma armadilha* - por Ricardo de Querol, publicado em 9, Jan, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM. Acesso em: 22 jul. 2019.
- BERNERS-LEE, Tim. *'Pai' da web, Tim Berners-Lee anuncia plano para salvar a Internet*. Estadão, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/cultura-digital,pai-da-web-tim-berners-lee-anuncia-plano-para-salvar-a-internet,70003103369>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- BRITO, Vladimir de P.; PINHEIRO, Marta M.K.. *Poder Informacional e desinformação*. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. GT 5 - Política e Economia da Informação. 26 a 30 de out de 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2677>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- CANABARRO, Diego R.. *Para além das "fake news": os componentes da chamada "desordem informacional"*. Publicado em 06 de setembro de 2018. Disponível em: <https://observatoriodainternet.br/post/para-alem-das-fake-news-os-componentes-da-chamada-desordem-informacional>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede: Do conhecimento à política*. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). *A Sociedade em Rede: Do conhecimento à ação política*. Belém, PA: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, 439p.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

- CHOMSKY, Noam. *Entrevista. A grande fábrica de consensos* - por Daniel Mermet, publicado em 1, Ago, 2007. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-grande-fabrica-de-consensos/>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- CONSELHO DA EUROPA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Conselho da Europa&oldid=57366182>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- DATAFOLHA - Entrevista. *Hábitos culturais dos cariocas - população residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais*. Relatório de Pesquisa. Datafolha, Rio de Janeiro, out. 2013.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.
- ESTERHUYSEN, Anriette. *A 'Sociedade da Informação' de quem*. UNESCO.
- FLORIDI, Luciano. *Open problems in the philosophy of information*. Metaphilosophy, v. 35, n, 4, p. 554-582, 2004.
- _____. *LIS as applied philosophy of information: A reappraisal*. Library Trends, University of Illinois, Estados Unidos, 52:3, 658-665 - 2004a.
- GELFERT, Axel. *Fake News. A definition* - Revista Informal Logic, vol.38, No.1 - University of Berlin, Alemanha - 2018, pp. 84-117.
- GOEBBELS, Joseph. *The Radio as the Eight Great Power*. 1938, In: German Propaganda Archive, Calvin University. Disponível em: <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/goeb56.htm>. Acessado em: 04 de nov. 2019.
- GOMES, Wilson. *A democracia no mundo digital. História, problemas e temas*. São Paulo: SP, SESC-SP, 2018.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: SP, Paulus, 2004.
- GONZALEZ, Maria N.. *Luciano Floridi e os problemas filosóficos da informação: da representação à modelização*. Revista Ciência da Inf. e Doc., v.4, n.1, p.3-25, 2013.
- JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo, SP: Aleph, 2008.
- JORNALISMO CIDADÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jornalismo_cidad%C3%A3o&oldid=54947940. Acesso em: 25 fev. 2020.
- JORNALISTAS LIVRES. *"Adeus, Facebook, é hora de algo novo". Wikipedia anuncia nova rede social, sem publicidade*. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/adeus-facebook-wikipedia-anuncia-nova-rede-social-sem-publicidade/>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- KARLOVA, Natascha A.; FISHER, Karen E.. *A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour*. 2013. Disponível em: <http://informationr.net/ir/18-1/paper573.html#.Xl35a6hKjDc>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia. Estudos culturais. Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Florianópolis, SC: EDUSC, 2001.
- _____. *Critical theory, marxism, and modernity*. Cambridge: Polity Press, 1989.

- KERCKHOVE, Derrick. *Ética de transparência na era do Big Data*. In: LOPES, Maria I.V. de; KUNSCH, Margarida M.K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: SP, ECA-USP, 2015.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: RJ, Zahar, 2018.
- LOPES, Maria I.V. de; KUNSCH, Margarida M.K. (Orgs.). *Comunicação, Cultura e Mídias Sociais*. São Paulo, SP: ECA-USP, 2015.
- MACHADO, Joana de M.S.. *A Tutela da privacidade na sociedade da informação. A proteção dos dados pessoais no Brasil*. Porto Alegre, RS: Fi, 2018.
- MAGALHÃES, Thamiris. *Flusser e a filosofia da pluralidade, do encontro e do diálogo*. IHU-Online. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo (RS), ed.399, Ano XII, p.23-26, ago.2012. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/ihu/revista-ihu-on-line/o-estilo-flusser-de-comunicar/>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*. 4ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1973.
- _____. *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna*. In: *Tecnologia, guerra e fascismo*, editado por Douglas Kellner. Trad. Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo, SP: UNESP, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 8ª ed., São Paulo, SP: Cultrix, 1969.
- MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1986.
- MOROZOV, Evgeny. *Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo, SP: Ubu, 2018.
- NETO, João E.T. de M. & PERRUSI, Martha S. & FERREIRA, Sérgio G.. *Filosofia do virtual. Reflexões filosóficas acerca da Internet*. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.
- NOBRE, Marcos. *Filosofia passo a passo vol.47: A teoria crítica*. 3ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2004.
- PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. P.. *Em busca do significado da desinformação*. DataGramaZero-Revista de Informação, v.15, n.6, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- POSTMAN, Neil & POSTMAN, Andrew. *Amusing Ourselves to Death. Public Discourse in the Age of Show Business*. Penguin Books, 2005.
- PRIVACIDADE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Privacidade&oldid=52669524>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- RUNCIMAN, David. *Como a Democracia Chega ao Fim*. São Paulo, SP: Todavia, 2018.
- SANTAELLA, Lucia. *A cultura digital na berlinda*. In: LOPES, Maria I.V. de; KUNSCH, Margarida M.K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: SP, ECA-USP, 2015.

- SANTOS, Felipe R.L.. *Vícios intelectuais e as redes sociais. O acesso constante à informação nos torna intelectualmente viciosos?* Revista Veritas (Porto Alegre, RS. Impresso), v.62, n.3, p.657-682, set.-dez. 2017.
- SCHWARZ, Jon. *'Capitalism is a lot more important than democracy', says Donald Trump's Economic Adviser.* The Intercept, 09 ago. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/08/09/capitalismis-a-lot-more-important-than-democracy-says-donald-trumps-economic-adviser>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- SILVA, Evelyn M.. *Você já ouviu falar em deepfake e em shallowfake e como eles podem afetar a eleição de 2020?*. Publicado em 20 de nov. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/315545/voce-ja-ouviu-falar-em-deepfake-e-em-shallowfake-e-como-eles-podem-afetar-a-eleicao-de-2020>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SILVEIRA, Sergio A. da. *Democracia e os códigos invisíveis*. São Paulo, SP: SESC-SP, 2019.
- SILVEIRA, Sergio A. da. *Tudo sobre tod@s. Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais*. São Paulo: SP, SESC-SP, 2017.
- SILVEIRA, Sergio A. da & AVELINO, Rodolfo & SOUZA, Joyce. *A Privacidade e o Mercado de Dados Pessoais*. 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3719/3138>. Acesso em: 15 de out. 2019.
- TERRA, Ricardo; REPA, Luiz. *Teoria crítica: introdução*. Caderno CRH [online], Salvador, v.24, n.62, p.245-248, mai/ago 2011. (DOSSIÊ Teoria Crítica). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200001, Acesso em: 13 jul. 2019.
- UIT-União Internacional de Telecomunicações-Pesquisa. *Com 3,9 bilhões de usuários no mundo, o que acontece na web em um minuto?* Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/01/com-39-bilhoes-de-usuarios-no-mundo-o-que-acontece-na-web-em-um-minuto.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- VERMELHO, Sônia C.; VELHO, Ana Paula M.; BERTONCELLO, Valdecir. *Sobre o conceito de redes sociais e seus pesquisadores*. Revista Educ. Pesqui., São Paulo, v.41, n.4, p.863-881, out./dez. 2015.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. 2nd ed., Strasbourg, Fr: Council of Europe, 2018.